



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Faculdade de História  
Programa de Pós-graduação em História  
Curso Mestrado Acadêmico em História Social da Amazônia

EDILEUZA DOS SANTOS

Vila Arraias:

Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na  
PA - 150 (1970-1985).

BELÉM

2007

EDILEUZA DOS SANTOS

VILA ARRAIAS:  
ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA, MORTE E NÚCLEO DE  
ORGANIZAÇÃO NA LUTA PELA TERRA NA PA – 150 (1970-1985).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes (PPHIST/UFPA).

Belém  
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-Biblioteca Central/UFPA–Belém–PA-  
Brasil.

S 237 Santos, Edileuza dos, 1978.

Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA-150 (1970-1985) / Edileuza dos Santos; orientadora: Professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes. – 2007.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém (PA), 2007.

1. Posse da terra – Vila Arraias – Jacundá (PA). 2. posseiros – Vila Arraias – Jacundá (PA). 3. Migração interna – Vila de Arraias – Jacundá (PA). I Título.

CDD 22. ed. 333.3098115

EDILEUZA DOS SANTOS

VILA ARRAIAS:  
ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA, MORTE E NÚCLEO DE  
ORGANIZAÇÃO NA LUTA PELA TERRA NA PA-150 (1970-1985).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes (PPHIST/UFPA).

Data de aprovação: 17/09/2007.

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Professora Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes (PPHIS/UFPA).

---

Avaliador: Professor Dr. Pere Petit (PPHIST/UFPA).

---

Professora Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NEA/UFPA).

---

Suplente: Professora Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci (PPHIST/UFPA).

Aos meus amados pais, Maria dos Santos e Edmundo José dos Santos – nordestinos que  
“escolheram” o Norte como o nosso novo espaço de vivência. Por toda dedicação que  
sempre mim prestaram.

Aos meus queridos e amados irmãos: Maria Aparecida dos Santos Carvalho, Ednéia dos  
Santos e Edinilton José dos Santos.

Aos meus lindinhos e adoráveis sobrinhos: Rodrigo, Arthur, Jhuly, Gabriela, Horlando,  
Yolanda e Leonardo.

As minhas amigas e amigos, pessoas fundamentais em minha vida.

A todos os sujeitos que fizeram parte da construção social e histórica do espaço da vila  
Arraias (Jacundá).

## AGRADECIMENTOS.

O meu ingresso no curso de Mestrado em História Social da Amazônia na turma de 2005 e a conclusão do mesmo só foram possíveis graças ao apoio e amizade de muitas pessoas as quais sou imensamente e eternamente grata. Agradeço: sobretudo a Deus, ser de força impressionante para o qual a palavra impossibilidade não existe, por tornar todos os meus sonhos realidades.

A Welceli Cardoso Lustosa e Maria Raimunda Santana Fonte, amigas de persistência admirável responsáveis pela minha inscrição no processo seletivo do Mestrado em 2005, por todo apoio e amizade nessa minha caminhada.

Ao meu risonho e adorável amigo Elias Diniz e sua família por ter me acolhido e dividido comigo o seu espaço de intimidade familiar. Por todos os momentos difíceis e cômicos pelos quais passamos.

A Maria da Conceição Fonte Oliveira e seu esposo Erminio Oliveira, pelas múltiplas vezes que me receberam em suas casa durante o período de orientação de redação da dissertação.

A Kelly Batista, minha amiga “patricinha” por quem tenho muita afeição, pelo empréstimo do dicionário para a realização da prova de proficiência, sem o qual não teria condições de ter realizada e por toda força e amizade.

A minha querida tia Jandira dos Santos, por toda ajuda e carinho.

A Cleodir C. Moraes, pelos vários livros emprestados, pelas leituras e sugestões concedidas no processo de construção desse trabalho. Por toda força, amizade e apoio psicológico.

Ao professor William Gaia Farias, pela orientação e apoio prestado durante a construção do pré-projeto de pesquisa, por sua participação nos debates realizados na disciplina Seminário de Linha de Pesquisa II a qual foi de grande ajuda para a construção de nossas pesquisas. Pela amizade, companheirismo e por ter me feito acreditar que poderia fazer um curso de mestrado mesmo diante de toda dificuldades e obstáculos.

A Vilma Boaventura e Luciete Moreira pelo tempo e paciência doados na leitura atenciosa e critica dessa dissertação.

A minha prima e amiga Shirley Gonçalves, pela força e pesquisa e compra de livros em São Paulo.

Aos Sr. Eliziário e o Junior, funcionários do Inkra de Marabá pela ajuda durante a busca dos documentos de discriminatória da Gleba Jacundá.

Aos funcionários da CPT de Marabá e Belém pelo tempo e documentos cedidos, os quais foram de significativa importância para a realização dessa pesquisa.

A Vera Lúcia Batista dos Santos, presidente da ADETUNI por toda atenção e documentação prestada para a realização desse trabalho.

A Nira Pinto por todos os livros e dissertações que me emprestou.

Ao professor Dr.Pere Petit e a professora Dra.Rosa Elizabeth Acevedo Marin pelas críticas e sugestões realizadas sobre o meu projeto de pesquisa durante a qualificação.

E aos professores do Mestrado da Linha de Pesquisa Trabalho, Cultura e Etnicidade: Professor Dr. Geraldo Mártires Coelho, professora Dra.Maria de Nazaré Sarges, professor Dr.Antonio Otaviano Vieira Junior, e a professora Dra. Edilza Fontes, por todo conhecimento compartilhado.

Enfim, agradeço a todos os sujeitos entrevistados por doar tempo e memória os quais foram fundamentais para a construção dessa história.

Marabá, 17 de agosto de 2007.

“A História não falha.  
Agora nós vamos lutar.  
A terra que é nossa ocupar.  
*A terra é pra quem trabalha.*  
A História não falha, nós vamos ganhar.”  
(Cântico religioso das Cebs).

“A PA-150, uma estrada, uma história escrita com suor e sangue de brasileiros que aqui chegaram, desbravando a mata a fim de viverem em paz com o pão e dignidade. Estrada cuja história verdadeira cada um pode contar. Hoje é uma memória viva de lutas e conquistas, de organização e resistência. É uma história que continua na bravura dos companheiros, dos filhos dos posseiros, continua na luta desse povo que hoje tem o sindicato nas mãos, dos teimosos que não se deixam engolir pela garra do latifúndio e do capital. Povo que caminha com a cabeça erguida, que não vende e não se rende, jamais!”  
(Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá, 1986).



## SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTAS DE TABELAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
CAPITULO I.	
A ESTRADA É NECESSÁRIA! A ESTRADA É UM PROBLEMA!.....	20
1.1 - Rodovias: “caminhos de integração ou instrumento de exclusão?”.....	21
1.2 – Rodovia PA-150: construção, ocupação, significados e conflitos.....	34
1.3 - Identificando o migrante-posseiro.....	55
CAPITULO II.	
A VILA ARRAIAS.....	71
2.1 – De centro a cidade a beira da estrada.....	71
2.2 - Rodovia PA-150: “a rua principal”.....	78
2.3 – Trabalho, assistência médica, educação e lazer em Arraias.....	82
2.4 - Vila Arraias ou Nova Jacundá?.....	104
CAPITULO - III.	
“A TERRA É PARA QUEM TRABALHA NELA”: CONFLITO, RESISTÊNCIA E CONQUISTA NA LUTA PELA POSSE DE TERRAS NA REGIÃO DE ARRAIAS.	
3.1 – “O Grito da PA - 150”.....	113
3.2 – “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia Tocantins”: os posseiros da PA-150 e o Grupo Executivo de Terras Araguaia – Tocantins (GETAT).....	121
3.3 – O papel da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) na luta pela terra na PA-150.....	128
3.4 – “25 de Julho – Vamos Festejar – O Dia do Trabalhador Rural – A Terra é Para Quem Trabalha Nela”.....	133
CONCLUSÃO.....	141
FONTES.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152

## RESUMO

Esta dissertação procura compreender a história da vila Arraias (sudeste paraense) como construção do migrante-posseiro na década de 70, buscando uma compreensão de como ocorreu o processo de formação da vila às margens da PA-150, identificando e caracterizando os motivos e sujeitos que tiveram direta e indiretamente envolvidos nesse processo e quais foram suas ações. A construção da rodovia estadual PA-150 no final da década de 70, o processo migratório que se direcionou para essa região nas décadas de 70 e 80, ou seja, o processo de ocupação das margens dessa estrada por migrante-posseiro bem como os conflitos travados pela posse de terras nessa região e a funcionalidade da vila Arraias como um núcleo, uma célula na luta pela terra na região da PA-150 é o que dá direção e estrutura a esta discussão.

Palavras-chave: Sudeste paraense (1970-1985). Rodovia PA-150. Migrante-posseiro. Conflitos agrários. Grilagem. Migração. Agricultura de subsistência.

## ABSTRACT

This dissertation tries to understand the history of Arraias village (southeast paraense) as construction of the migrant-leaseholding in the decade of 70, looking for an understanding of as it happened the process of formation of the village at the margins of the PA-150, identifying and characterizing the reasons and subjects that had direct and indirectly involved in that process and which were their actions. The construction of the state highway PA-150 in the end of the decade of 70 and 80, in other words, the process of occupation of the margins of that highway for migrant-leaseholder as well as the conflicts locked by the ownership of lands in that area and the functionality of the Arraias village as a nucleus, a cell in the fight for the land in the area of the PA-150 it is what to give direction and structure to this dissertation.

Key-words: Southeast paraense (1970-1985). Highway PA-150. Migrant-leaseholding. Agrarian conflicts. Grilagem. Migration. Subsistence agriculture.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Casamentos realizados em Arraias entre os anos de 1980 a 1985.....	37
Tabela 2 – Naturalidade de posseiros ocupantes dos km 60 ao 70 da PA-150.....	37

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrada de atoleiros.....	56
Figura 2 – PA -150 .....	57
Figura 3 - Fusca do padre Geraldo atolado na estrada .....	57
Figura 4 - Pessoas andando na rodovia PA-150.....	62
Figura 5 - Pessoas andando na rodovia PA-150.....	63
Figura 6 - Vila Arraias no início de sua formação.....	76
Figura 7 - Moradores do bairro São Francisco.....	77
Figura 8 - Moradores de Arraias empasseata pela.....	77
Figura 9 - Irmã Dorthy Stang.....	86
Figura 10 - Comemoração dos 25 anos de aniversário da ADETUNI.....	86
Figura 11 - Irmã Dorothy Stang inaugurando máquina de beneficiar arroz.....	89
Figura 12 - Serraria Floresta em Arraias.....	92
Figura 13 - Farmacia Santa Rosa em Arraias.....	97
Figura 14 - Moradores do Bairro São Francisco.....	109
Figura 15 - Primeira missa rezada em Arraias.....	109
Figura 16 - Charge: Capitalismo X socialismo.....	115
Figura 17 - “ver – Julgar – Agir”.....	116
Figura 18 - “Gordos e magros”.....	118
Figura 19 - “Lavrador desunido é lavrador explorado”.....	119
Figura 20 - Charge: “Chega de exploração”.....	119
Figura 21 - Charge: “A união do lavrador”.....	120
Figura 22 - Charge: “Sabe o que é GETAT?”.....	121
Figura 23 – Charge: “ O GETAT”.....	123
Figura 24 – Charge: “GETAT aliado dos grileiros”.....	124
Figura 25 – Charge: “A vida boa do Boi”.....	126
Figura 26 – Charge: “Boi símbolo de condenação do lavrador”.....	126
Figura 27 – Fundação da ADETUNI.....	128
Figura 28 – Possesiros na fundação da ADETUNI.....	130
Figura 29 – Festa do Dia do Lavrador em ARRAIAS.....	131
Figura 30 – Passeata os lavradores pelas ruas de Arraias.	
Figura – 31 Ato público do Dia do Lavrador em Arraias.	

- Figura 32 – Lavradores com instrumentos de trabalhos e produtos.
- Figura 33 – Lavradores da festa do trabalhador rural em Arraias.
- Figura 34 – Isa da CPT de Belém em Arraias.
- Figura 35 – Lavradores em Arrais na festa do trabalhador rural.
- Figura 36 – Chamon de Marabá em Arraias nodia do trabalhador rural.
- Figura 37 – Deputado Ademir Andrade em Arraias no dia di trabalhador rural.
- Figura 38 – Expedito Ribeiro de Rio Maria em Arraias na festa do trabalhdor rural.
- Figura 39 – Lavradores em passeata pelas ruas de Arraias.
- Figura 40 – Lavrador de Xinguara em Arraias na festa do trabalhador rural.
- Figura 41 – Manu da CPT de Marabá em Arraias na festa do trabalhador rural.
- Figura 42 – Lavradores da PA-150 na missa em memória ao lavrador Lourival marques.
- Figura 43 – Encontro de lavradores em Arraias com o deputado Valdir Ganzer.

## LISTA DE ABREVIATURAS.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

PGC – Programa Grande Carajás.

GETAT – Grupo de terra Araguaia Tocantins.

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

BASA – Banco da Amazônia

PIN – Plano Integrado Nacional..

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

ADETUNI – Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá.

CERIS – Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais.

ITERPA – Instituto de Terras do Estado do Pará.

## INTRODUÇÃO.

Ao viajar pela rodovia PA-150 hoje, não temos como perceber o quanto foi conflituoso o processo de ocupação das terras situadas às suas margens, da gama de sujeitos, objetivos e sonhos que impulsionaram a construção social e histórica desse espaço na Amazônia. O foco principal deste trabalho será a rodovia PA-150, mais precisamente o km 88 dessa estrada, a vila de Arraias, que na década de 70 foi ocupada por migrantes, sobretudo nordestinos orientados pela busca de terras devolutas ou ditas “livres” com forte presença de matas densas, propício à prática de agricultura de queima. Desta forma, objetivo neste trabalho compreender a história da vila Arraias como construção do migrante – posseiro, procurando perceber até que ponto os planos dos governos militares para esta área interferiram ou marcaram a construção histórica dessa região. Analiso a organização do migrante-posseiro, suas relações familiares e com o meio físico/social, bem como o que significou para esses sujeitos a construção da rodovia PA – 150, e fundamentalmente o estabelecimento da luta pela posse de terras às sua margens, destacando a funcionalidade da vila de Arraias como um núcleo, uma célula utilizada na luta pela terra na região.

A escolha do espaço aqui em discussão deveu-se ao fato de ser apresentado pela memória e por fontes documentais levantados ainda durante o curso de graduação em História concluído no ano de 2004, como um espaço que funcionou como ambiente de organização e resistência na luta travada pela posse de terras na rodovia PA-150. Esse fato deveu-se por ser a vila de Arraias o núcleo urbano que apresentava melhor infra-estrutura localizada na rodovia. Era em Arraias que estava localizada a primeira paróquia da região, cuja equipe pastoral sempre esteve junto aos posseiros desenvolvendo estratégias de luta e resistência frente aos conflitos travados. Foi ainda onde fundaram a primeira associação cujo objetivo era exercer a função de defensor jurídico dos posseiros já que a delegacia sindical existente era atrelada ao Estado. Enfim, foi em Arraias que os posseiros da PA-150 encontraram condições e se organizaram para conquistar o direito de permanecer na terra apossada.

O período abordado na pesquisa, 1970-1985, foi escolhido por ser nesse momento que o governo federal lançou na Amazônia o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo era a construção das rodovias Cuiabá – Santarém e transamazônica. Esse programa seria o passo para pôr em prática a colonização dirigida, com o objetivo de preencher os “vazios” amazônicos e garantir a “expansão das fronteiras agrícolas do país”,



manter a soberania nacional na ocupação das terras e resolver os problemas sociais do Nordeste brasileiro<sup>1</sup>. É a partir da década de 70 e por toda a década de 80 que a Amazônia, sobretudo a Oriental sobre um discurso governamental de desenvolvimento, passou a receber os planos de desenvolvimento objetivando a sua ocupação econômica e sua integração física ao restante do país<sup>2</sup>. A construção social e histórica da vila de Arrais está intrinsecamente ligada aos planos de desenvolvimento dos governos militares, muitos dos quais implantados no Sul e Sudeste paraense.

Na tentativa aqui empreendida de buscar uma compreensão do processo histórico da ocupação do espaço na região da vila Arrais, na PA-150, a partir da ótica e dos sentimentos do “homem comum”, a utilização da história oral é imprescindível. Sendo assim, é considerável destacarmos aqui as várias potencialidades e limites da utilização da história oral como fonte histórica. No que diz respeito às limitações podemos aqui referir a falha da memória dos entrevistados, as distorções de fatos e datas, histórias prontas<sup>3</sup>, o problema da subjetividade, “possível influência, mesmo que involuntária, do transcrito da entrevista no conteúdo do documento escrito, oriundo do documento oral”. E a “dificuldade de se registrar expressões de rosto e emoções no documento escrito decorrente da entrevista, que não foi gravada em vídeo ou DVD”<sup>4</sup>.

Além de todos esses limites apresentados pelas bibliografias que tratam das discussões da utilização da história oral e memória como método científico, podemos ainda destacar, no caso dessa pesquisa, a dificuldade de manter contato com os sujeitos aqui entrevistados, uma vez que a grande maioria reside na zona rural do município de Jacundá, o que exige tempo e conhecimento da região de modo a poder localizá-los para assim realizar as entrevistas.

Contudo, as potencialidades da história oral são fundamentais para a superação de seus limites, pois “a história oral é uma metodologia voltada à produção de narrativas como fontes de conhecimentos, mas principalmente do saber”<sup>5</sup>. É a oportunidade de obtermos informações que não podemos encontrar nos documentos escritos novas hipóteses

---

<sup>1</sup> PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP. 1994. p. 78 - 80

<sup>2</sup> SUDAM. Ministério do Interior. Coordenação de Planejamento Regional. *Avaliação do I plano de desenvolvimento da Amazônia – 1972 – 1974*. Belém. 1975.

<sup>3</sup> HALL, Michael M. “História oral: os riscos da inocência”. In: *O Direito a Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 157-160

<sup>4</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte. Autentica. 2006. p.20.

<sup>5</sup> *Ibidem*. p. 44.

e versões sobre processos já analisados e conhecidos, recuperar diferentes memórias sob diferentes visões e versões<sup>6</sup>.

Para Vilanova ao trabalhar com fontes orais deixamos “Aflorar vozes por tanto tempo esmagadas, não só escrevemos uma história melhor, também contribuimos para que as fontes orais, surgidas em situações limite, sejam denúncias social e politicamente útil”<sup>7</sup>. E, acima de tudo, “... ouvi histórias de vida é também compartilhar o fazer da história e contribuir para a interação entre a experiência pessoal e o fio intrincado da história coletiva”<sup>8</sup>.

Além da utilização das narrativas dos atores sociais, de suas experiências individuais e coletivas, para a construção desse trabalho foi utilizada também uma variedade de fontes documentais tais como: livros de atas, atestados de óbitos, livros de batismo e casamento, livro de tomo da paróquia São João Batista, de Jacundá, abaixo assinados, cartas, declarações, históricos de conflitos da região pesquisada, fotografias, autos de discriminatória e jornais. Utilizei-me de tudo o que foi possível na tentativa de construir a melhor interpretação da história de Arraias.

Este trabalho está organizado em três partes. No primeiro momento busquei discutir a construção da rodovia PA-150 e o processo migratório que se direcionou para essa região. Procurei identificar a procedência dos migrantes e os motivos que levaram a deixar seus estados de origem e a ocuparem as margens dessa rodovia, destaquei ainda os seus projetos, objetivos, sonhos e toda dificuldade enfrentada por esses sujeitos desde a viagem até a permanência na região.

Na segunda parte construí uma discussão visando compreender a construção da vila de Arraias, que de centro passou a ser uma cidade à beira, à beira da estrada, foi dada ênfase às experiências, às várias vivências cotidianas dos sujeitos denominados de migrante-posseiros, às questões como a prática da agricultura enquanto principal atividade praticada por tais sujeitos, às doenças e à precária condição da assistência hospitalar, à educação e ao lazer, numa tentativa de construir uma análise das relações de vida/trabalho dos sujeitos em questão, levando em consideração os fatores culturais e materiais que marcaram as relações sociais vivenciadas na vila Arraias no momento de sua formação. Ou seja, objetivei construir

---

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> VILANOVA, Mercedes. “A história presente e a história oral: relações, balanços e perspectivas”. In: *Páginas de história*. Belém. Universidade Federal do Pará. Vol. II nº. 2, 1998. p. 14.

<sup>8</sup> DELGADO, op.cit. p.20.

uma análise que possibilitasse uma compreensão da história de vida do migrante-posseiro, a partir de suas narrativas, de suas experiências individuais e coletivas.

Enfim, na última parte desse trabalho o eixo da discussão foi a organização desses sujeitos para garantir o reconhecimento a seu direito jurídico sobre a terra apossada. O apoio da Equipe Pastoral da PA-150 composta por religiosos ligados á Diocese de Marabá que tinha uma tendência progressista religiosa (Teologia da Libertação), bem como a organização sindical, fazem parte dessa discussão final.

## I - CAPÍTULO

### A ESTRADA É NECESSÁRIA A ESTRADA! A ESTRADA É UM PROBLEMA!

(...) as estradas – [são] as artérias por onde circulariam o sangue da Pátria – uma vez construída interligados injetariam o progresso material na região e levariam para o litoral um sangue novo, fortalecido pela ampliação do território e da nacionalidade, fazendo pulsar com mais força o coração da Pátria<sup>9</sup>.

Desde o período colonial até meados do século XX, o rio era quem permitia “... a penetração nas florestas e a ocupação da Amazônia, mediante a expansão das atividades extrativistas...”<sup>10</sup>, assim o sistema fluvial amazônico foi muito importante no período da história em que “ajustava-se perfeitamente a exploração dos produtos florestais ao transporte, principalmente a exploração da borracha e da castanha-do-pará, desde as florestas até aos portos de Belém e de Manaus”<sup>11</sup>. Com a queda da economia gomífera a utilização do sistema hidroviário entrou em progressivo declínio, no final do século XX o rio não servia mais para atender aos novos interesses nacionais e internacionais sobre a região amazônica, sendo que o novo cenário político de “integração territorial” exigia ações do governo federal de modo a possibilitar a “integração” da Amazônia brasileira a outras regiões do país.

Foi a partir da conclusão de que a utilização dos rios enquanto “caminhos” não permitiram o desenvolvimento e nem a colonização da Amazônia, que as rodovias implantadas na região foram percebidas pela política governamental na década de 70 como “caminhos de integração”, deveriam assim possibilitar a ocupação e desenvolvimento da Amazônia e do Brasil como um todo<sup>12</sup>. É dentro dessa cena política da rodovia como fator fundamental na política de integração e desenvolvimento que busco compreender como ocorreu a implantação dos Planos de Desenvolvimento para a Amazônia na micro região da vila de Arraias PA-150, onde hoje está localizado o município de Jacundá, no sudeste paraense, procurando perceber até que ponto as políticas do governo federal interferiram ou marcaram a construção histórica dessa região. O foco dessa discussão é a implantação das rodovias na Amazônia, sobretudo a rodovia PA-150, o processo de ocupação das suas margens em dois tempos o da “ocupação espontânea” realizada pelos sujeitos que denominei

---

<sup>9</sup> MACIEL, Laura Antunes. “A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: Espaço, Telégrafo e civilização”. In: *Projetos Históricos n.º. 18*, São Paulo: EDUC, maio, 1999. P. 170.

<sup>10</sup> SUDAM. II Plano Nacional de desenvolvimento. Programa de Ação do governo para a Amazônia – 1975-1979, Belém, Ministério do Interior/sudam, 1976.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> SUDAM. Amazônia – política e estratégia de ocupação e desenvolvimento. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações, em Brasília. 03 de maio de 1973. Milton Câmara Senna. Superintendente.

de migrante-posseiros nas décadas de 70 e 80. E a “ocupação racional” planejada e executada pelo estado a partir da criação do Grupo Executiva de Terras Araguaia e Tocantins (GETAT), na tentativa de uma compreensão do que significou para esses sujeitos a construção da PA-150 e fundamentalmente o estabelecimento da luta pela posse de terra às suas margens.

### 1.1-Rodovias: “caminhos de integração” ou instrumento de exclusão?

*“Amazônia: terra sem homens para homens sem terra”*<sup>13</sup>. Este slogan utilizado pelo governo militar para incentivar a colonização da Amazônia na década de 70 reflete a imagem concebida sobre a região no período e que perduraria por muito tempo como sendo um “espaço vazio”. Essa imagem construída sobre a região e que orientou várias das ações do governo militar na Amazônia simplesmente negou e desconsiderou a existência e a história de muitas das populações que deveras habitavam a Amazônia, como as populações caboclas e indígenas e todos os fluxos populacionais que esta região recebeu no século XIX.

A literatura que trata da ocupação da Amazônia é unânime ao afirmar que esse processo vem ocorrendo ao longo dos séculos, contudo a década de 70 do século XX é considerada como o momento chave da colonização da região. É claro que essa percepção advém do fato de que nesse período a região foi fortemente submetida aos projetos de colonização dirigida do governo federal. Para justificar suas ações o governo utilizou como argumentos as características do pouco povoamento, baixa demografia e o isolamento da região do restante do país. Assim, os planos foram implantados a partir da necessidade de inverter essa situação, ou seja, favorecer o crescimento demográfico e desenvolvimento econômico da Amazônia, tornando-a “integrada” ao Centro-Sul do Brasil<sup>14</sup>. Considero importante perceber o que estaria por detrás do slogan “terra sem homens para homens sem terra”<sup>15</sup>, quais os fatores visados pelo governo militar ao desenvolver na Amazônia a política de colonização dirigida?

---

<sup>13</sup> Esse slogan é presente em praticamente quase toda literatura que discute a questão da terra e colonização na Amazônia durante o governo militar como PETIT, Pere. “A modernização do campo na Amazônia”. In: *A esperança equilibrada*. São Paulo: Boitempo/NAEA, 1966, p. 39-49.

<sup>14</sup> LOUREIRO, Violete Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem. Natureza*. 2. ed. – Belém: Cejup 2004. (Coleção Amazoniana, 1). HALL, Anthony. “O desenvolvimento da Amazônia brasileira”. In: *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Projeto grande Caraja*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

<sup>15</sup> COSTA, Francisco de Assis. “Política pública e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO”. In: COSTA, Francisco de Assis & RANGEL, Letícia et al (orgs.) *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília Jurídica: FASE, 2000.

Nesse sentido Otávio Guilherme Velho<sup>16</sup> argumenta que “a expansão da fronteira na década de 70 estaria destinada a ter mais uma vez o papel principalmente ideológico que foi o seu na década de 30”<sup>17</sup>. No programa do Estado Novo a ocupação do Oeste, ou seja, o preenchimento dos vácuos demográficos do território brasileiro, foi ideologicamente justificado como condição necessária para tirar o país do atraso econômico, desfazendo a sua configuração econômica formada por “ilhas”. A conquista do oeste significou para o regime do Estado Novo a integração territorial<sup>18</sup>.

Por detrás da função ideológica da fronteira na década de 30, segundo Otávio Velho poderiam ser encontradas as suas funções mais concretas como: o objetivo de recuperar a antiga posição do Brasil no mercado mundial da borracha; resolver através da migração o problema dos excedentes populacionais de outras regiões do país; evitar o êxodo rural para as grandes cidades; priorizar a colonização nacional evitando a imigração estrangeira como estratégia para evitar os movimentos trabalhistas e greves que ocorreram no Brasil antes do governo Vargas<sup>19</sup>. Na análise de Velho o movimento de fronteira em 30, a “Marcha para o Oeste” em suas funções mais concretas foi vista pelo governo Vargas como um *locus* para solucionar o problema “da massa de desocupados” do campo que constantemente se aglomeravam nas grandes cidades.

A ocupação do oeste era ainda espaço para solucionar as tensões existentes no que se refere à estrutura agrária no Brasil, uma vez que a ocupação de novas terras a partir de pequenas propriedades legitimava a fala de Vargas sobre os males do latifúndio, ao mesmo tempo as grandes propriedades rurais do país continuariam intactas<sup>20</sup>. O estudo de Velho evidencia que a “Marcha para o Oeste”, o movimento da fronteira no governo Vargas, não significou um movimento que objetivava realmente a ocupação massiva e o pleno desenvolvimento do oeste brasileiro.

Já para Alcir Lenharo<sup>21</sup>, o movimento de fronteira no governo Vargas foi ideologicamente pensado com o objetivo de se criar uma unidade nacional brasileira, uma Nação. Essa Nação seria “confeccionada” através da interiorização do país, da ocupação do Oeste, que configuraria o território brasileiro enquanto espaço físico unificado, constituindo-

---

<sup>16</sup> VELHO, Otavio Guilherme. “A fronteira amazônica e o campesinato”. In: *Capitalismo Autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro. DIFEL. 1979.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 214.

<sup>18</sup> *Ibidem*. loc. cit.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 148-149.

<sup>20</sup> *Ibidem*. loc. cit.

<sup>21</sup> LENHARO, Alcir. “A Nação em marcha”. In: *A sacralização da política* – Campinas – 2 ed. – São Paulo: Papyrus, 1986. p. 53-74.

se numa base onde outros elementos constitutivos da Nação como: “a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro”<sup>22</sup> encontrariam auxílio e condições para se desenvolver.

No discurso ideológico do governo Vargas de dar continuidade ao trabalho de conquista do território brasileiro iniciado pelos bandeirantes ainda no período colonial, de “reconquista” do Brasil, a miscigenação era elemento necessário por possibilitar a criação do “homem novo”<sup>23</sup>. A fundação do ser brasileiro como resultado de uma oposição ao estrangeiro, o despertar nas pessoas o sentimento comum de ser brasileiro, resultaria no comprometimento e na participação desses sujeitos no desenvolvimento do projeto do Estado de conquista do interior do país. Segundo observações de Fontes (2002) esses fatores funcionaram como legitimadores da “centralização do poder nas mãos do Executivo e propunha o controle da sociedade pelo Estado, que defenderia a todos das ameaças externas e reafirmaria as doutrinas de soberania nacional”<sup>24</sup>.

Voltando ao movimento da fronteira na década de 70, e seguindo o raciocínio de Velho, podemos dizer que ideologicamente nesse período o avanço da fronteira na Amazônia foi visto como mecanismo de preenchimento dos “espaços vazios”, desenvolvimento e modernização das “terras novas” dessa região. Na década de 70, assim como na de 30, por detrás do véu ideológico o qual escondia a verdadeira face do movimento de fronteira na Amazônia se encontravam objetivos e interesses os quais estavam muito além do que nos é apresentado pelo plano ideológico.

Velho nos apresenta alguns fatores que segundo ele dão um sentido mais “concreto e real” à fronteira amazônica nesse momento, e esse sentido mais concreto têm tudo a ver com as transformações que estavam ocorrendo no campo brasileiro como a redução na plantação de café no Centro-Sul e sua substituição pela criação de gado. O uso da mecanização no campo e substituição da lavoura pela criação de gado levou os proprietários das fazendas a necessitarem cada vez menos de mão-de-obra. Essa tendência em evitar uma grande força de trabalho no campo vem se acentuando desde a década de 50 quando os debates sobre a reforma agrária ficaram mais afincos e a ameaça de que os proprietários poderiam perder a terra trabalhada por trabalhadores individuais acentuou ainda mais a dispensa da força do colono no Centro-Sul e do morador na região Nordeste.

---

<sup>22</sup> Ibidem. P.56.

<sup>23</sup> FONTES, Edilza. “Baratismo e Nacionalismo: A Batalha d Borracha (1940-1945)”. In: *Coleção Contando a História do Pará*. Belém: E. Motion, 2002 p. 45-69.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 56.

Para Velho essas modificações estão intimamente ligadas à nova legislação, o Estatuto do Trabalhador que foi aprovado na década de 60, o qual poderia conceder ao colono ou morador o direito à terra trabalhada. Essa nova legislação causou uma quebra das relações de morador e colono que até então era o que regia as relações no campo brasileiro. Essa quebra levou a forte tendência em evitar o uso de uma força de trabalho grande, deixando uma significativa quantidade de trabalhadores “ociosos” o que contribuiu significativamente para a saída desses sujeitos para outras regiões. Outro fator é a desarticulação dos minifúndios, tanto no Nordeste como no Sul, devido à supervalorização da terra nessas regiões o que muito contribuiu para que grande parte das famílias, as quais saíam dessas regiões, migrassem, sobretudo para os centros urbanos.

A partir da década de 60 a população rural excedente, que desde a década de 30 havia chegado às cidades e que desempenhavam funções no setor terciário, se vê forçada à procurar um outro espaço onde pudesse viver, pois as relações capitalistas chegaram a tal ponto que as funções desempenhadas por essas pessoas se tornaram escusado, uma vez que as grandes empresas capitalistas tomaram conta desse setor. Ocorre também a substituição das indústrias burguesas pelas novas indústrias o que levou o setor industrial tornar-se menos dependente de mão-de-obra não qualificada e reduzir ao máximo o número de trabalhadores. Assim a forte competição gerada pela intensidade do capitalismo na indústria brasileira criou um fluxo migratório considerável em direção a Amazônia constituído por pequenos comerciantes que não possuíam possibilidades de concorrer com do grande capital. Para Velho o movimento de fronteira na Amazônia na década de 70 se apresenta como um novo “escoadouro” que tinha função de receber os trabalhadores rurais e urbanos, expulsos do campo e das grandes cidades devido o constante fortalecimento das relações capitalistas, principalmente no campo<sup>25</sup>.

Para José de Sousa Martins, compreender ou explicar o significado da fronteira a partir do desenvolvimento ou fortalecimento do capitalismo no campo é perder a diversidade histórica que envolve a situação de cada grupo social da fronteira. Em sua análise a dimensão econômica da fronteira aparece como algo secundário. Explorando o conceito de fronteira para Martins percebemo-la para além da delimitação territorial e econômica. “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (marcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. É, sobretudo, *fronteira*

---

<sup>25</sup> VELHO, op.cit. 1979.



do humano”<sup>26</sup>. Em seu olhar “litúrgico e sacrificial” a ocupação dos territórios novos na Amazônia aparece como um ambiente de conflitos, não de classes, mais sim um conflito de historicidades, de temporalidades diferentes, onde a figura central de sua análise não é o pioneiro, mas sim a vítima de sujeitos que culturalmente são diferentes daqueles da frente pioneira. Para Martins a fronteira que avança sobre a Amazônia no século XX é percebida como um momento de encontro e ao mesmo tempo de desencontro entre o “homem branco” e os grupos indígenas<sup>27</sup>, onde o “outro” é colocado como inferior, selvagem, devendo assim ser dominado, civilizado, explorado e subjugado nesse espaço conflituoso.

É-nos caro na discussão de Martins a sua constatação de que a frente de expansão no Brasil é caracterizada pela “ausência da propriedade formal da terra”, a qual é constituída ou reconhecida pelos direitos de posse e domínio. Assim a população camponesa é caracterizada como posseira ou ocupante da terra, pois não possuem o título de propriedade. Os padrões, onde os há, foram durante longo tempo, até poucos anos, ou meros posseiros, como os camponeses, ou arrendatários de terras públicas, pagando ao Estado foros quase simbólicos e, sobretudo, pagando com favores políticos e eleitorais, do tipo clientelista, as concessões territoriais recebidas<sup>28</sup>.

Essa foi durante muito tempo a realidade do Sudeste paraense, as terras que antes pertenciam a diversificados grupos indígenas na região, a partir do século XIX foram sendo ocupadas por migrantes que vinham, sobretudo do estado de Goiás e Maranhão, e se fixaram na região interessados na exploração do caucho que teve um curto, mas importante período de existência, dando espaço à exploração da castanha-do-pará. A forma de apropriação e uso da terra no Sudeste do Pará sofreu forte influência do chamado “ciclo da castanha”.

O historiador Pere Petit<sup>29</sup> e Marília Ferreira Emmi<sup>30</sup>, nos possibilitam importantes discussões acerca do apossamento e domínio das terras nessa região. Nos anos 20 do século XX a extração da castanha assume expressão econômica significativa na região, até 1924 a extração desse produto vegetal era realizada livremente pela população nos chamados castanhais livres, a partir dessa data as terras dos castanhais passaram para o

---

<sup>26</sup> MARTINS, José de Sousa. *A fronteira a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.p. 13.

<sup>27</sup> Para Martins, “a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro”. Ibidem. p. 151.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 193.

<sup>29</sup> PETIT, Pere. “O ‘surto da castanha’ e as oligarquias do Tocantins”. In: *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

<sup>30</sup> EMMI, Marília Ferreira. *Estrutura fundiária e poder local: o caso de Marabá*. Dissertação de Mestrado. UFPA/NAEA. Belém, 1985.

sistema de arrendamento<sup>31</sup>. Nesse momento as relações estabelecidas entre o governo local e o governo estadual se fortaleciam, a renovação dos arrendamentos seguiam critérios que possibilitavam o controle político dos donos de castanhais<sup>32</sup>, sendo estes os chefes políticos do sudeste paraense.

Já na década de 50 a forma mais comum de apropriação das terras dos castanhais foi através do sistema de aforamento, quando foi dada concessão de títulos de terras, onde quem tivesse recebido a concessão teria o direito perpétuo sobre a terra, direito esse possibilitado mediante o pagamento anual ao Estado de uma taxa<sup>33</sup>. Com base nas observações de Petit, o aforamento das terras de castanhais que antes eram arrendadas beneficiou “as famílias que possuíam um maior número de áreas de castanhais sob o sistema de arrendamento”<sup>34</sup>, ou seja, as famílias que detinham o poder econômico e político da região.

Essa mudança na forma de apropriação e garantia do domínio das terras de castanhais nos é apresentada por Violeta Loureiro (2004) como o meio pelo qual a elite regional se utilizou para garantir que as terras de castanhais arrendados continuassem sobre seus domínios, uma vez que a abertura da rodovia Belém-Brasília nesse período levou a “... inúmeros empresários de fora da região (...) a adquirir terras que ficariam próximas da estrada...”<sup>35</sup>, fato esse que deixou os empresários da região temerosos em perder o controle sobre o domínio das terras na região.

A construção da rodovia Belém-Brasília favoreceu a entrada do “grande capital” na Amazônia, o que acarretou mudanças nas relações econômicas da região. Onde as formas de apropriação da terra e das relações de trabalhos passaram a sofrer um controle mais efetivo por parte da elite local<sup>36</sup> e de outras empresas que nesse momento passaram a ser proprietários de grandes extensões de terras na Amazônia. A construção da rodovia Belém-Brasília deu início a um processo que se acentuaria na década de 70 com mais efervescência, a abertura do mercado de terras e a expansão da pecuária extensiva na Amazônia, que

---

<sup>31</sup> Segundo Loureiro, “O arrendamento era um contrato que, em troca da exploração da castanha, obrigava o arrendatário a fazer algumas benfeitorias, como estradas, replantio de mudas de castanheiras etc. Na prática, alegando que o arrendamento não assegurava uma continuidade na exploração dos lotes e que, por isso não havia vantagens em investir e fazer benfeitorias nos castanhais, os arrendatários conseguiam que o governo aprovasse a renovação dos arrendamentos, mesmo sem terem cumprido o que dispunham as cláusulas contratuais estabelecidas e por eles aceitas anteriormente”. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2. ed. – Belém: Cejup 2004. (Coleção Amazoniana, 1). p. 55.

<sup>32</sup> PETIT, Pere. Op. cit.

<sup>33</sup> Ibidem. p.197.

<sup>34</sup> Ibidem. loc cit.

<sup>35</sup> LOUREIRO, Op.cit. p.55.

<sup>36</sup> Ibidem. loc.cit.

possibilitou a intensificação da entrada “de ocupantes e também de um grupo de homens ligados a negócios fundiários, de agropecuária e agroindústria...”<sup>37</sup> na região. A partir desse momento, e por todos os outros que ainda viriam, esse território começaria a entrar no “circuito rentável da renda da terra ou da aplicação de capital na aquisição de terrenos”<sup>38</sup>. Ou seja, era a frente pioneira, que com a ajuda do “grande capital” por essas paragens chegava e se instalava dando início a um conflituoso processo de disputa pela posse de terras na Amazônia entre os que já habitavam a região e os que, estimulados pela construção de rodovias, ainda chegariam.

A construção da rodovia Belém-Brasília inaugurada em 1961, que ligou fisicamente a Amazônia (através do Pará ao Centro Oeste e ao Sudeste e ao Sul)<sup>39</sup> foi o marco inicial do processo de integração do território amazônico. Essa rodovia fazia parte do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que visava integrar a Amazônia ao Projeto Nacional Desenvolvimentista. A estrada seria utilizada para o ingresso de produtos industrializados na região, fazendo dessa um novo mercado consumidor. O discurso sobre o território amazônico nesse período era de valorização e tomada de posse, essa tomada de posse foi pensada a partir da implantação de colônias agrícolas às margens da rodovia que possibilitaria o fortalecimento da atividade agrícola e tornaria a região densamente habitada<sup>40</sup>.

A participação do Estado no desenvolvimento da Amazônia teve início na década de 1940, quando intervêm de modo mais intenso na região. Essa intervenção se caracterizou pela idéia de “valorização” econômica. A ação do estado nesse período visava à implantação da sociedade industrial moderna no Brasil, estando este, nesse momento inserido no pólo dos países periféricos, por possuir “atividades com elevada produtividade ao lado de outras bastante reduzidas (p.e. agricultura de subsistência)”<sup>41</sup>. Esse diagnóstico elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) conseqüentemente contribuiu para que o Estado realizasse fortes interferências nas questões econômicas do país. No que diz respeito à Amazônia o Estado desenvolveu políticas que visavam a integração regional, almejando desse modo homogeneizar as estruturas sociais e econômicas do Brasil como um todo.

---

<sup>37</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa. *Conflitos agrários no Pará*. Belém, 2002. No prelo.

<sup>38</sup> MARTINS, José de Souza. *A fronteira a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997, p. 193.

<sup>39</sup> LOUREIRO, op.cit. p.78

<sup>40</sup> BRITO Daniel Chaves. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001 p.137.

<sup>41</sup> Ibidem. P. 114.

Inserida no processo de “modernização acelerada”, principalmente a partir da década de 1950, a região amazônica recebeu a chamada política de valorização, sendo que sua estrutura econômica e social baseada no extrativismo e na agricultura de subsistência era caracterizada como não moderna. Fato esse que, segundo ideólogos, muito colaborava para colocar o Brasil no pólo dos países de economia periférica<sup>42</sup>.

A visão sobre a Amazônia nesse período era de uma região caracterizada como “espaço vazio”, economicamente improdutivo e politicamente perigoso. Assim o planejamento estatal buscava estratégias de desenvolvimento que levasse à modernização da região, acabando desse modo com o desequilíbrio socioeconômico regional do país através da integração dos espaços econômicos, onde a rodovia Belém-Brasília era peça fundamental<sup>43</sup>.

Na prática a construção da estrada Belém-Brasília<sup>44</sup> principalmente a partir de 1960 passou a ser o ponto de destino dos agricultores pobres do Nordeste os quais antes se dirigiam para os Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estimulada pela construção da estrada, a fronteira em expansão se movia em direção ao Mato Grosso e Sul do Pará<sup>45</sup>. Num primeiro momento os migrantes que por essas regiões chegavam tiveram acesso às terras devolutas e puderam dedicar-se à agricultura de subsistência apesar da falta de planejamento e de organização por parte do Estado. Na década de 70 essa fronteira já havia se fechado devido à monopolização da terra por grandes proprietários, pois “a falta de garantias efetivas estimulou rapidamente a expansão irrestrita do latifúndio”<sup>46</sup>.

A Belém-Brasília foi a primeira de várias outras rodovias que seriam construídas com os objetivos de ocupação, integração e desenvolvimento econômico e social da Amazônia e do Brasil como um todo. A partir da década de 70 as políticas de desenvolvimento para a Amazônia passaram a ser guiadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), caracterizadas por um modelo de integração econômica da região orientada pelos Planos de desenvolvimento da Amazônia (PDA). A política desses planos

---

<sup>42</sup> BRITO Daniel Chaves. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 13.1

<sup>44</sup> Segundo Hall (1991) a rodovia Belém-Brasília foi “supostamente inspirada por pressão do lobby da nascente indústria automobilística do país, e não pelo desejo de colonizar o interior per se, estima-se que a estrada atraiu 174.000 migrantes no período de 1960-70, de uma forma muito desorganizada e não planejada”. O desenvolvimento da Amazônia. HALL, Anthony L. *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Projeto Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 25.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> HEBETTE, Jean e ACEVEDO MARIN, Rosa E. “Colonização espontânea, políticas agrárias e grupos sociais”. In: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. (IPEA) Instituto de Planejamento econômico e social. Monografia n. 29. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1979.p.160-61.

estimulou a expansão das empresas agropecuárias e minerais incentivando a migração de empresários com condições para investir na modernização econômica da Amazônia, sendo que para o governo militar o regime só seria justificado caso provocasse o crescimento econômico e integração da Amazônia ao contexto nacional<sup>47</sup>.

Podemos afirmar que foi na década de 70 que as idéias e discursos de modernização, progresso e integração realmente se concretizaram. Esse período marcou na Amazônia um momento de profundas transformações movidas por idéias políticas e econômicas, a estrutura física/social da região passou por profundas mudanças às quais objetivavam construir a imagem da Amazônia brasileira enquanto região de riquezas, de progresso, moderna e industrializada. Incentivaram-se as migrações com o objetivo de preencher os espaços “vazios”, implantaram-se as “company towns”, hidrelétricas, estruturas essenciais para o pleno desenvolvimento do Programa Grande Carajás (PGC); construiu-se rodovias, as quais deveriam ligar a Amazônia “subdesenvolvida” ao Centro – Sul do país região industrializada, desenvolvida<sup>48</sup>.

Na análise que realizou sobre as práticas das elites políticas locais e as mudanças econômicas ocorridas no Pará a partir dos anos 60, Petit destaca que na década de 1966, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), o governo federal intensificou sua intervenção na Amazônia. A implantação da SUDAM ocorreu sobre o discurso de que era absolutamente necessário “... estimular a ocupação do território (...) para garantir a ‘posse desse imenso espaço vazio’ (...) e evitar a cobiça internacional sobre a Amazônia”<sup>49</sup>. Essa necessidade de garantir a posse do território amazônico para o Brasil devia-se à experiência já vivida no período da borracha quando o governo incentivou a vinda de empresários internacionais, os quais exerceram na região um poder significativo, ameaçando a soberania do governo brasileiro, gerando assim certa preocupação com relação ao território amazônico, que nesse período era tido como “não integrado na nação brasileira”<sup>50</sup>.

Para que os Grandes Projetos fossem implantados na Amazônia a região passou por uma reestruturação, esta caracterizada ou possibilitada pelos incentivos dados pelo governo federal para intensificar a ocupação da região com o apoio e concessão de incentivos fiscais em investimentos privados e com a aplicação de significativos recursos

---

<sup>47</sup> BRITO, op.cit, p. 162.

<sup>48</sup> SUDAM. Avaliação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (IPDA). 1972-1974. Nesta avaliação a Amazônia é caracterizada como subdesenvolvida.

<sup>49</sup> PETIT, op.cit. p.79.

<sup>50</sup> Ibidem. p.80.

financeiros na construção de rodovias<sup>51</sup>. Para Otávio Velho, as políticas pensadas para a Amazônia nesse período advém de uma série de discussões sobre o que se deveria finalmente fazer da Amazônia, pois parecia haver “chegado o tempo, em face dos desdobramentos do desenvolvimento, de finalmente dar-se um passo decisivo na direção da Amazônia”<sup>52</sup>.

A partir dessa preocupação criaram-se órgãos responsáveis em planejar, incentivar e de certo modo garantir o desenvolvimento e integração da Amazônia ao restante do Brasil. Dentre os planos criados é destacado o Plano de Integração Nacional (PIN) que tinha como metas financiar as obras de infra-estrutura da região, sendo uma delas a construção da rodovia Transamazônica.

A estratégia global do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (IPDA) era de:

Integrar para desenvolver, a qual se assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes.

I – Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira.

II – Ocupação econômica e desenvolvimento<sup>53</sup>.

A principal ação que envolvia o IPDA era “integrar para desenvolver”, essa integração “caracterizou-se pela construção de grandes vias de penetração amazônica: a Transamazônica, a Cuiabá – Santarém<sup>54</sup>”, que “independente da função de penetração e integração, visavam à implantação de vasto programa integrado de desenvolvimento, através de projetos pecuários, agrícolas, agroindustriais e de colonização [...]”<sup>55</sup>.

As rodovias implantadas na Amazônia além de integrar fisicamente a região ao restante do Brasil, possibilitando a penetração do capital nacional estrangeiro, deveriam servir de estrutura a empreendimentos como o desenvolvimento da pecuária de gado de corte e agricultura de culturas selecionadas como o dendê, cacau, castanha-do-pará, algodão, juta, malva, arroz, entre outras. Além de projetos de colonização com o objetivo de povoar a região.

No IPDA, a rodovia aparece como instrumento de integração e ocupação. A rodovia Transamazônica foi o primeiro passo dado em direção à colonização oficial. Essa rodovia (BR-230) teve início em 1970, o seu traçado deveria ligar o Nordeste à Amazônia unindo, desta forma, as áreas populacionais ao sul do rio Amazonas “o trecho inicial, que vai de Picos, no Piauí, até Estreito, na rodovia Belém-Brasília (...) no quilômetro 1.200

---

<sup>51</sup> ACEVEDO MARIN, op.cit.

<sup>52</sup> VELHO, op.cit. p.212.

<sup>53</sup> Ibidem. loc. cit.

<sup>54</sup> SUDAM. Avaliação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, p. 5.

<sup>55</sup> SUDAM-II Plano Nacional de Desenvolvimento. 1975-1979. p.39.

encontrando com a Cuiabá-Santarém (BR 165) ”<sup>56</sup>. Ao longo dos seus trechos, o projeto da Transamazônica previa a instalação de agrovilas, agrópolis e ruropólis<sup>57</sup>, estruturas que deveriam atender as necessidades básicas dos migrantes que seriam direcionados para a área, com o objetivo de acalmar os conflitos sociais que estavam se efetivando na região Sudeste e fundamentalmente Nordeste do país e, junto a isso, resolver o problema do povoamento da Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 alqueires por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica” <sup>58</sup>.

Nesse processo de integração física e econômica do território amazônico e de sua ocupação, as rodovias federais eram concebidas como estruturas indispensáveis a concretização dessas políticas. Deste modo as rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica foram “... concebidas para promover a integração da Amazônia ao restante do Brasil. Definida também como setores chaves do desenvolvimento econômico: a pecuária a agricultura e a indústria” <sup>59</sup>. O governo federal tinha o plano de colonizar, ocupar as terras às margens dessa rodovia. Dentro desse plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia o governo federal deu total apoio aos grandes proprietários de terras e às empresas agroindustriais. O custo desta ação política foi a expulsão de várias famílias que ocupavam as áreas onde foram determinadas para implantar essas empresas. Pere Petit<sup>60</sup> faz crítica a essa política que segundo ele era “autoritária” e “conservadora”, pois colocava o camponês numa situação desigual em relação ao grande proprietário, dando ao último total apoio, com essa política de modernização da Amazônia que resultou na formação e conservação de grandes propriedades no Pará.

A partir dessas informações podemos perceber que paralelo ao incentivo dado ao grande proprietário, inicialmente o governo também pensou e procurou aparentemente apoiar as famílias que se deslocassem de outras regiões para a Amazônia. É importante frisarmos

---

<sup>56</sup> Coleção NAEA/FIPANI – Amazônia no Processo de Integração nacional. Provavelmente datado do final da década de 70.

<sup>57</sup> “Agrovila menor centro de integração a comunidade urbana rural, compõe-se, em media, de 50 famílias e compreende, essencialmente, os serviços de ensino primeiro, pequeno posto de serviço de saúde e pequeno comércio (...) agropoles constitui um centro de segunda grandeza, polarizado em torno de, aproximadamente, 20 agrovilas (1000 famílias de agricultores e mais as famílias vinculadas aos setores não agrícolas) e compreendendo: centro administrativo dos órgãos públicos e apoio, cooperativo; centro de assistência técnica; escola primaria; agroindústrias e demais serviços básicos. A ruropólis constitui um centro de integração da comunidade, formada pelas agrovilas e agropoles de vida urbana intensa, associada ao desenvolvimento de atividades industriais e serviços” SUDAM-Programa de Integração Nacional e Colonização da Amazônia/1975.p.48. Por uma serie de motivos essa estrutura não foi totalmente implantada, para maiores esclarecimentos a esse respeito consultar: HALL, op.cit.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>59</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2. ed. – Belém: Cejup 2004. (Coleção Amazoniana, 1). p.86.

<sup>60</sup> PETIT, op.cit, 2003.

que toda propaganda realizada sobre a Amazônia pelo governo federal, para atrair pessoas para a região realizou-se sobre a imagem da Amazônia como um “espaço vazio”, uma região rica em recursos naturais propícia para receber homens desprovidos de terras. A propaganda do governo atraiu muitas famílias de migrantes para a região amazônica, contudo, ao chegarem à região muitos constataram que a promessa feita pelo governo era enganosa, pois era prometida aos migrantes toda uma estrutura para que pudessem se manter na região, trabalhando na terra que possivelmente iriam adquirir<sup>61</sup>.

Contudo, em 1974 o governo federal deixou de incentivar a colonização dirigida e passou a dar total apoio à implantação de grandes empresas agroindustriais e agropecuárias na Amazônia Legal. Todo incentivo financeiro que o governo federal concedeu para a implantação de grandes empresas agropecuárias na Amazônia e a falta de apoio ao migrante que chegava à região com objetivo de adquirir terras, causou no Pará mais precisamente no Sudeste, vários conflitos agrários.

A violência empregada para expulsar os posseiros foi a causa principal que levou os municípios do Sudeste do Pará a se converterem desde início dos anos 1980 nos cenários do maior número de conflitos agrários e assassinatos de posseiros e suas lideranças sindicais ocorridas no Brasil, parte dos quais aconteceram em Marabá que é um dos municípios onde existe uma das mais altas concentrações da propriedade da terra do país<sup>62</sup>.

Ao incentivar a instalação de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais na Amazônia, o Estado desconsiderou, ignorou a presença do posseiro que já ocupava a região. Essa atitude contribuiu significativamente para o acirramento da luta pela terra na região, por colocar no mesmo espaço uma gama de sujeitos que tinham o objetivo comum de ocupação e utilização de terras. Percebe-se claramente o confronto entre o fazendeiro e o posseiro, onde o mais “forte” prevalece inicialmente ganhando, apoiado pelo governo federal ocorrendo a expulsão e o assassinato de posseiros.

Segundo o pronunciamento do general Ernesto Bandeira Coelho, Superintendente da Sudam, proferido na abertura da reunião comemorativa do terceiro aniversário da Sudam,

Embora ainda em fase de implantação pioneira, algumas rodovias já ofereciam um resultado positivo na batalha de incorporação da Amazônia. Centenas de núcleos populacionais, surgidos às margens desses caminhos de penetração, laçam os marcos de ocupação e domínio da selva, antes impenetrável. A parte ocidental da

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 88

<sup>62</sup> Ibidem. p. 206



Amazônia recebe, assim, os primeiros influxos do Brasil Grande de nossos dias, com a presença diária do caminhão transportando gêneros alimentícios e braços para o trabalho de abertura da selva<sup>63</sup>.

Nesse trecho do pronunciamento as rodovias são percebidas como “caminhos de penetração”, são símbolos de ocupação e domínio da selva, as “artérias” por onde se transportava a civilização, o progresso para a Amazônia selvagem. A construção de rodovias na Amazônia sejam elas federais ou estaduais sempre estiveram acompanhadas da “abertura do mercado de terras e a expansão da pecuária extensiva”<sup>64</sup>, fato esse que conseqüentemente contribuiu para gerar e aumentar os conflitos fundiários na região. Assim podemos concluir que a implantação de rodovias na Amazônia era necessária, do ponto de vista do governo, por ter dentro das políticas planejadas e implantadas na região a função de possibilitar a solução do polêmico e histórico transtorno do problema da ocupação efetiva da Amazônia e de sua integração à região Sul do Brasil. Contudo, a rodovia se transformou num problema na medida em que a ocupação de suas margens se transformou em um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta até hoje o conflito, a luta pela posse de terras e da natureza amazônica. Um processo que levou e que ainda muito contribui para o agravamento da violência na região, caracterizada, sobretudo pelo massacre e exclusão dos camponeses em detrimento do grande capital.

Foot Hardman (2005) construiu uma discussão na qual apresenta todo sofrimento, exploração e desilusão causadas pela construção de estradas na Amazônia. A ferrovia Madeira – Mamoré construída no século XIX em meio à selva amazônica simbolizava a subjugação da barbárie da região à civilização capitalista. Ou seja, “era o espetáculo da modernidade na selva”<sup>65</sup>, projetada e implantada para atender aos interesses das empresas e bancos estrangeiros a custo do drama vivido por migrantes trabalhadores de várias partes do mundo, submetidos a condições de trabalho compulsório, desumano. A expansão das fronteiras do Estado e a construção de uma infra-estrutura necessária à circulação capitalista de mercadorias foram elementos suficientes para “justificar” todo sofrimento e morte de vários dos sujeitos envolvidos na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

---

<sup>63</sup> SUDAM-Amazônia e Sudam 3º Aniversariam. Ministério do Interior. Belém, 1970, p.17.

<sup>64</sup> ACEVEDO MARIN. Op. Cit, p. 07

<sup>65</sup> HARDMAN, Francisco Foot. “Quimeras de ferro: História repetida como tragédia”. In: *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira mamoré e a modernização na selva*. 2. Ed. Rer. Ampl – São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

As estradas são construídas na Amazônia sempre com base em discursos de desenvolvimento, modernização regional e nacional, no entanto na prática a construção de rodovias na região amazônica sempre esteve acompanhada de problemas de várias naturezas, que resultam na modificação das estruturas físicas naturais, sociais, econômicas e culturais dos territórios cortados pelas mesmas. Como por exemplo, a estrada BR-316, a Pará-Maranhão, cuja construção em meados da década de 60 marcou de maneira injusta e violenta a vida de muitos colonos que já habitavam a região antes de sua construção, os quais passaram a viver um processo de expulsão de suas terras devido à ação de grileiros interessados na valorização das terras situadas às margens da BR-316<sup>66</sup>.

Outro exemplo é a já citada BR-2301, a Transamazônica, projeto do Plano de Integração Nacional (PIN) que passou a ser o símbolo da política de colonização dirigida, o qual foi abandonado em 1974. Quando o governo gerou uma série de obstáculos para os pequenos agricultores que sem a ajuda do governo tiveram que enfrentar os vários problemas proporcionados pelo abandono da Transamazônica como a dificuldade de comercialização de suas produções a situação crítica em que se encontrava a estrada, a falta de assistência médica entre outros<sup>67</sup>.

A estrada traz consigo a valorização da terra, a transforma em mercadoria valiosa, bem cobiçada. Essa valorização conseqüentemente gera a exclusão dos sujeitos que possuem a terra por muito tempo habitarem e trabalharem sobre ela (o direito de posse). Mas que não possuem um documento que legitime o seu direito de proprietário, o qual é essencial no “novo mundo” que chega com a rodovia, onde a terra é mercadoria. Assim começa o conflito, a luta pela terra, marcada por ondas de violências e desconsideração dos direitos e da vida dos sujeitos que na região chegaram antes das rodovias.

Binka Le Breton, no seu estudo sobre a vida e morte do padre Josimo, nos possibilita um belo e triste exemplo das questões aqui levantadas, quando afirma que a construção de estradas na região do Bico do Papagaio na década de 60 significou para os seus habitantes o fim dos “bons tempos [que] se dissipara como a névoa da manhã”<sup>68</sup>. Pois a estrada trouxe a cerca que cercou a terra e com elas as palmeiras de babaçu, fundamentais para a sobrevivência das famílias que ali residiam, famílias foram expulsas da terra violentamente, suas casas e seus roçados foram queimados, muita gente foi espancada e

---

<sup>66</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2001 – Coleção Amazoniana: 5

<sup>67</sup> HALL, Anthony L. Op.cit.

<sup>68</sup> LE BRETON, Binka. *Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo..* São Paulo:Edições Loyola, 2000. p.34-35.

assassinada. Tudo isso resultado da construção de estradas que, construídas sobre um discurso de modernização e integração, justificado sobre o discurso de “espaço vazio”, negam a existência de uma gama de sujeitos, passando por cima de seus modos de vida, de suas necessidades, ou seja, de suas existências, como se fossem invisíveis, inexistentes.

Vamos agora partir para uma compreensão dos efeitos provocados no Sudeste paraense a partir da implantação da rodovia PA-150 na década de 70. Dando ênfase a experiência do migrante-posseiro: como o processo migratório, a chegada à região, identificando seus interesses e que tipos de ações desenvolveram para defendê-los.

## 1.2-Rodovia PA-150: construção, ocupação, significados e conflitos.

A rodovia estadual PA-150 é a maior do Estado do Pará, com 1.100 km, ela possibilita a integração do Sudeste do Pará ao contexto regional. É por essa estrada que trafega grande parte da produção rural e industrial do sudeste paraense, com um movimento diário de 2.200 veículos aproximadamente realizando o transporte de pessoas, madeira, gado e outros produtos para diversas regiões do estado<sup>69</sup>.

A cena política na qual se deu a implantação da rodovia PA-150 foi caracterizada por mudanças na política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, foi exatamente no momento em que o governo militar abandonou a política de colonização dirigida em detrimento da grande empresa privada<sup>70</sup>. Assim o desenvolvimento da Amazônia brasileira passou a ser orientado a partir de investimentos nos meios de transporte e na implantação e desenvolvimento das atividades que visavam a exportação, como a pecuária extensiva, indústrias de exploração madeireira e minerais<sup>71</sup>. Essa mudança na política, nos planos do governo militar para a região amazônica, mais precisamente durante o governo Gaisel, é de extrema importância para a compreensão de como e por que ocorreu a implantação da rodovia PA-150 e o processo de ocupação das terras localizadas às suas margens. Uma vez que tanto a política do governo militar baseada na implantação de grandes empresas na Amazônia, como a colonização dirigida implantada na região no início do regime militar marcaram profundamente a construção histórica do sudeste paraense.

---

<sup>69</sup> Correio do Tocantins, 04 a 06 de abril de 2006, p. 02. Marabá Pará.

<sup>70</sup> HALL, Anthony. Op.cit. p. 37.

<sup>71</sup> Ibidem.

Um dos objetivos do II Plano de ação do governo para a Amazônia era promover o apoio de transportes para a exploração do potencial econômico na região. Esse plano era constituído de várias ações que visavam a construção de hidrovias, aeroportos, da ferrovia de Serra dos Carajás, melhoramentos de portos, construção de rodovias como PA-150 que ligaria a PA-70 a PA-82, ligando Marabá a Belém, um dos projetos importantes para a integração econômica da parte meridional da Amazônia e sua articulação com mercados do Norte e o exterior<sup>72</sup>.

O processo de ocupação das margens da rodovia PA-150 por migrante-posseiros faz parte da história social desta estrada em relação à política do governo federal de integração, colonização da Amazônia no início da década de 70. Sendo que a propaganda oficial “(...) favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial de milhares de camponeses sem-terra e minifundistas de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando como posseiros milhares de hectares da Amazônia, sobretudo do sudeste do Pará”<sup>73</sup>.

Com base nas entrevistas realizadas com alguns dos primeiros migrantes que chegaram à rodovia PA-150 na década de 70 na região da vila de Arraias e também com base em análise de registros paroquiais e de óbitos, pude chegar à conclusão que foram duas as frentes migratórias para essa região. Uma formada por migrantes que se direcionava para a PA-150 vila de Arraias, vindos dos povoados e cidades que ficavam na rodovia Belém-Brasília e na PA-70. A outra frente migratória era formada por migrantes que haviam procedido de outros estados e foram logo se estabelecendo às margens da estrada.

Ao analisar o livro 01 de casamentos da paróquia São João Batista de Jacundá, iniciado em 04/07/1980 e fechado em 15/08/1985, observei que os primeiros moradores do povoado Arraias eram, em sua maioria, originários do Nordeste brasileiro procedentes principalmente dos Estados do Maranhão e Bahia. De um total de 396 casamentos realizados 272 pessoas, entre homens e mulheres, são naturais do Maranhão, 141 naturais da Bahia, 80 do Espírito Santo, outros Estados ficaram distribuídos com um total de 275 pessoas. Observando a tabela 01, a quantidade de pessoas naturais do estado do Maranhão só perde para os outros estados (Piauí, Minas Gerais, Goiás, Ceará), por 03 pessoas a menos.

Tanto na tabela 01 como na 02, a quantidade de baianos e maranhenses é superior a quantidade de pessoas naturais de outros Estados. Do total de 792 pessoas que se casaram na paróquia São João Batista entre 1980 e 1985 apenas 24 era paraense, o que nos

---

<sup>72</sup> SUDAM-II Plano Nacional de Desenvolvimento. Op.cit.p. 77-78.

<sup>73</sup> PETIT, Pere. Op.cit. 2003.

leva à constatação de que os moradores do povoado Arraias eram em sua grande maioria pessoas migrantes de outros estados do Brasil.

Tabela 01 – Casamentos realizados em Arraias entre os anos de 1980 a 1985.

<b>Natural</b>	<b>Pessoas que casaram entre o ano 1980 a 1985 na Paróquia São João Batista de Jacundá.</b>
Maranhã	<b>272</b>
Bahia	<b>141</b>
Espírito Santo	<b>80</b>
Pará	<b>24</b>
Outros Estados	<b>275</b>
<b>Total</b>	<b>792</b>

Fonte: Livro 01 de Casamentos da Paróquia São João Batista de Jacundá

Outras fontes levantadas que nos indicam a naturalidade das pessoas que migraram para a PA-150 são as declarações de posses, onde encontramos especificada a naturalidade dos posseiros. Encontrei na Comissão Pastoral da Terra de Belém trinta e quatro declarações de posseiros envolvidos em conflitos agrários nos quilômetros 66 e 70 da PA-150 no ano de 1978, do total de trinta e quatro posseiros da área, dezessete declaram-se baianos, dois paranaenses, dois piauienses, seis maranhenses, um cearense, um mineiro, três pernambucanos em duas declarações não consta a informação.

Tabela 02 – Naturalidade dos posseiros dos km 60 e 70 da PA-150.

<b>Naturalidade</b>	<b>Declarações de posseiros envolvidos em conflitos agrários nos km 60 aos 70 da PA-150</b>
Baianos	<b>17</b>
Maranhenses	<b>06</b>
Pernambucanos	<b>03</b>
Paraenses	<b>02</b>

Piauienses	<b>02</b>
Não consta naturalidade	<b>02</b>
Cearense	<b>01</b>
Mineiro	<b>01</b>
Total	<b>34</b>

Fonte: Declarações de posseiros dos arquivos da CPT de Belém.

Com base na análise das declarações pude ainda observar que a maioria dos declarantes possui uma longa experiência no que diz respeito ao ato de migrar. Comparando a naturalidade dos posseiros com o local de expedição do documento de identidade verifiquei que geralmente esse documento não foi expedido na cidade ou estado de naturalidade do posseiro. Esse foi o caso dos Srs. Francisco de Souza Colhe que é natural de Valença no Piauí cuja identidade foi expedida no estado do Maranhão, Pedro Silva Batista natural de Echu-Pernambuco, identidade expedida no Goiás, Cícero Lima natural do Maranhão a identidade de Rondônia<sup>74</sup>. Essa mesma situação foi encontrada nos relatos orais como podemos observar na narrativa do Sr. Raimundo Lima:

Eu sou piauiense, também maranhense e paraense, porque eu nasci no Pernambuco de lá com cinco anos de idade ai a gente veio pro Piauí, minha família toda eu tinha cinco anos e lá no Piauí morei quinze anos ai eu fui pro Maranhão região de Guapeba lá eu casei ai fui morar em Santa Luzia de Santa Luzia eu vim pra Imperatriz de Imperatriz eu vim pra Açailândia de Açailândia eu vim pra cá [Pará]  
75

A história de vida do Sr. Raimundo Lima é fortemente marcada por processos migratórios, os quais foram vivenciados pelo mesmo desde a infância. É natural do estado de Pernambuco viveu no Piauí, no Maranhão e atualmente mora no Pará. Segundo sua narrativa o que motivou todo esse processo migratório foi a busca pela terra, a qual está fortemente ligada a melhoria de condições de vida. Em Pernambuco seu pai era sapateiro, este não queria que os filhos seguissem a mesma profissão mudou-se com a família para o Piauí na esperança de conseguir terras onde a família pudesse trabalhar. Como o “trabalho de roça no Piauí não dava renda”, mudaram-se para o estado do Maranhão onde conseguiram terras, as chamadas terras “livres” que ao se tornarem de “donos” na década de 70, levou o Sr.

<sup>74</sup> Declarações de posses de posseiros da rodovia PA-150, datadas de 14 de março de 1978. Arquivos da CPT de Belém, pasta Conflitos na PA-150.

<sup>75</sup> Raimundo de Souza Lima. Foi posseiro em Arrais, presidente da Associação dos Trabalhadores Unidos de Jacundá (ADETUNI), hoje é aposentado como lavrador, 72 anos de idade. Entrevista realizada em 24/07/2006. Jacundá.

Raimundo Lima a migrar novamente, agora para o Pará em busca de terras livres para trabalhar e sustentar a família<sup>76</sup>.

Algumas das primeiras pessoas que se fixaram na região da rodovia PA-150 migraram de suas regiões de origem para a PA-70, somente algum tempo depois, ao ficarem sabendo da existência de terras devolutas na área onde seria construída a PA-150 é que passaram a dirigirem-se para a região. Analisando pesquisas que se dedicaram a compreender como se deu o processo de formação das cidades que hoje se localizam às margens da rodovia PA-150 fica evidente que a grande maioria dos migrantes estabelecidos na região na década de 70 já residia na rodovia Belém-Brasília e na PA-70. Duarte (2003) nos mostra que o município de Goianésia do Pará surgiu na década de 70 a partir da migração de pessoas que se situavam na rodovia Belém-Brasília das regiões de Paragominas e São Domingo do Capim<sup>77</sup>. Na pesquisa de Prado<sup>78</sup> percebemos que o fluxo migratório que a rodovia Belém-Brasília e a PA-70 receberam no período de implantação das mesmas tem forte influência sobre a corrente migratória que ocupou a área onde hoje se situa o município de Tailândia. Ou seja, muitas das pessoas que se apossaram das terras às margens da PA-150 procederam da região da Belém-Brasília e da PA-70.

O estudo de Otávio Guilherme Velho sobre o desenvolvimento do capitalismo e a formação do campesinato na Brasil nos oferece importantes dados sobre o movimento de ocupação da fronteira na Amazônia nesse período. Segundo o autor a formação de um campesinato na Amazônia tem suas origens no movimento camponês nordestino no Maranhão. Esse movimento teria se iniciado ainda na década de 20 que desde então tem se dirigido sempre em direção ao Oeste para as regiões de florestas se afastando da costa<sup>79</sup>. Muitos habitantes do sudoeste do Maranhão que viviam nas proximidades do rio Tocantins atravessavam para o estado do Pará, atraídos pelo extrativismo da castanha-do-pará, que geralmente ocorria entre os meses de janeiro a março. Para o autor esse movimento camponês foi “atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta da castanha e na busca de diamantes nos rios”<sup>80</sup>. Essa expansão camponesa alcançou a floresta amazônica muito antes da construção das rodovias. Assim que chegavam à região dedicavam-se à atividade extrativista da castanha e

---

<sup>76</sup> Ibidem.

<sup>77</sup> DUARTE, Ivanilde de Castro. *Memória e história de Goianésia do Pará (1979-1981)*. Monografia. UFPA, Belém, 2003.

<sup>78</sup> PRADO, Francisca Ramos. *O mito da cidade provisória: natureza, migração e conflito social em Tailândia (1977-2000)*. Dissertação de Mestrado. UFPA. Belém, 2006.

<sup>79</sup> VELHO, op.cit. 1979.

<sup>80</sup> Ibidem. p.200.

na extração de diamantes, e no período de entressafra desenvolviam atividade agrícola, que com a queda do extrativismo da castanha passou a ser a principal atividade desenvolvida por esses sujeitos<sup>81</sup>.

Essa fronteira em movimento possibilitou a colonização efetiva no interior da Amazônia, ao contrário da frente de expansão cujas bases foram o extrativismo vegetal e mineral que não possibilitou uma ocupação permanente da terra. A agricultura de queima era a razão da existência desse movimento camponês cuja finalidade era sempre a busca pelo interior onde pudessem ter acesso às terras desocupadas no centro das matas<sup>82</sup>. Essa corrente camponesa foi responsável pela formação de novos povoados na região por onde passou a rodovia Belém-Brasília, e chegando a PA-70 no sul do Pará. Essa ocupação “espontânea” no Sul do estado do Pará não ocorreu de modo pacífico, sendo que esses camponeses tiveram que enfrentar diversos conflitos com criadores de gado e com “donos” de castanhais que também ocupavam a região.

O estudo de Velho sobre a formação do campesinato na Amazônia nos possibilita argumentos que podem ser usados para refutar duas questões ideológicas e políticas fortemente presentes nos planos do governo militar que seria colocada em prática na Amazônia a partir da década de 60 com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A primeira questão é sobre o vazio demográfico da região; a segunda é referente à não existência de conflitos pela terra na Amazônia. Com relação à primeira questão Otávio Guilherme Velho (1979)<sup>83</sup>, assim como outros pesquisadores que discutem campesinato e a luta pela terra na Amazônia, nos mostram que várias das regiões onde foram implantados projetos agropecuários e agroindustriais desde muito tempo já eram povoados por sujeitos que durante o acirramento do conflito agrário na Amazônia passaram a ser conhecidos como posseiros antigos, cuja existência não era significativa na nova política de ocupação econômica da região orientada pela formação da empresa agropecuária que necessitava desses espaços ocupados, porém nos projetos do governo, vazios, para serem implantados e se expandirem.

---

<sup>81</sup> Ibidem. p.201.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Podemos encontrar esse campesinato que se formou na Amazônia, utilizando termos de Velho sobre um caráter “espontâneo” no trabalho de IANNI, Otávio: *história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981. Na pesquisa de ESTERCI, Neide. *Conflito na Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis, RJ. Editoras Vozes, 1987. No relatório de pesquisa desenvolvido por bolsistas do CNPq e pesquisadores do NAEA. HÉBETTE, Jean (coord.), ABELÉM, Aurélia, PARAENSE, Marceli, EMMI, Marília. *Área de fronteira em conflito Leste do Médio Tocantins*. Belém, 1983, mimeografado.



O conflito, a disputa por terras na Amazônia como nos mostra Otávio Velho, já existia há muito, a partir da década de 60 com a implementação da política de integração e desenvolvimento da Amazônia ocorreu um aumento dos conflitos agrários em toda a região. Na medida em que cresceu o fluxo de migrantes atraídos pela política de colonização dirigida, assim como cresceu o fluxo de empresários atraídos pelas facilidades fiscais à procura de boas terras para fazerem pastos utilizados na criação de gado de corte<sup>84</sup>.

Essa corrente migratória encontrava-se com a Belém-Brasília, com a PA-70 chegando até a PA-150. Como já foi mencionada, a prática da agricultura de queima parecia ser o fator mobilizador dessa corrente, cuja expansão foi estimulada pela busca de terra virgem, desocupada. O fechamento da fronteira na rodovia Belém-Brasília e na PA-70, no início da década de 70, marcada por conflitos entre grileiros, fazendeiros e posseiros foi fator determinante na mobilização de muitas das pessoas que se deslocaram para a rodovia PA-150 no período.

A rodovia PA-70 foi construída em 1969, com aproximadamente 220 km de extensão se localiza à margem direita do Tocantins. Foi construída pelo Departamento de Estrada e Rodagem do estado do Pará (DER – PA), sendo um dos ramais da Belém-Brasília, é hoje a BR 222. Possibilitou o surgimento de vários povoados às suas margens, cujo processo de ocupação foi fortemente marcado por uma grande onda migratória formada, sobretudo, por lavradores da frente maranhense e pela formação de grandes latifúndios às suas margens<sup>85</sup>. Num relatório, organizado por pesquisadores do NAEA/UFPA datado de 1983 temos todo conflituoso panorama do processo de ocupação das terras situadas às margens dessa estrada, o confronto entre fazendeiros, grileiros e posseiros<sup>86</sup>.

A formação de latifúndio, o fechamento da fronteira na região da Belém-Brasília e PA-70, que teve como consequência violentos conflitos. Com certeza foram fatores determinantes para que essa frente migratória chegasse a ocupar as terras às margens da rodovia PA-150 juntamente com uma outra corrente de migrantes que chegaram à região na década de 70 incentivados pela propaganda do governo militar de que a Amazônia era “terra sem homens para homens sem terra”. Ao chegarem, os migrantes foram apossando-se das terras, as quais tinha como devolutas “(...) porque não tinham donos. Alguém vinha tirava os

---

<sup>84</sup> IANNI, Otávio. A transformação da terra em mercadoria. In: *História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Op.cit. p. 153-163

<sup>85</sup> VELHO, Otavio Guilherme. “A frente agrícola” In: *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. 2 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editore, 1981. p.93-144.

<sup>86</sup> HÉBETTE, Jean, ABELÉM Aurélia et al. op.cit. p.31-43.

lotes, faziam os piques de um lado e de outro (...)”<sup>87</sup>. Com base em entrevista e documentação analisada, os primeiros começaram a fixarem-se na região entre os anos de 1971 e 1974, nesse período não existia a PA-150, a família dos migrantes moravam nas “roças” ou centros.

Na disputa pela posse de terra às margens da PA-150, “terra devoluta” era um forte argumento utilizado pelos posseiros para justificar sua ocupação e permanência na terra apossada, negando e não tendo como legítima a ocupação das terras na região por fazendeiros ou grileiros que se diziam proprietários das mesmas. Nos autos<sup>88</sup> do processo de discriminatória de terras devolutas da União datado de quinze de junho de mil novecentos e setenta e oito, da área denominada Gleba Jacundá, localizada nos municípios de Jacundá e Moju na qual está inclusa grande parte das terras situadas às margens da PA-150, inclusive a localidade de vila de Arraias, temos a confirmação de que as terras situadas às margens da rodovia na região de Arraias no momento de sua construção eram terras devolutas. O processo de discriminatória abrangeu uma área aproximada de 172.0000ha. (cento e setenta e dois mil hectares), sendo que deste total foram apurados 137.718ha. (cento e trinta e sete mil setecentos e dezoito hectares) como terras devolutas da União, 33.264ha. (trinta e três mil e duzentos e sessenta e quatro hectares) de domínio privado a 1.017ha. (um mil e dezessete hectares) provenientes de transcrições irregulares os quais foram cancelados<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada com o senhor Valmir da Costa Silva. Chegou à PA-150 no ano de 1974, lavrador. Jacundá, 01/05/2003.

<sup>88</sup> Projeto Fundiário Tocantins. Proposta para discriminatória de Terras da União de interesse da Eletronorte, conforme convenio firmado com o Incra. 1 tomo. 15/06/78. Número de identificação 54600.061489/00-71. Arquivos do Incra de Marabá.

<sup>89</sup> Ministério da agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário-INCRA. Comissão Especial de Discriminatória de Terras Devolutas da União no Estado do Para – (CE/CEAT-17) – Convenio INCRA/ Eletronorte. Documento no qual consta o resultado do processo de discriminatória procedido na Gleba Jacundá. Projeto Fundiário Tocantina, Tomo 03. Arquivos do Incra Marabá.

Mapa 01 - Arrecadação de terras devolutas na Gleba Jacundá.



Fonte: Projeto Fundiário Tocantins. Tomo 03. 11/12/78. Arquivos do Incri-Marabá.

Analisando os autos do processo de discriminatória da Gleba Jacundá, os mapas e os documentos que comprovam a pesquisa cartorial realizada como parte do processo, nos cartórios de Tucuruí, Marabá e Moju, fica nítido que todas as terras às margens da rodovia PA-150 que estavam dentro da área a ser arrecadada eram terras devolutas. Como podemos

observar no mapa 01, a área titulada localizava-se próximo ao rio Tocantins, eram terras de castanhais cuja ocupação era mais antiga, todo o restante aparece nos autos de encerramento do discrimine administrativo como terras devolutas como já foi citado compreendendo uma área total de 137.718 ha (cento e trinta e sete mil setecentos e dezoito hectares). Essa área foi matriculada em nome da União Federal, parte no cartório do Único Ofício da Comarca de Tucuruí e parte ao cartório da Comarca de Moju<sup>90</sup>, sob a justificativa de que “ a Lei Magna do País, a constituição Federal, dispõe em seu art. 4º, quais os bens de domínio da União, entre eles, incluindo as *terras devolutas* situadas em zonas indispensáveis *á segurança e ao desenvolvimento nacional*.(ex-vi art. 4º – inciso I)”<sup>91</sup>. Assim, a Gleba Jacundá por constituir-se, segundo levantamento do INCRA, em sua maior parte, de terras devolutas e por situar-se na faixa de 100 (cem) quilômetros da rodovia federal Transamazônica foi declarada área indispensável “á segurança e ao desenvolvimento nacional”<sup>92</sup>. A partir dessa justificativa a região sudeste paraense começou a viver um processo que, na década de 80 com a criação do Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (GETAT), só tendeu a se agravar, o qual foi a negação da existência e dos direitos sociais e culturais de vários dos grupos populacionais que habitavam a região em função da entrega das terras dessa região para grandes empresas agropecuárias, de extração mineral e de colonização particular<sup>93</sup>.

A partir de meados de 1980, o GETAT consoante o Decreto-lei nº 1799, começou a desenvolver um processo de arrecadação de áreas rurais como terra devoluta visando uma regularização fundiária no espaço de sua atuação, nos estados de Goiás, Maranhão e Pará. No que diz respeito ao estado paraense sua atuação ocorreu sobre quatorze municípios entre eles o de Nova Jacundá. A extensão de terras rurais arrecadadas como devolutas foi estimada em 7.379.943.59 ha, desse total 81% estavam localizadas no sudeste paraense<sup>94</sup>. Alfredo Wagner B. de Almeida ao analisar esse processo nos deixa claro que a ação do GETAT levou a um rearranjo da modalidade de ocupação que há mais de um século era desenvolvida espontaneamente pelos camponeses. Nesse processo de “ocupação racional” orientada pelo GETAT o garimpeiro, o coletor de castanha, assim como os

---

<sup>90</sup> Registro de imóveis. Certidão de Registro, do protocolo: livro n.1/4 – fls. 19 V.n. de ordem 604. Livro n. 2/8, matrícula n. 278, fls., 178. Único Cartório de Notas, Registros Públicos e de Ofício da Justiça Comarca de Moju – Estado do Para, 29 de março de 1979. Cartório do Único Ofício, Registro Geral de Imóveis, Comarca de Tucuruí – Para. Livro 02 matrícula 550, folha 248 e v. 02 de abril de 1979.

<sup>91</sup> Ofício n. 1.008, enviado ao Cartório do Único Ofício da Comarca de Tucuruí pelo advogado do CEAT João Gonçalves Neto datado de 27 de março de 1979. Arquivos da Incra de Marabá.

<sup>92</sup> Ibidem. P. 01.

<sup>93</sup> ALMEIDA, Alfredo W. B. de. O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terras devolutas. Estudos Paraenses. N. 55/1985. Belém.

<sup>94</sup> Ibidem. p. 05.

posseiros, foi caracterizado como invasor. No levantamento de dados realizado por esse órgão, muitos domínios e posses não foram reconhecidos ou identificados por não constar nas Comarcas, onde o referido levantamento foi realizado, documentação que comprovasse o direito de propriedade dos moradores dessas áreas.

Segundo dados analisados por Almeida<sup>95</sup> a ação do GETAT muito contribuiu para o ingresso de novas extensões no mercado nacional de terras, o que gerou uma conflituosa disputa pelas mesmas, caracterizada pela entrega das terras a grandes empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e de colonização mediante fraudes cartoriais, legitimadas mediante autorização do GETAT. A exigência do reconhecimento legal do direito de propriedade, ou seja, a “regularização fundiária” pensada pelo GETAT foi utilizada como instrumento para assegurar um desenvolvimento capitalista na região Amazônica, o qual só seria possível mediante caracterização da região amazônica com “grandes espaços vazios”. E negando a ocupação realizada por sujeitos como grupos indígenas, castanheiros, seringueiros, e principalmente de posseiros, cujo movimento de expansão sobre a região contrariava inteiramente o projeto governamental de “ocupação racional”<sup>96</sup>.

Mesmo diante da negação do Estado da existência desses sujeitos ou de seus direitos sobre a terra apossada a ação dos mesmos não foi aniquilada, uma vez que a expansão camponesa tendeu a se intensificar sobre a região mediante uma intensa migração e luta pelo seu direito a terra. Essa mudança na estrutura fundiária da região Amazônica, ou seja, a entrega das terras da região a grandes grupos econômicos mediante incentivos fiscais orientados pelos projetos da SUDAM, muito contribuiu para uma intensificação do processo de ocupação de áreas de terras até então desocupadas seja pelo grande capital, seja pelo posseiro. Esse é o caso, por exemplo, da região de Arraias (PA-150), espaço estudado nessa pesquisa.

Grandes partes dos antigos posseiros que entrevistei procederam do Maranhão, no momento em que esse estado estava sobre forte influência dos planos do governo federal e sofrendo mudanças na organização da estrutura fundiária. Em entrevista realizada com Sr. Raimundo de Souza Lima que é pernambucano, mas que aos seus vinte anos de idade migrou para o Maranhão, narra que:

---

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem. p. 13.

*No Maranhão as terras eram liberta, lá a gente colocava a roça da gente onde queria, morava onde queria. Não tinha protesto de ninguém, as terras eram nacionais, a gente fazia roça onde queria, onde agradasse da mata da capoeira, fazia a casa não precisava comprar lote certo! Era uma coisa quase como considerada uma família só no povoado, todo mundo conhecia todo mundo, ninguém passava necessidade. (...) quando a terra lá no Maranhão começou a ficar de dono a gente veio parar aqui pro Pará em 79.*<sup>97</sup>

Na narrativa do Sr. Raimundo de Souza Lima o tempo aparece como um tempo em que a terra era “liberta” e o tempo em que a terra passou a ser “de dono” não há data. Mesmo assim sua narrativa evidencia uma mudança na organização da estrutura agrária do estado do Maranhão. Sua família é pernambucana, em Pernambuco eles já trabalhavam de roça, mas a terra era arrendada, ou seja, trabalhavam na terra de outros. Mudou-se para o Maranhão provavelmente na década de 50, com base no fato de que hoje o Sr. Raimundo Lima tem 73 anos de idade tendo ele migrado de Pernambuco para o Maranhão com vinte anos. No período em que chegou ao Maranhão ainda não havia se acentuado nesse estado a conflituosa disputa pela posse da terra caracterizada por uma grande difusão da grilagem “que se disseminou como função direta dos programas dos programas federal e estadual de construção de estradas e dos subsídios do governo aos fazendeiros comerciais”<sup>98</sup>. A partir desse momento esse estado passou a receber um significativo fluxo migratório de nordestinos vindos, sobretudo dos estados do Ceará, Piauí, Bahia e Pernambuco. Esse fluxo de migrantes que chegou ao Maranhão no período mencionado foi reflexo da construção da rodovia Belém-Brasília, a qual provocou mudanças na estrutura econômica, social e cultural nesse estado<sup>99</sup>. A partir desse momento, mais principalmente na década de 70, a disputa pela terra envolvendo antigos moradores como a família do Sr. Raimundo e as grandes empresas agropecuárias e extrativistas tenderam a se acentuar. Nesse momento a concepção de que o trabalho na terra era a garantia do direito sobre a mesma, concepção essa compreendida, utilizada e respeitada pelos antigos moradores, acabou sendo refutada pela lógica capitalista de percepção da terra enquanto mercadoria que deveria ser comercializada, sendo reconhecido como dono aquele que comprovasse seu direito ao apresentar um documento, ainda que ilegítimo.

Essa situação contribuiu significativamente para que muitos camponeses fossem expulsos das terras onde moravam e trabalhavam dificultando cada vez mais o acesso desses sujeitos à terra. Nesse sentido o Sr. Antonio Gomes afirma que: “viemos do Maranhão

---

<sup>97</sup> Raimundo de Souza Lima. Ex-presidente da ADETUNI chegou a Arraias em 1979. Lavrador aposentado, 72 anos de idade, casado, pernambucano. Entrevista realizada em 24/07/2006. Jacundá.

<sup>98</sup> HALL, op.cit. p.96.

<sup>99</sup> PRADO, op.cit. 2006. p. 35-55

município de Santa Inês do Maranhão, porque vim caçar uma vida nova aqui. Me casei lá e não tinha como viver lá, *não tinha mais terra lá* vim vê se arrumava uma terrinha aqui para criar meus filhos”<sup>100</sup>.

Ao analisarmos a fala do Sr. Antonio Gomes, percebemos o quanto foi enfático em afirmar que as terras no Maranhão haviam acabado, “não tinha mais terra lá”, como se tivessem sumido do mapa, contudo é claro que não podemos entender essa sua afirmativa de modo literal. Sua afirmativa deve ser compreendida dentro do contexto exposto acima. Desde o final da década de 50 os antigos moradores do Nordeste brasileiro vêm passando por um processo de expulsão pelos proprietários rurais, como meios de fugir das novas obrigações impostas aos mesmos pela nova legislação trabalhista, fato que culminou com a tomada das ditas terras marginais, as quais eram ocupadas a gerações por famílias de moradores, onde desenvolviam a agricultura de subsistência<sup>101</sup>. Assim a terra começou a sumir e continuou sumindo das vistas e do uso desses sujeitos. A política de desenvolvimento que buscava a modernização da região Nordeste levou a uma liberação da força de trabalho e tendeu reduzir cada vez mais a sua necessidade<sup>102</sup>.

Os posseiros maranhenses que entrevistei, alguns moravam nas terras ditas “libertas” ou “nacionais”, outros viviam sobre a condição de meeiros, ou seja, trabalhavam nas terras de outras pessoas e em troca dava parte do que produzia sobre a mesma. O tamanho da terra, a condição de meeiro e o processo de tomada das terras pelas grandes empresas capitalistas (o que conseqüentemente acirrou a disputa pela posse das mesmas) foram fatores que tiveram influência direta sobre a corrente migratória que se movia em direção à Amazônia na década de 70, principalmente no que se refere à Amazônia Oriental. A propaganda oficial também aparece na narrativa dos entrevistados como um fator que muito contribuiu para os seus deslocamentos para a região, ao ser indagado a esse respeito o Sr. Ernesto Rodrigues argumenta que: “Quando eu sair do Paraná havia propaganda lá a propaganda da Transamazônica, a gente via na televisão, era toda asfaltada, isso em 78, 79 era uma imagem muito bonita, uma mina de ouro se viesse pra cá se ficava rico era a idéia que passava pra gente”.<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> Entrevista realizada com o Sr. Antonio Gomes, um dos primeiros moradores da vila de Arraias. Maranhense, veio para o Pará com objetivo de conseguir terras mais nunca obteve, hoje é pescador. Jacundá, 09/07/2003.

<sup>101</sup> VELHO, op.cit. 1979.p. 174-192.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Ernesto Rodrigues. Veio do Paraná para a vila Arraias no ano de 1979, foi posseiro hoje é professor e trabalha no Incra de Marabá. Entrevista realizada em 21/08/2003. Marabá.

Torna-se claro nessa narrativa que a propaganda oficial concebia a Amazônia como “Eldorado” um espaço rico, possível de muitas realizações, ideal para aqueles que desejassem o enriquecimento fácil. Essa imagem divulgada motivou muitas pessoas a migrarem para a região com perspectivas de usufruírem das riquezas naturais da região tão divulgada pelo governo federal como a “terra sem homens para homens sem terras”, ou seja, uma região rica e vazia.

Na década de 70 existia todo um imaginário a respeito do Pará, este não foi construído somente pelos meios de comunicação. Geralmente a notícia sobre a região era divulgada por pessoas que já haviam se estabelecido na região e ao retornarem ao estado de onde procederam, para buscar suas famílias ou para visitarem parentes, faziam propaganda da região onde havia se estabelecido fazendo outras pessoas seguirem-nas. Este foi o caso de várias das pessoas que entrevistei. O Sr. João José<sup>104</sup>, por exemplo, ao ser interrogado sobre o motivo que o levou a migrar da Bahia na década de 70 para a vila de Arraias, afirmou que veio devido à propaganda que um velho amigo fez do Pará, como sendo um lugar novo, onde o acesso a terras era muito fácil. Outros entrevistados disseram ter ouvido que no Pará “tudo era de graça, as caças andavam no meio das ruas”<sup>105</sup>, “dinheiro era juntado no gancho”<sup>106</sup>, lugar “bom pra trabalhar... pra ganhar dinheiro”<sup>107</sup>.

Os entrevistados rememoram o que ouviam sobre o Pará com certo despeite, com um sentimento de que foram enganados com a propaganda realizada por conhecidos e amigos, de que o Pará era a terra das últimas possibilidades de obterem terras e conseqüentemente de melhorias de condições de vida. Ao analisarmos essas narrativas podemos chegar a duas questões, uma é a de que os migrantes foram mais criativos e imaginativos nas propagandas que fizeram sobre a região em comparação a propaganda oficial. A outra é a possibilidade desse “Eldorado” ter realmente existido pelo menos em um certo sentido e em um primeiro momento, do processo de ocupação da região. Em documentação encontrada na CPT de Belém tive acesso a uma relação de posseiros da região da PA-150 na qual consta a data de início da posse, existe registro de posse desde 1971. Nesse momento a rodovia ainda não havia sido construída, havia muitas terras desocupadas,

---

<sup>104</sup> Entrevista realizada com Sr. João Jose dos Santos. Chegou a Arraias em 1979. Era tropeiro e dono de açougue em Teixeira de Freitas na Bahia, exercendo na vila de Arraias a mesma profissão. Casado, aposentado, 72 anos de idade. Jacundá, 28/07/2006.

<sup>105</sup> Maria dos Santos. 50 anos de idade, casada, dona de casa, chegou à vila Arraias em 1979. Jacundá 28/07/2006.

<sup>106</sup> Rosalina Gonçalves dos Santos. Baiana, chegou a Arraias na década de 80, veio trabalhar na construção da linha de transmissão que ligaria o Pará ao Maranhão na obra da CETENCO. Ela não seguiu com a empresa estando em Jacundá até hoje. Jacundá 27/07/2006.

<sup>107</sup> Raimundo Barroso, lavrador, maranhense, casado. 25/07/2006. Jacundá.



a ocupação dessa região nesse primeiro momento ocorreu sem a presença de conflitos, quem chegava a região podia ocupar terras onde quisesse e do tamanho que entendesse, uma vez que o tamanho das posses variavam de 5ha a 200ha<sup>108</sup>.

Com a construção da rodovia ocorreu uma intensificação do fluxo migratório e surgiram também os vários conflitos pela posse da terra, pois com a estrada as terras às suas margens adquiriram um alto valor financeiro. Esse fato acabou atraindo para a região pessoas interessadas em investir na extração madeireira e na criação de gado, o que gerou um confronto entre o posseiro que já se encontrava na área e os “donos” das terras que após a construção da estrada apareceram reivindicando posse e propriedade mesmas.

Com base nas datas da documentação levantada, os conflitos pela posse da terra na região das Arraias tiveram início após a abertura da rodovia PA-150. A documentação encontrada na CPT de Belém, declarações, ofícios, históricos de posses, recortes de jornais, que contém informações referentes aos conflitos ocorridos às margens dessa estrada, estão datados a partir do ano de 1978, um ano após abertura da estrada.

No Inventário da Violência<sup>109</sup> contém dados de que durante o ano de 1980 ocorreram quatorze episódios de conflitos agrários na região do povoado Arraias, em um relatório intitulado “Assassinatos no campo: trabalhadores assassinados no estado do Pará. Dez anos de violência no campo – 1978-1988”<sup>110</sup>, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional Norte II – Belém, onde encontramos dados estatísticos com a quantidade de assassinatos por municípios. No município de Nova Jacundá consta um total de dezoito assassinatos sendo que dezessete aconteceram entre os anos de 1978 a 1982.

Os conflitos ocorridos na PA-150 são característicos do “[...] modelo conhecido de grilagem, violência rural e concentração de terras [...]”<sup>111</sup>. Decorre sempre em torno do debate de quem seriam os donos das terras, o grileiro que após a construção da rodovia chega para exigir que a família dos posseiros se retire das terras, das quais se dizem proprietários. Ou posseiros que se apóiam no direito de posse, na concepção de que a “terra é para quem trabalha nela”. Nessa disputa pelo direito à terra, a violência era uma constante, sendo empregada das mais variadas formas, tais como: a queima de moradias, a semeadura de sementes de capim sobre as lavouras, espancamentos, prisões, desapropriação ilegal e assassinatos de posseiros, entre outras.

---

<sup>108</sup> Relação de posseiros situados na PA-150. Arquivos da Comissão Pastoral da Terra. Belém. Pasta Jacundá.

<sup>109</sup> BARATA, Ronaldo. Inventário da Violência: Crime e Impunidade no Campo Paraense (1980-1989) Belém. Cejup. 1995.

<sup>110</sup> Documento encontrado na biblioteca do Inkra de Belém.

<sup>111</sup> HALL, op.cit. 1991, p. 51.

Identifiquei várias áreas de conflitos, situados nos quilômetros 60, 88, 94 e 121 da PA-150. Considerei importante fazer uma relação pelo menos de uma parte das áreas em conflito apresentadas pelas fontes coletadas, para que assim possamos ter um panorama geral de como ocorreu o processo de ocupação da região.

PA-150-km 60:

Nesta área os conflitos tiveram início a partir de 15 de novembro de 1976, na fazenda Santa Fé do Sr. Henrique Goldner<sup>112</sup>, envolvendo 200 famílias de posseiros. A fazenda era composta por uma extensão de 7.200ha. Henrique Goldner teria recebido as terras do Sr. José Coelho da Silva o qual teve autorização governamental para explorar a área de 1961 até 1965 sobre a forma de arrendamento. No mapa cadastral do Incra consta que o Sr. Henrico Goldner além de possuir a fazenda Santa Fé, formada por 7.200ha (sete mil e duzentos hectares), possuía ainda a fazenda Urubui com 3.600ha (três mil e seiscentos hectares) com registro enfiteutico no livro 01 de 17/05/1961, com autorização do governo do estado do Pará. Consta também que uma Sra. por nome de Miriam Goldner cujo sobrenome é o mesmo do Sr. Henrico, como sendo possuidora de duas propriedades rurais uma com 2.898.000ha (dois mil oitocentos e noventa e nove hectares) a outra com 3.362ha (três mil trezentos e sessenta e dois hectares) denominada castanhal jacundá<sup>113</sup>. O que nos leva a acreditar que a família do Sr. Goldner era possuidora de uma significativa quantidade de terras na região, por não serem exploradas em sua totalidade foi alvo fácil para os migrantes posseiros, os quais começaram a ocupar a área desde 1976 sobe o alegação de que as terras ocupadas eram da União<sup>114</sup>. Os posseiros sofreram todo tipo de ameaças, suas posses foram invadidas por peões a mando do fazendeiro onde fizeram derrubadas e semearam capim sobre as roças e seus barracos queimados.

PA-150-km 88:

---

<sup>112</sup> Segundo matéria do Jornal o Liberal. Belém, quarta-feira, 23 de agosto de 1978, p. 09, o Sr. Goldner seria um rico joalheiro.

<sup>113</sup> Mapa cadastral do Projeto Fundiário Tocantins. CE/CEAT-17. 2 Tomo 574/1650/78. 08/12/78. Arquivos do Incra de Marabá.

<sup>114</sup> Informação retirada de histórico de conflitos ocorridos na PA-150. Arquivo da CPT de Belém. Pasta Conflitos na PA-150.

Esta área é denominada de Gleba do Meio, a qual fazia parte do município de Moju, cujas terras segundo o processo de discriminatória do Inbra eram todas terras da União. Estiveram envolvidas no conflito 80 famílias, que teriam se apossado das terras desde 1976. De início enfrentaram as práticas violentas do Sr. Leofrídio Ferreira de Oliveira, o qual vendeu as terras para o Sr. Antonio Abreu, acusado de ter matado o lavrador Firmino Guerreiro dos Santos no ano de 1979 no estado do Maranhão onde já possuía todo um histórico de grilagem de terras na região do Pindaré-Mirim e de ter ferido outro trabalhador por lutar pelo direito de posse da terra. O mesmo foi acusado de derrubar moradias, queimar plantações e ameaçar posseiros de morte na PA-150 região para onde transferiu o ato de grilagem de terras devolutas e os atos violentos. Apesar de toda a violência empregada os posseiros conseguiram do Inbra autorização para permanecerem nas posses<sup>115</sup>. Nessa área mais de 40 famílias foram expulsas por outro grileiro o Sr. Geraldo José Batista que com um mandato da justiça assinando pela juíza de Tucuruí, o qual segundo a documentação analisada não ficou comprovada a validade do mesmo<sup>116</sup>.

PA-150-km 94.

Essa área abrangia três glebas ocupadas por mais de 100 famílias. Em março de 1979 o Sr. Brasiliano Rodrigues de Sousa com autorização do GETAT expulsou os posseiros da região, queimando as moradias e autorizando a prisão de várias pessoas. Brasiliano Rodrigues foi acusado ainda de ser o mandante da morte de três lavradores e de ter apoio da polícia militar local para praticar bárbaros atos de violência na PA-150 e de ter mandado prender o advogado da CPT Paulo Fonteles, em Arraias, o qual trabalhava junto aos posseiros da rodovia PA-150. No jornal A Província do Pará<sup>117</sup> consta uma matéria referente ao julgamento de dez policiais do batalhão da PM de Marabá, esses policiais foram designados para executarem uma investigação na vila de Arraias, mais precisamente na fazenda do Sr. Brasiliano, onde cometeram uma série de violências contra os posseiros como: “[...] queimaram as casas e pertences e ainda espancaram os posseiros. Além do mais passaram a cobrar a ‘taxa de proteção policial’ além de cometerem outras atrocidades.”<sup>118</sup>. O

---

<sup>115</sup> “Posseiros de Arraias ameaçados por grileiros criminosos”. Histórico de conflito na PA-150. Datado de 05 de fevereiro de 1979. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>116</sup> “Resumo do quadro de terror criado pela grilagem na rodovia PA-150”. Informativo O Grito da PA-150. Ano I – n. 2 – junho de 1980. Diocese de Marabá.

<sup>117</sup> A Província do Pará. Belém, 12/02/1980.

<sup>118</sup> Ibidem.

conselho de sentença foi presidido pelo major Mário Colares Pantoja que teve como membros os tenentes Edson Sarmanio Paulino, Júlio Rodrigues dos Santos e Raimundo Ailton de Souza Silva, todos os policiais foram absolvidos por unanimidade pela auditoria militar do estado. Apesar de toda violência empregada contra os posseiros, as suas posses foram garantidas<sup>119</sup>.

PA-150 km 121

Nessa área cerca de 200 famílias estiveram envolvidas na luta pela terra, os quais enfrentaram um grupo de grileiros do Espírito Santo, que se diziam proprietários de 58 glebas na região do chamado condomínio Espírito Santense grupo Capixaba, terra pretendida para o plantio de café.

Em 1980 foi realizada uma reunião na sede do Inbra de Marabá na qual estavam presentes os generais Jesus do 23º BIS; o coronel Pastore, do Conselho de Segurança Nacional; o coordenador do Inbra de Marabá, Vicente Reale, o advogado do Inbra, João Belém; o representante do grupo capixaba Luiz Antonio de Souza Basílio; o representante da CPT e do núcleo jurídico da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso; o padre da paróquia São João Batista de Arraias, Paulo Joanil da Silva e cinco posseiros representantes de todas as 80 famílias de posseiros da área. Nessa reunião os posseiros conseguiram a garantia de que seriam mantidos nas terras<sup>120</sup>, por acordo assinado na reunião onde o Condomínio Espírito Santense representado por um dos seus sócios o Sr. Basílio “comprometeu-se de comum acordo com os posseiros, a respeitar dentro da área de sua pretensão, a ser decidida oportunamente pelo Inbra, 6.900ha, visando assentamento de 80 famílias em lotes de até 100 ha”<sup>121</sup> o qual não foi respeitado, sendo que, no mesmo ano o Inbra autorizou a retirada de uma parte dos posseiros da área<sup>122</sup>.

PA-150 km-56.

---

<sup>119</sup> Ofício n. - AE/1227/80 da CONTAG a Paulo Yokoto, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Brasília-DF, 13 de junho de 1980. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>120</sup> Jornal Resistência. Marabá, abril de 1980.

<sup>121</sup> Termo de Acordo. Datado de 19 de março de 1980. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>122</sup> Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ofício nº. AE/1227/80. 13 de junho de 1980

Segundo o jornal O Grito da PA-150<sup>123</sup>, nesta área residiam mais de 100 famílias de posseiros, as quais possuíam Licença de Ocupação (LO) do Incra, e estavam na área a mais de três anos. No ano de 1977 o Sr. Ozanir Silva (capixaba) chegou à região dizendo-se dono de 6 glebas de terras entre os quilômetros 50 e 60 da rodovia já ocupada pelas 100 famílias, para expulsá-las o Sr. Ozanir utilizou-se da violência, em dezembro de 1970 baleou o lavrador Alcebiades Alves de Silva ficando paralisado. No ano de 1980, Lourival Marques da Silva, outro lavrador foi tocado e assassinado por pistoleiros a mando de Ozanir Silva<sup>124</sup>. Em 1981 foi a vez do lavrador Jose Manoel de Sousa (Zé Piau), o qual foi assassinado por dois pistoleiros, Zé Piau era membro da Associação dos trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI)<sup>125</sup>.

Com base em toda a documentação analisada, percebemos o quanto foi conflituoso o processo de ocupação das terras às margens da rodovia PA-150. Todo tipo de violência foi empregada por aqueles que se diziam proprietários das terras contra as centenas de famílias de migrantes posseiros que ocupavam as mesmas, casas foram queimadas, plantações destruídas, lavradores foram presos, humilhados e assassinados. A violência policial foi uma constante, várias foram as denúncias de que policiais militares trabalhavam para defender os direitos dos fazendeiros, usando muitas das vezes de arbitrariedades para impedir que os lavradores continuassem a trabalhar na terra apossada<sup>126</sup>. A documentação acusa ainda o GETAT de omissão e de defesa do interesse dos fazendeiros em detrimento da negação dos direitos dos posseiros<sup>127</sup>. No “geral a grilagem apóia-se na violência privada, mas com freqüência põe em ação também a violência estatal”<sup>128</sup>. A ação da grilagem na PA-150 teve apoio irrestrito de policiais militares e funcionários de órgãos como GETAT e Incra, considerados pelos posseiros como defensores de interesses dos grileiros possuidores de poderes aquisitivos suficientes para fazer valer seus interesses.

A PA-150, semelhante a outras rodovias da Amazônia, foi construída sobre o estigma de uma “estrada-problema”, sendo que esta rodovia aberta em 1971 e concluída em

---

<sup>123</sup> “Os trabalhadores estão de luto. Grileiro manda matar lavrador na PA-150” O grito da PA-150, ano I-dezembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150, Diocese de Marabá.

<sup>124</sup> O Grito da PA-150, ano I, n. 2 – junho de 1980.

<sup>125</sup> O Grito da PA-150, ano I n08. Dezembro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>126</sup> A violência no interior. A Província do Pará-Belem-05/04/1979.

<sup>127</sup> “Esse GETAT ta demais” O grito da PA-150. Ano-I – n. 11 – março de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. Arquivos da CPT de Marabá. Em várias edições do Grito da PA-150 encontramos denúncias de irregularidade dos funcionários do GETAT de Arraias juntos aos posseiros.

<sup>128</sup> IANNI. Otavio. A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 164.

1978<sup>129</sup> se transformou em mais uma fonte de tensão social devido à ocorrência de vários conflitos envolvendo posseiros e grileiros na disputa pelas áreas de terra situada às margens dessa estrada. A documentação levantada aponta como causa principal dos conflitos ocorridos pela posse de terras às margens da PA-150, o fato desta estrada ter sido construída pelo Estado, mas ter jurisdição federal, devido os 170 km iniciais, a contar de Marabá em direção a Belém, situarem-se em território da União por localizarem-se 100 km da rodovia federal, segundo o decreto Lei nº. 1.164<sup>130</sup>. Essa dupla jurisdição, pelo que parece, atrapalhava a atuação do ITERPA e INCRA<sup>131</sup> na região, pois a federalização das terras às margens da PA-150 ainda apresentava-se muito confusa, sendo que “... no mapa um funcionário do INCRA [era] capaz de delimitar sua faixa de competência. Na prática a questão não [era] bem assim”<sup>132</sup>. Isso facilitava omissões e incompreensões o que contribuía para agravar o processo de grilagem das terras situadas às margens desta rodovia. Uma vez que os órgãos competentes o INCRA e ITERPA não intervêm nos conflitos nessa região devido à falta de “clareza” a respeito de quem seria a responsabilidade em desenvolver ações para solucionar as disputas pela posse da terra na região.

Ao analisar o processo de ocupação das terras situadas às margens dessa rodovia podemos perceber o desprestígio do governo militar no que diz respeito à agricultura familiar, pois neste contexto o governo federal incentivou a todo custo à agropecuária extensiva, ou seja, a formação de grandes fazendas às margens das rodovias destinadas a criação de gado bovino com o intuito de fortalecer e modernizar a economia amazônica de modo a superar “a decadente e atrasada” agricultura de subsistência, destacada nos PDAs como um dos principais fatores responsável pelo atraso social e econômico em que a Amazônia se encontrava, praticada por trabalhadores não qualificados, deste modo, incapazes de contribuir para o pleno desenvolvimento econômico da região.

Diferentemente do projeto de colonização do qual faz parte a rodovia Transamazônica, que deveria proporcionar ao migrante toda uma estrutura fundiária e de infra-estrutura, a PA-150, como já mencionei, foi implantada com o objetivo de atender os projetos de integração econômica. Contudo este fato não impediu que migrantes se apossassem das terras às suas margens, grande parte desses migrantes viram na posse dessas terras a possibilidade de continuarem desenvolvendo agricultura familiar, atividade essa

---

<sup>129</sup> HÉBETTE, Jean. et al. op.cit. 1983.

<sup>130</sup> Ofício da Contag, p. 02 – Arquivo da CPT de Belém.

<sup>131</sup> O Liberal, caderno 10, 23/10/1978, p. 09.

<sup>132</sup> O Liberal, caderno 10, 23/08/1978, p. 09.

fundamental para o sustento da família. Desta forma, na tentativa de desenvolver economicamente a Amazônia o governo federal negou ao migrante-posseso, ou seja, ao lavrador, o seu bem mais preciso, o seu único meio de manter a dignidade de sustentar sua família, o acesso a terra.

Essa ação de despejo violento, pela qual passa o posseso, chegando a assumir características de guerra civil<sup>133</sup> é apenas o primeiro estágio da luta pela terra, o segundo estágio é o da resistência o qual discutiremos no terceiro e último capítulo.

### 1.3-O que significou a construção da rodovia para o migrante-posseso.

A PA-150, uma estrada, uma história escrita com suor e sangue de brasileiros que aqui chegaram, desbravando a mata a fim de viverem em paz com o pão e dignidade. Estrada cuja história verdadeira cada um pode contar. Hoje é uma memória viva de lutas e conquistas, de organização e resistência. É uma história que continua na bravura dos companheiros, dos filhos dos possesos, continua na luta desse povo que hoje tem o sindicato nas mãos, dos teimosos que não se deixam engolir pela garra do latifúndio e do capital. Povo que caminha com a cabeça erguida, que não vende e não se rende, jamais<sup>134</sup>.

Ao analisar os registros do livro de tomo da paróquia de São João Batista de Jacundá nos deparamos com uma descrição da rodovia PA-150. Não é uma descrição que nos apresenta uma estrada construída pelo poder público estadual, por máquinas, pinchem, pontes de ferro e operários, mas temos a descrição de uma estrada construída com “suor e sangue” dos migrantes que às suas margens se apossaram.

A rodovia aposentada não é utilizada para o transporte de mercadorias, produtos, ou para ligar o Norte do Pará ao Sul, esta tem a utilidade de ser “memória viva” de simbolizar a história de “lutas, conquistas, organizações e resistências” de migrante-posseso e representantes da Igreja Católica que às margens da PA-150 se organizaram para lutar contra a grilagem, o capitalismo responsável pela formação de grandes latifúndios na Amazônia. Aqui fica evidente a contradição entre o projeto do governo e o da igreja que via a rodovia como possibilidade de facilitar a vida das pessoas que moravam às suas margens, transmite ainda a paixão dessas pessoas pela luta por seus ideais. Toda essa fala faz com que sintamos de perto o cotidiano, a luta desses sujeitos, seus sentimentos, suas esperanças, a teimosia utilizada como resistência, como arma de luta.

---

<sup>133</sup> GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “A figura do posseso da fronteira.” In: *A identidade do posseso: elementos de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do Sudeste do Pará*. Dissertação de mestrado. NAEA/UFPA. Belém 1991.

<sup>134</sup> Texto retirado do livro de tomo da paróquia São João Batista de Jacundá. Texto de abertura, p. 01. Arquivos da paróquia.

“A estrada no início [PA-150] era a transferência da Transamazônica era uma estrada de chão<sup>135</sup>”. A memória que alguns dos primeiros moradores de Arraias (PA-150) guardam e relatam sobre a PA-150 é profundamente marcada por sentimentos de sofrimentos, dificuldade e ao mesmo tempo de progresso, solução e conquista.

Ao rememorem sobre o processo de construção da rodovia PA-150 as pessoas entrevistadas lembram o quanto era difícil transitar pela estrada no período em que a mesma ainda não havia recebido pavimentação, a dificuldade era tamanha que, segundo a memória do senhor Francisco Borges Pimenta, a PA-150 no início de sua construção era comparável à situação da Transamazônica. Fato que podemos confirmar nos registros paroquiais, como estas fotografias abaixo, onde podemos observar que a lama tomava conta da estrada.

Fig. - 01. “Estrada dos atoleiros, o povo sabe enfrentar”.



Fonte: Livro de Tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1979.

---

<sup>135</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Borges Pimenta. Conhecido como Chiquito. 53 anos. Fazendeiro. Jacundá. 15/02/2006.



Fig. 02. “PA-150 estrada de atoleiros e abandono do povo”.



Fonte: Arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá. Livro de Tombo. 1979.

Fig. 03. Fusca do padre Geraldo Leirom (OMI) atolado na estrada quando das visitas nas comunidades rurais. 1980.



Fonte: Arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá. Livro de Tombo.

O crescimento do movimento de automóveis que faziam o transporte dos materiais para serem utilizados nas construções do núcleo de Carajás e na Usina Hidrelétrica de Tucuruí em meados da década de 70 contribuía para agravar a situação da rodovia, que sem pavimentação e recebendo chuvas constantes se transformou no período num verdadeiro

lamaçal. O que fazia com que os automóveis ficassem atolados por vários dias. “Às vezes a gente saía daqui [Jacundá] (já tinha carro próprio dos fazendeiros) 6 horas, 5 horas da manhã quando chegava a marabá no km 12 era 5 horas da tarde. Em vez de o carro levar nós, nós é que levava o carro (...) era muito barro muita lama, demais, tinha lugar que ia cavando que ficava mais alto que a capota do carro”<sup>136</sup>.

Outro problema enfrentado pelas pessoas que utilizavam a PA-150 para se locomoverem a outras cidades, para vender suas produções rurais e comprar seus “ranchos”, era o tempo que duravam as viagens, sendo que algumas viagens poderiam levar praticamente o dia inteiro, fazendo percurso que hoje dura em torno de uma hora.

PA – 150 – 88 quilômetros de lama e desolação.

PA – 150, tu gemes no verão.  
E choras no inverno  
Tu mais pareces com o inferno  
Tu não tens coração?

PA – 150, tu invadistes as matas,  
Matas verdes e atrás de ti  
Homens sem terra  
Para a prometida Terra livre.

Oh! Terra livre da PA -150!  
Quanta lagrima derramada  
Noites não dormidas, casas queimadas.  
Viúvas enlutadas e de sangue inundada.  
PA – 150 quantos por ti passaram  
Atrás de uma esperança que  
Os revolveres dos pistoleiros  
E da policia deixou em ti  
Uma noite sem fim.

O sangue de teus filhos  
Se elevou ao Pai infinito  
Para muitos libertar dos grilhões  
Do latifúndio maldito.

PA 150 ho! Se tu falasses das  
Tantas violências que ate  
Os jornais clamam o suor.  
O sangue mistura em ti.

Hoje, tu PA 150, não.  
Existes mais, muitos ficaram.  
Muitos correram o boi e a.  
Cerca de arame te invadiram.

Tu não existe mais, os  
Atoleiros tomaram conta de ti  
Como um câncer em cada km.

---

<sup>136</sup> Ibidem.

Hoje, o que vejo é gente.  
Andando a pé, restos queimados.  
Pés sangrando, barriga vazia.  
A amargura do abandono é triste.

PA 150, fala, grita!  
Geme teus filhos, ergue a cabeça.  
Junta as mãos, abram à boca.  
Vamos reconstruir a estrada nova.  
A estrada livre, a estrada plana.  
A estrada do Povo, da justiça, a estrada da Terra, TERRA DE TODOS<sup>137</sup>.

Nessa literatura de cordel estão claras as expectativas dos camponeses que ocuparam as suas margens. A PA-150, sua construção foi percebida como o caminho que os levaria à “prometida terra livre”, contudo essa estrada transformou-se em sinônimo de violência, dificuldades, onde as “terras livres” às suas margens foram cercadas e ocupadas não pelo camponês, mas sim pelo boi. Assim “a estrada livre, a estrada plana, a estrada do povo, da justiça, a estrada da terra, Terra de Todos”, a estrada que só existiu no imaginário e nas expectativas do migrante-possuidor não existia mais, foi tomada pelo latifúndio e pelo atoleiro.

A estrada é o que dava direção e incentivo à viagem de sujeitos que se deslocam de sua terra natal em direção a um horizonte, procurando quem ouviu falar da construção de uma estrada ou a própria estrada para que possa enfim às suas margens se localizar, adquirir terra, poder plantar e sustentar a família. O significado que esses sujeitos davam à estrada ia além daquele atribuído à sua utilidade prática, sobre a mesma projetavam seu futuro, suas expectativas suas ânsias e necessidades.

A documentação que analisei como, nota de apoio, declarações e convites encontrados nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra de Belém deixa claro que as pessoas localizavam nas rodovias no Estado do Pará entre as décadas de 70 e 80, possuíam um forte sentimento de pertencimento às mesmas. Em uma nota de apoio datada de 25/08/79 essa questão fica claríssima. “Nota de apoio do povo da PA-70 ao povo da PA-150”, pois as pessoas não se identificavam enquanto moradores de cidade tal mais como “povo da PA-70” e “povo da PA-150”, sendo que no período as pessoas que habitavam essa rodovia viviam na luta pela posse de terras, enfrentando um momento de muito conflito e violência.

Para Michel Pollak (...) “A memória é assim guarda e solidifica nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as

---

<sup>137</sup> O Grito da PA – 150. Terra e liberdade, ano III, número. 27, abril de 1983. Diocese de Marabá.

óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos<sup>138</sup>”, eu acrescentaria ou diria que as memórias da Amazônia entre as décadas de 70 e 80 estão guardadas e “solidificadas” nas rodovias, pois pelo que nos parece, era nas rodovias que as “coisas aconteceriam”.

Uma memória marcada pelo massacre de posseiros em Eldorado dos Carajás na curva do “S” na PA-150<sup>139</sup>, pela desilusão e desastre que foi a construção da Transamazônica, por seu fracasso e não conclusão. Essa memória é marcada também por histórias de sujeitos como os desta pesquisa que não se tornaram “notícia”, mas que atraídos pela rodovia PA-150 se localizaram às suas margens, onde construíram e constroem suas histórias, experiências e suas memórias.

Ao trabalhar com a memória desses sujeitos, com suas reminiscências que formam o principal elemento da história oral, estamos explorando “...as experiências históricas daqueles homens e mulheres cuja existência é tão fortemente ignorada...”<sup>140</sup>, o que nos possibilita uma compreensão dos acontecimentos históricos onde esses sujeitos são considerados como afirma Jim Sharpe “um problema histórico”. Estaremos nesse sentido compreendendo o objeto de estudo aqui em questão a partir do ponto de vista desses sujeitos “ [...] Na medida em que [...] existe um ponto de vista da burguesia do Estado [...] um ponto de vista da classe dominante, dos seus técnicos e funcionários”<sup>141</sup>. Devemos levar em conta que esse ponto de vista não é suficiente para explicar o que está acontecendo. Nós não podemos absolutamente entender o que ocorre hoje nas regiões de penetração recente “[...] se nos circunscrevermos ao ponto de vista de ideólogos da marcha para o Oeste, da fronteira, etc”<sup>142</sup>.

Enfim, ao analisarmos o processo de ocupação da Amazônia, o movimento de fronteira sobre a região, devemos abrir caminhos entre “evidências subjetivas e conflitantes, e acima de tudo devemos ouvir o que falam os nossos sujeitos, pois são eles os melhores indicados para avaliar suas experiências”<sup>143</sup>.

---

<sup>138</sup> POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro. Vol. 2. n.º. 3, 1989, p. 09.

<sup>139</sup> COSTA, Luciana Miranda. “O massacre dos sem-terras em Eldorado”. In: *Fazenda Riachão, Montes Claros e Pintada: o estudo de dez anos de conflitos agrários em Eldorado dos Carajás. O discurso dos agentes sociais*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do desenvolvimento. NAEA/UFPA. Belém, 1996.

<sup>140</sup> SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: P. Buke (org) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1998, p. 41.

<sup>141</sup> MARTINS, José de Souza. “Terra e Liberdade: A luta dos posseiros na Amazônia Legal”. In: *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981, p. 127.

<sup>142</sup> Ibidem. p. 126.

<sup>143</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol. I. A árvore da liberdade

Considero pertinente, para essa discussão a análise de Lucilia de Almeida Neves Delgado, sobre história oral e conhecimentos históricos<sup>144</sup>. Ao considerar que “Memória e História são processo sociais, são construções dos homens, que tem como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade”<sup>145</sup>, a memória é a essência da identidade, nesse sentido ao utilizarmos a história oral como metodologia para a construção do conhecimento histórico estamos desencadeando “[...] o processo de reordenação, de releitura, de vestígios, e de reconstrução de identidades”<sup>146</sup>. Pois, como assinala Delgado. “[...]a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como fundamento de identidades, mediante o processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém no âmago as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente”<sup>147</sup>.

Devemos levar em conta que a identidade possui duas dimensões, a individual e a coletiva, fato esse que possibilita “[...] a integração do homem como sujeito do processo de construção da história”,<sup>148</sup> portanto a utilização da história oral como metodologia da construção dessa pesquisa possibilita que o indivíduo, com sua identidade individual, seja apreendido na qualidade de sujeito social, que passa a pensar a si mesmo no processo de construção, o que permite “[...]afluir o passado, através de diferentes visões”<sup>149</sup>.

Dessa forma, ao trabalhar com história oral, com a memória de migrantes – posseiros da PA-150, tornamos possível compreender o processo de ocupação das terras nessa região a partir de outras visões que não a do Estado ou de ideólogos, e sim a partir do indivíduo, de suas experiências, apreendendo as múltiplas visões inerentes à vida coletiva e social<sup>150</sup>.

As memórias aqui apreendidas “ Faz(em) parte de todo complexo de conhecimentos não institucionalizados.”<sup>151</sup>, memórias estas importantíssimas na construção de novas visões sobre o processo de construção da história social da PA-150, na medida em que os entrevistados nos possibilitaram obter informações, experiências que jamais poderíamos encontrar em fontes ditas oficiais, como os planos do governo para a Amazônia por exemplo.

---

<sup>144</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte. Autêntica. 2006. p. 50.

<sup>145</sup> *Ibidem* p. 50.

<sup>146</sup> *Ibidem*.. p. 51.

<sup>147</sup> *Ibidem*.. p. 51.

<sup>148</sup> *Ibidem*. p. 51.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: Trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista*. Belém. (1940-1954). Paka-tatu. 2002. p. 227.

As lutas, as várias experiências que esses sujeitos experimentaram estão guardadas em suas memórias, ao rememora-las, a conclusão a que posso chegar, é que suas participações na construção histórica do espaço aqui discutido não foram consideradas. Ao analisarmos essas memórias sentimos que estes sujeitos sentem-se plenamente participantes do processo histórico da construção da rodovia PA-150, espaço onde projetaram suas esperanças, seus projetos de vida.

No projeto de construção dessa rodovia o migrante-posseiro não aparece, pois esta foi implantada com o objetivo único de atender aos projetos minerais da região (PGC). Contudo, estas pessoas se colocam na condição de sujeitos participativos, uma vez, que também projetaram sobre esse espaço os seus projetos e ideais de vida. Considero que este fato marca a contradição apresentada pela memória dos entrevistados no que diz respeito à construção dessa estrada, sendo que ao implantar a rodovia o Estado não considerou as necessidades de várias famílias que a habitavam, o que proporcionou as várias dificuldades e sofrimentos aqui rememorados.

Fig. 04 – “Povo caminha buscando o seu futuro, a sua terra”.



Fonte: Arquivos do livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. Aqui temos alguns moradores das margens da PA-150 andando pela recente aberta rodovia. Provavelmente no final da década de 70.

Fig. 05- Pessoas andando na rodovia PA-150 no início de sua abertura.



Fonte: Arquivo da paróquia São João batista de Jacundá. 1979.

O lado bom desta história, segundo as várias memórias, foi o fato de projetarem na implantação da PA-150 a realização de seu objetivo último, a conquista da terra, fato esse que lhes tiravam da condição de “Abraãos” eternos migrantes em busca da terra “prometida”. Assim a implantação dessa estrada foi percebida como geradora de muitos sofrimentos, contudo foi percebida também como fator fundamental de resistência e permanência na terra apossada, uma vez que facilitou o escoamento das produções das lavouras para o núcleo urbano da região, vila de Arraias e para os municípios vizinhos, como Marabá. Sendo a comercialização dos produtos das lavouras fundamentais para o sustento da família, e uma das características da desmarginalização desse campesinato.

#### 1.4-Identificando o migrante-posseiro.

Ao longo deste trabalho tenho usado o termo migrante-posseiro para identificar os sujeitos dessa história. Considerando importante elucidar os significados implicados no termo “migrante-posseiro” usados nesta pesquisa é que me propus a realizar uma breve discussão com base em literatura que tratam dos sujeitos aqui em questão.

Octavio Ianni<sup>152</sup> ao analisar a história social da terra e da luta pela terra em Conceição do Araguaia no Sul do Pará, no contexto da modificação das relações capitalista

---

<sup>152</sup> IANNI, Octavio.Op.cit. p.130-151.

sobre o campo, nos mostra como se formou o campesinato amazônico. Segundo suas observações o campesinato amazônico “é principalmente formado de posseiros”<sup>153</sup>, são vistos pelo autor como ocupantes antigos e recentes de terras devolutas.

Para Ianni o que caracteriza o posseiro é apenas o fato de ser ocupante de terras devolutas e não a relação social, econômica e cultural que mantém na mesma. Observa ainda que “nem todos os posseiros são simples camponeses, em seu modo de organizar a economia e a vida social. Dentre os posseiros houve e há pequenos, médios ou mesmo grandes fazendeiros”<sup>154</sup>. O autor evidencia que nem todos os posseiros são camponeses, podendo ser também pequenos médios e grandes fazendeiros, esses últimos sujeitos principalmente no que se refere aos grandes fazendeiros, os quais geralmente em outras discussões aparecem como “grileiros”, “especuladores” ou “latifundiários”, no trabalho de Ianni como podemos observar são caracterizados como posseiros. Em seu trabalho o termo posseiro não é utilizado como definidor de categoria, está apenas identificado como a condição de sujeitos ocupantes de terras devolutas que na sua região de pesquisa, como em quase toda a Amazônia, é uma ação praticada tanto por ricos quanto por pobres, é claro que todos dentro de condições e meios totalmente diferentes.

José de Souza Martins<sup>155</sup> ao tratar sobre as formas de ocupação da terra na Amazônia Legal, observa que nos registros dos censos agropecuários de 1970 e de 1975 havia ocorrido um significativo aumento no número de ocupantes na região, ou seja, ocorreu um aumento no número de posseiros. Contudo o autor considera que “os ocupantes não sejam todos posseiro”<sup>156</sup>. Assim, sua concepção do sujeito posseiro se diferencia da concepção de Ianni na medida em que para ele, Martins, o posseiro é definido a partir da relação que mantém com a terra por privilegiar não a terra em si, mas o trabalho que realiza sobre ela e não simplesmente por ser ocupante das terras ditas livres ou devolutas. Para Ianne o posseiro pobre, ou seja, essa parte de sujeitos que compõe o campesinato amazônico é “subnutrido e indefeso”<sup>157</sup>, diante do panorama político, econômico e social no qual esteve inserido.

Já Gutemberg Guerra ao discutir a identidade dos posseiros do sudeste paraense definiu-os como: “‘camponês a caminho de seu reconhecimento social’, como camponês em

---

<sup>153</sup> Ibidem. p. 132.

<sup>154</sup> Ibidem. p.133.

<sup>155</sup> MARTINS, José de Souza. Terra e Liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal. In: Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes, São Paulo, 1981. p. 125-137.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>157</sup> IANNE. op.cit. p.182.



luta pela afirmação de sua identidade’, como camponês que, consciente de si mesmo tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político”<sup>158</sup>. A afirmação dessa identidade se constrói na luta pela terra, na organização sindical. Considero que Guerra construiu uma visão um pouco idílica sobre os posseiros, ao colocá-los como a única categoria do campesinato que possui “‘amor á terra’, a disposição e vontade de trabalhar a terra e dela viver”<sup>159</sup>, desconsiderando desta forma as demais categorias. Cabe aqui lembrar que o próprio autor constata no capítulo três a existência de uma heterogeneidade na categoria, com respeito ao tratamento dado à terra, ao relacionamento social e as questões econômicas. Neste capítulo o autor construiu um quadro no qual demonstra dados que deixam evidente a existência de um grande contraste identificado nos posseiros do sudeste do Pará, no qual percebemos, por exemplo, existência daqueles que ao adquirirem os lotes os vendiam e iam embora provavelmente em busca de outro, outros que não viviam no lote com a família, aqueles que nem todo ano plantavam a roça, entre outros<sup>160</sup>. O trabalho de Guerra prioriza e destaca um posseiro ideal do meu ponto de vista, dando pouca atenção aos contrastes que são característicos dessa categoria, assim como de todo campesinato amazônico.

Neide Esterci<sup>161</sup> desenvolveu um importantíssimo trabalho que discute essa categoria no povoado de Santa Terezinha no nordeste de Mato Grosso na década de 70, segundo suas observações os posseiros de Santa Terezinha receberam essa classificação no momento da luta travada contra a empresa CODEARA, essa empresa recebeu da SUDAM cerca de 150.000 ha de terras na região. A autora observa que o termo foi introduzido a partir de fora, algo criado no momento da luta pela terra, uma vez que os posseiros se auto classificavam como proprietários da propriedade onde moravam, trabalhavam e mantinham suas demais relações sociais. A condição de proprietário estava intimamente ligada ao trabalho realizado sobre a terra e o tempo de morada. Assim quando a luta com a empresa começou esses camponeses já se identificavam enquanto proprietários do povoado e das terras em sua volta. O estado os reconhece como posseiros, seus direitos juridicamente são vistos como direitos de posse e não de proprietários.

É evidente no trabalho de Esterci que os camponeses de Santa Terezinha tiveram que passar por uma reelaboração auto-classificatória enquanto categoria na luta pela terra,

---

<sup>158</sup> GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *A identidade do posseiro: elementos de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do Sudeste do Pará*. Dissertação de mestrado. Ufpa/NAEA/PLADES. Belém, 1991.

<sup>159</sup> Ibidem. p.01.

<sup>160</sup> Ibidem. p.16-30.

<sup>161</sup> ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

uma vez que seus direitos auto definidos pelos mesmos como proprietários não foram respeitados, assim torna-se evidente que a denominação posseiro passou a ser utilizada pelos pequenos produtores não porque os mesmos se identificavam enquanto tal, mas sim porque juridicamente, podemos dizer que isso lhes foi imposto de certa forma, como sendo o único meio de ter seus direitos sobre a terra reconhecidos. “O termo [posseiro] foi introduzido primeiro como designador de uma figura jurídica, sujeito de direitos sobre a terra, cuja, base, a posse, implica numa forma especial de domínio definida no Código Civil Brasileiro como distinta de outra forma de domínio que é a propriedade”<sup>162</sup>. Esse foi a meu ver o motivo que levou os migrantes ocupantes de novas áreas de terras a receberem a denominação, posseiro. Temos que ter em vista que esses sujeitos não se auto-classificavam como posseiros o que só veio ocorrer no momento em que o seu direito de proprietário da terra apossada passou a ser questionado juridicamente, como nos mostra o trabalho de Esterci. A “identidade do posseiro”, ou seja, a construção dessa identidade foi necessária na medida em que era a única forma de ter juridicamente reconhecidos os seus direitos de proprietários, de lutar pelo reconhecimento de seus direitos morais e costumeiros, enfim pelo seu reconhecimento jurídico e social<sup>163</sup>.

Para o Código Civil Brasileiro posseiro era todo aquele que ocupa uma área com objetivo de se fixar nela, cultivá-la e sobreviver, esse teria direito também sobre toda a área que estivesse ocupando e não só sobre a área que estivesse morando. A lei amparava o posseiro desde que a posse fosse considerada justa e de boa fé. Posse justa para a Lei era aquela que não foi tirada através da violência, da força, ou às escondidas ou precariamente. Posse de boa fé: era aquela que o posseiro conseguiu sem saber que ela era clandestina, precária ou violenta. Por exemplo, se uma família chegasse numa área desocupada, dita devoluta, sem dono, e que tranquilamente construía seu barraco, e começava a trabalhar sobre a mesma para suprir suas necessidades, perante a Lei esse era considerado um posseiro legítimo, tendo passado um ano e um dia na posse<sup>164</sup>. É claro que na prática esse posseiro legítimo ou “ideal” não existiu e se existiu não foi considerado enquanto legítimo uma vez que é ampla a literatura que nos mostra as varias expulsões, prisões e assassinatos sofridos por essa categoria<sup>165</sup>.

---

<sup>162</sup> Ibidem, p.97-132.

<sup>163</sup> GUERRA, op.cit.

<sup>164</sup> “O que é um posseiro.” O grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II. número. 17-Setembro de 1981. Diocese de Marabá.

<sup>165</sup> ESTERCI, op. cit. EMMI, op. cit. OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Rio Maria: a terra da morte anunciada*. São Paulo: editora Anita Garibaldi, 1991. HÉBETTE, Jean. “A questão agrária: problemas e conflitos não

Já mencionamos neste trabalho que o camponês e sua cultura foram definidos pelos planos do governo como um atraso social e econômico para o Brasil, sobretudo a partir da década de 70, período marcado por forte interferência do governo no setor agrícola do país na tentativa de diversificar, modernizar o setor, sobretudo na região amazônica. Neste contexto o camponês, sua cultura, o seu modo de ser e de viver é profundamente desconsiderado em detrimento de uma dita política de modernização do campo, o qual procurava transformar o camponês em força de trabalho para a grande propriedade<sup>166</sup>. Neste contexto o camponês enquanto categoria na luta pela posse da terra estava associado à figura do posseiro. Primeiro pela questão que acabamos de expor acima e segundo, pela prática da agricultura tradicional, itinerante desenvolvida sobre a posse, o que os levava à busca das chamadas “terras livres”.

Segundo José de Souza Martins esse direito costumeiro sobre a terra na condição do direito de posse “fazia parte do direito que teve vigência até a promulgação da Lei de Terras, em 1850 “[...] um direito que, embora revogado pelo governo em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e na experiência de muitos trabalhadores”<sup>167</sup>. Realmente a busca pela “terra livre”, nas décadas de 60 e 70, a ocupação das terras devolutas de matas virgens, foi o que deu direção ao movimento camponês nesse período, daí ser o posseiro antes de tudo migrante, o migrante-posseiro, que migra em busca da terra livre, devoluta de matas densas onde possa praticar a agricultura de roça. O acesso a essas terras está intimamente ligado ao objetivo de melhoria de condições de vida, é a garantia do sustento da família e de sua liberdade de seus direitos costumeiros e morais. O posseiro “luta radicalmente pela sua liberdade, a terra e a liberdade (...) sua liberdade de trabalho familiar, sua liberdade de trabalho autônomo, a liberdade de locomoção, a sua liberdade de decisão”<sup>168</sup>.

Essa busca e luta por terra e liberdade na minha concepção não pode ser entendida sem levar em consideração que esses sujeitos antes de se encontrarem na condição de posseiro são antes de tudo migrantes, e que essa condição não é algo do momento somente. Mas, acredito na existência do que podemos considerar de uma cultura de migração, essa cultura é sustentada pela agricultura itinerante, como assinalou Otavio Velho

---

resolvidos”. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. II. Belém: Editora da Universidade. UFPA, 2004. FIGUEIREDO, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: editora Vozes, 1986. Entre outros.

<sup>166</sup> MARTINS, José de Souza. “A chegada do estranho (Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia.)”. In: *O cerco está se fechando*. HEBETTE, Jean (Org.). Belém :Editora Vozes. NAEA/UFPA, 1991.p.15-51.

<sup>167</sup> Ibidem. P. 20-21.

<sup>168</sup> Idem, 1981, p.131.

permitiu a ocupação efetiva da região sul do Pará e pela busca de melhores condições de vida condicionada à manutenção do que poderíamos chamar de “economia moral” de categoria do campesinato amazônico. O ato de arribar é algo inerente a essa categoria. Concordo com Martins<sup>169</sup> quando afirma que o Brasil é um país de migrantes e que a migração, o não ter raízes numa determinada terra, numa propriedade definida é algo que faz parte da visão de mundos do migrante-posseso.

É comum encontramos na literatura que discute a luta pela terra o consenso de que o ato de arribar, de migrar desses sujeitos é característico de uma ausência de luta, de resistência. Se analisar esse ato a partir da visão do migrante posseso pode perceber que dentro de sua concepção o arribar não significa ausência ou desistência da luta pela terra, pelo contrário migrar para esses sujeitos significa a luta pela terra, onde possam morar e trabalhar. A busca por terras livres devolutas de matas densas conseqüentemente possibilita que o migrante-posseso chegue à ditas terras antes das estradas e dos grandes fazendeiros, assim podemos afirmar que ele é o responsável em inserir novas áreas ao processo produtivo, apesar da negação pela sociedade desta sua função e importância<sup>170</sup>.

Objetivo neste trabalho perceber o migrante-posseso como sujeito que lutou contra a negação de sua existência, negação colocada em prática pelo estado, como o sujeito que colocou em xeque o discurso do governo militar da necessidade de ocupação e modernização do “espaço vazio” amazônico, cujas ações de luta e resistência impôs condições, exigências e limites às ações do Estado e da expansão do capital sobre a região.

O estudo de Thompson que trata da economia moral da multidão inglesa no século XVIII na Inglaterra discute “a cultura política, e as expectativas, as tradições até as superstições dos trabalhadores, (metalité) com freqüência se envolviam nas ações no mercado. E as relações às vezes negociações entre a multidão e os governantes, denominados pelo termo insatisfatório de motim<sup>171</sup>”, nos mostra a resistência, a interferência da multidão nos rumos da expansão capitalista, ao terem seus costumes desconsiderados, negados e modificados por mudanças nas relações econômicas. No século XVIII, os costumes eram muito fortes, assim, quando o capitalismo chegou a quebrar alguns costumes, a multidão inglesa luta contra esses processos, pois o avanço do livre mercado interfere diretamente na economia moral dos trabalhadores. Thompson nos mostra que esses trabalhadores lutaram

---

<sup>169</sup> Ibidem. p.130.

<sup>170</sup> GUERRA, op.cit.

<sup>171</sup> THOMPSON. E.P. “A economia moral”. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

contra esse processo de negação de sua cultura, contra as regras do modelo capitalista que os levavam a comer menos, a se calçarem mal. Desta forma houve motins por conta de má qualidade de farinha de trigo entre outros, como forma de ressentimentos pelo fim ou reorganização do modo paternalista. Os motins, as manifestações populares são entendidas como formas de negação do modelo capitalista, o que mostra a participação dos trabalhadores nos rumos econômicos e políticos que a sociedade inglesa estava tomando no século XVIII.

Mesmo sendo um estudo sobre outro país em um outro período histórico, a discussão de Thompson nos mostra que a expansão capitalista historicamente é realizada sobre a negação da existência de multidões, de sua “economia moral”, cuja destruição é condição vital para o seu pleno desenvolvimento. Mostra-nos também que a negação do modo de vida e das necessidades sociais desses sujeitos não é aceita pelos mesmos, uma vez que resistem a essas transformações impondo limites e lutando pela manutenção de direitos imprescindíveis a sua sobrevivência e sua reprodução em quanto sujeitos sociais.

Relembrando a discussão dos fatos políticos e econômicos de Petit<sup>172</sup>, onde analisou discurso de governantes e da elite política local no período em que a região amazônica esteve sobre forte interferência no governo federal que via e colocava a Amazônia como um território atrasado, vazio, com uma pequena população cujos hábitos culturais eram tidos como principal obstáculo contra o desenvolvimento da Amazônia. Sendo então um dos principais objetivos do governo federal no período transformar a cultura de subsistência e extrativista, tida como “pré-capitalista”. Ou seja, uma das condições para que a Amazônia viesse a se desenvolver economicamente era transformar o camponês que vivia no trabalho em suas terras e da extração vegetal, em trabalhadores assalariados, mão-de-obra, para as grandes empresas agroindustriais e agropecuárias instaladas na Amazônia. É com base nestas questões que podemos perceber que a “identidade de posseiro” foi utilizada por esses sujeitos como mecanismo na defesa de sua “economia moral”, garantindo o seu lugar na história não enquanto objeto, mas sim na condição de sujeitos que não aceitaram o fato de terem sido negados social e juridicamente.

Considero importante dentro desta discussão perceber que as massas camponesas que ocupavam o Sudeste do Pará no período já mencionado praticaram ações conflitantes e concretas que interferiram nas discussões tomadas pela elite política. Tomando como base a discussão teórica de Thompson (1998), podemos compreender o processo de migração e a

---

<sup>172</sup> PETIT, op. cit. 2003.

luta que o migrante-posseiro travou na PA-150 como a resistência contra a perda de seus modos de vida e o processo de proletarização o qual estes sujeitos estavam sendo inseridos.

## II-CAPITULO.

### A VILA ARRAIAS.

#### 2.1 - De centro, a cidade a beira da estrada.

A vida cotidiana é pontuada e definida pela prosaica coleção de objetos do rancho de madeira e palha, casa de adobe ou de barro coberta de folhas de babaçu, desenho habitacional dos povoados, até imensos, da região amazônica. E definida pelos gestos, atos, expressões e relacionamentos por eles mediados, torna-se assim repositório de uma visão de mundo, de uma coerência de mentalidade.<sup>173</sup>

Otavio Guilherme Velho<sup>174</sup> faz uma interessante discussão acerca da autocaracterização do camponês sobre centro e beira. Centro são as terras do interior da mata ocupadas pelo camponês na Amazônia onde estavam localizados os campos de cultivo, local do trabalho pesado, lugar isolado onde praticavam a agricultura de queima. Muitos dos quais deram origem a vários povoados na região, sendo que “com o tempo e a construção de novas estradas os novos povoados [passaram a ser] vistos como pertencentes a uma beira de novo tipo: a beira da estrada”. Este foi o caso da vila de Arraias que de centro no meio da mata após a construção da rodovia PA-150 foi transformada em cidade, a beira da estrada. O caso de Arraias, no entanto, guarda uma singularidade, que tem haver com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em meados da década de 70. Pois a construção dessa hidrelétrica implicou na transferência dos moradores da cidade ribeirinha de Jacundá das margens do rio Tocantins para a vila de Arraias as margens da PA-150, que na década de 80 passou ser a nova sede do município submerso pelas águas do lago que se formou após a construção da usina<sup>175</sup>. Desse modo, objetivo neste capítulo uma compreensão da história de formação da vila de Arraias como construção do migrante-posseiro, este espaço entendido com espaço de luta, de vivências, de experiências sociais e formas de viver desses sujeitos. Sendo que foi em Arraias que os posseiros se reuniram e se organizaram para lutar pela posse da terra.

É possível recuperar a história da construção desse espaço e as vivências nele experimentadas tomando como centro de análise a memórias dos seus antigos moradores, por

---

MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: NOVAIS, Fernando A, (org.). *Historia da vida privada no Brasil, São Paulo*: Companhia das Letras. 1998.p.142.

<sup>174</sup> VELHO, Otavio Guilherme. 1979. Op.cit. p.204-205.

<sup>175</sup> SILVEIRA, Claudionor Gomes da. *Uma cidade submersa: memória e historia de Jacundá (1915-1983)* – Belém, PA: Paka – Tatu, 2001.

meio dos relatos orais e também analisando os registros escritos e fotográficos do livro de tomo da paróquia São João Batista de Jacundá.

O protagonista principal da formação do espaço de Arraias foi sem sombra de dúvidas o migrante-posseiro, este foi o primeiro a chegar à região, orientado é claro pelo traçado da construção da rodovia PA-150 e a abundância de matas virgens. A escolha do local onde começou o processo de ocupação, onde construíram as primeiras moradias e colocavam seus roçados, tem haver com a existência do rio Arraias (daí o nome da vila ser Arraias). Os entrevistados possuem uma memória muito rica de lembranças a respeito desse rio, ao serem entrevistados rememoraram que ao chegaram à região a vegetação eram densas, as águas do rio era limpas e que se utilizavam do mesmo para tomarem banho, lavar roupas, vasilhas e como fonte de alimento de onde pescavam para o consumo familiar<sup>176</sup>. Além dessas atividades desenvolvidas no rio, o mesmo ainda foi área de lazer, sendo que nos finais de semana os moradores reuniam-se a beira do rio para pescarem, tomarem, banho e juntos se divertirem. Enfim, foram fortes as relações sociais construídas as margens do rio Arraias, seja nos momentos em que lavavam roupas, onde as mulheres lavadeiras conversavam sobre os mais variados assuntos, trocavam confidências, queixas<sup>177</sup> e experiências, ou nos momentos de lazer onde as relações de amizade, afetividade se constituíam e se intensificavam. É claro que não podemos negar a importância da existência do rio como fator determinante na escolha da área onde começaram a construir as suas relações sociais na região, não é por acaso que os primeiros bairros, ou seja, os bairros mais antigos estão situados nas proximidades desse rio.

Ao rememorarem as suas vivências em Arraias os entrevistado projetam uma imagem<sup>178</sup> da construção desse espaço marcada, sobretudo por grandes dificuldades. Uma delas refere-se falta de estradas, sendo que quando chegaram à região “só tinha um picadão na mata (...) caminho de roça e nada mais”<sup>179</sup>. Pois a PA-150 ainda não havia sido construída, o que dificultava e muito a locomoção dos moradores de Arraias a outras localidades, as viagens eram realizadas no “lombo de burros” e muitas das vezes a pé, o que prolongava e muito a chegada ao lugar de destino. As dificuldades, o sofrimento são pontos

---

<sup>176</sup> Francisca dos Santos Gomes. Foi uma das primeiras pessoas a chegar ao espaço onde construíram a vila de Arrais aonde chegou em 1977, maranhense, dona de casa. 43 anos. Jacundá, 08/07/2003. Guilherme Mulato.

<sup>177</sup> Dona Mariona foi lavadeira em Arrais, hoje é comerciante. 02/2007. Jacundá.

<sup>178</sup> PORTELLI, Alexandre. “O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: Déa Ribeiro Fenelon et alii (org.s.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p.296-313.

<sup>179</sup> Valdir da Costa Silva. Foi posseiro em Arraias, hoje trabalha em serrarias. Jacundá 01/05/2003.



comuns entre as reminiscências dos entrevistados e a memória narrada pelos padres no livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá, onde deixaram suas impressões do lugar.

É uma história escrita com suor, sacrifícios, perseguições e martírios, numa cruel batalha pela terra (...). Povo retirante, que com uma teimosia heróica conquistou a terra e fundou essa cidade [Arrais ou Nova Jacundá]. (...). É no coração da selva amazônica que esse povo fez nascer à vida e a esperança, depois de tanto peregrinar como Abraão e Moises em busca da terra prometida (...). Os conflitos iniciaram, pois os grileiros com sua sede e ganância pela terra, impuseram todo um calvário de perseguição para impedir os filhos de Deus de viver e ficar na terra<sup>180</sup>.

Os sujeitos e as questões registradas no livro de tombo da paróquia são todas referentes ao migrante-posseiro e a sua luta pela terra, as dificuldades enfrentadas nesse processo como o fato de ocuparem uma região no “coração da selva amazônica”. Da falta de infra-estrutura, da pobreza material que compunha esse espaço, da dificuldade de locomoção devido às péssimas condições das estradas, da violência marcada pelo sangue de posseiros nos vários quilômetros da rodovia PA-150. Sangue esse derramado seja pela ação de grileiros com a utilização de pistolagem ou até mesmos de policiais militares. Sobretudo na crônica<sup>181</sup> os sujeitos sempre aparecem juntos, unidos lutando de forma forte e consciente contra um dos processos que mais marcou ao Estado do Pará nas décadas de 70 e 80. O conflito que se estabelecia no processo de expansão de fronteira, no momento de ocupação das terras situadas às margens das rodovias construídas para trazerem a região amazônica um suposto progresso, o desenvolvimento<sup>182</sup>.

Dialogando com reflexões de José de Souza Martins, realizadas sobre o cotidiano em regiões de fronteiras, observamos que em alguns pontos suas análises muito se aproximam do cotidiano de Arrais resguardado nas memórias e nos registros do livro de tombo. Um desses pontos diz respeito ao ambiente de conflitos, Martins nos apresenta a vida cotidiana da fronteira por onde andou como um ambiente extremamente conflitivo, de disputas e afirmações. Para o autor nessas áreas não se pode falar da vida privada sem levar em conta à violação das tradições, da violência fundada na negação as populações de fronteira, de seus direitos sociais de viver, de habitar, de comer e da intimidade, pois o direito

---

<sup>180</sup> Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá, abril de 1986.

<sup>181</sup> Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá, datado de 24 de abril de 1986.

<sup>182</sup> SAUER, Sergio. “A dinâmica agrária e fundiária do Estado do Pará”. In: *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*; [tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer]. – Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

econômico se sobrepõe ao direito da vida privada. Outro ponto refere-se ao direito da posse da terra, sendo que é a busca por ela que orienta a ocupação desses espaços pelo menos em primeira instância. Nas regiões observadas por Martins existe um forte antagonismo em torno do direito de posse da terra, de um lado existe os que têm como legal o direito a terra a partir da compra da comprovação da posse com documento, o título de propriedade, que muitas vezes utiliza-se de títulos falsos par legitimar o seu direito a terra. De outro, temos a concepção dos posseiros, do seringueiro, de que a terra é de quem trabalha nela, a concepção do sinal de ferro, da derrubada da mata e a plantação da lavoura<sup>183</sup>. A terra percebida como propriedade privada e bem comum é o grande antagonismo que dita as condições e os limites nas formas de viver dos habitantes de fronteira, e como veremos no último capítulo desse trabalho, essas concepções antagônicas observadas na pesquisa de Martins com relação ao direito de posse da terra foram fortemente vivenciadas, experimentadas pelos sujeitos envolvidos na luta pela posse das terras situadas as margens da PA-150 na região de Arraias. “A terra é para quem trabalha nela” foi à bandeira de luta dos posseiros de Arraias, bandeira essa utilizada para a negação do capitalismo fundiário e como forma de afirmação de seus direitos de permanecer na terra apossada.

A meu ver Martins construiu a vida cotidiana da região de fronteira sobre um olhar que chega a ser romântico, místico, com uma pureza e uma singularidade sem igual. A exemplo disso temos as suas conclusões sobre a casa da região de fronteira, o autor caracteriza a mesma como uma espécie de útero “a casa física é, ao mesmo tempo uma casa símbolo e sagrada”<sup>184</sup>, para falar sobre isso analisou o modo como os moradores de fronteira lidam com o corpo dos mortos e a maneira como se acomodam em redes e nas camas par dormirem. Com relação ao corpo dos mortos este é sempre colocado no caixão de modo que os pés fiquem direcionados a porta, o objetivo é expulsar a morte com o morto. Um outro exemplo são suas observações a respeito do quarto de casal das casas dos moradores da região, foi observado que o quarto do casal ou camarinha é o espaço de intimidade e também o mais protegido, sendo estes “equivalentes da alcova das casas-grandes antigas. São quase sempre sem janelas e quando as tem fica ela fechada todo o tempo”<sup>185</sup>. O quarto é ainda um ambiente escuro para que assim fique protegido do “mau-olhado” do estranho por ser este espaço íntimo e sagrado. Ao tentar recuperar a vida cotidiana dos moradores de Arraias não observei este lado místico, profundamente marcado pelo religioso nas fontes analisadas,

---

<sup>183</sup> MARTINS, op.cit.1998.

<sup>184</sup> Ibidem. p.701.

<sup>185</sup> Ibidem. p.698.

talvez porque as mesmas não possibilitassem constatar esses tipos de experiências, uma vez que diferente de Martins não tive a oportunidade de transitar por estas paragens, de observar através de uma pesquisa de campo o cotidiano de fronteira. Sobretudo esse é o estilo de Martins, pois seus trabalhos são caracterizados quase sempre por esse estilo místico e litúrgico, pelo qual esse pesquisador nos apresenta as várias experiências e vivenciadas na região de fronteira, o que nos leva muitas das vezes não nos identificarmos ou não reconhecermos o “mundo” de fronteira que nos é apresentado pelo seu olhar singular.

Contudo outras observações realizadas por Martins são de grande contribuição para este trabalho. Segundo o mesmo:

É, pois, nesse mundo de privações, profundamente marcada pelo provisório, sinal de frágil enraizamento, pela permanente possibilidade de ter que ir embora, expulso, desalojado, que se devem investigar os termos em que se põem os limites e as condições da vida privada na fronteira e do que, nessas condições, é a vida cotidiana de seus habitantes<sup>186</sup>.

Aqui o autor evidencia que o morador de fronteira tem consciência do seu frágil enraizamento, daí sua precária condição de moradia, ou seja, de vida. Essa sua observação nos leva a entender que o posseiro, por exemplo, tem convicção de que vai ser expulso de sua posse, que sua casa vai ser queimada, destruída ou ser abandonada. Assim essa convicção seria o que justificaria as precárias condições de moradias, e o mobiliário pobre que configura as moradias da fronteira brasileira. Contudo, acredito que essa configuração se justifica mais por uma questão cultural e de condição econômica. As moradias típicas das áreas de expansão geralmente são construídas de pau-a-pique, de taipa ou palhas de coqueiros são técnicas e materiais de construção que herdamos dos colonizadores europeus e de povos indígenas que delas se utilizaram por serem adequadas às condições físicas, climáticas e sociais do nosso país<sup>187</sup>. Esses tipos de moradias são muito comuns nas regiões norte e nordeste do Brasil desde o período colonial, são técnicas e materiais utilizados até hoje por muitos habitantes dessas regiões.

Uma análise interessante a respeito do tipo de moradias na zona rural do Brasil, que acredito ser importante uma consideração neste momento, foi à percepção de Maria Isaura de Queiroz. Onde a autora ao descrever como eram as moradias de

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 674.

<sup>187</sup> LEMOS Carlos. *Transformações do espaço habitacional na arquitetura brasileira do século XIX*. Anais do Museu Paulista, Nova Série V.1, 1993.

sitiantes brasileiros as descreveu como sendo “casa de pau-a-pique ou sopapo, coberta de sapé...”<sup>188</sup>, o que nos interessa aqui não é a descrição das moradias, mas sim a análise da autora a respeito dessa descrição, segundo ela esse tipo de moradia era de fácil construção e abandonada pelos seus moradores sem saudades. Contudo, considero complicada essa análise uma vez que podemos perceber a casa a partir de uma visão que vai muito além de sua estrutura física, pois é na casa que as pessoas constroem muitas de suas relações como às afetivas e sentimentais, ou seja, a casa guarda valores sentimentais contém marcas de um tempo tem um valor histórico. A casa com todo seu mobiliário é uma rerepresentação de seus moradores, de seus valores culturais e materiais.

As moradias construídas em Arraias na década de 70 pelos migrante-possesores muito se aproxima das moradias descritas por José de Sousa Martins e Queiroz. As primeiras moradias, principalmente as que se localizavam próximo ao rio Arraias, as quais formaram os primeiros bairros da vila eram construídas de taipa de pilão (barro batido), pau-a-pique, cobertas de tabinhas (cavacos de madeira) ou palhas de babaçu<sup>189</sup>.

Fig. 06. Vila de Arraias no início de sua formação.



Fonte: Arquivo da paróquia São João Batista de Jacundá. Livro de Tombo.

Provavelmente final da década de 70.

<sup>188</sup> QUEIROZ, Maria Isaura de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis. 1976. p. 52.

<sup>189</sup> Padre Paulo Joanil. Entrevista realizada em dezembro de 2007 em Nova Ipixuna.

Nesta fotografia podemos observar a existência de várias casas na vila Arraias e a armação de mais três casas, madeira e barro logo na frente material utilizado na construção das mesmas. Diferente das observações de Queiroz e Martins a respeito das moradias em região de fronteira, a configuração material das moradias de Arraias não significou o frágil enraizamento de seus habitantes e nem o abandono fácil das casas, uma vez que o migrante que chegou a região lutou por sua permanência e estabilidade na localidade. Com o passar dos anos as casa de taipas foram sendo substituídas pelas casas de madeira, que devido à instalação de indústrias madeireiras na região esse passou a ser o material de fácil acesso aos moradores.

Fig. 07 - Primeiras moradias em Arraias, final da década de 70, bairro São Francisco.



Fonte: Arquivo da paróquia São João Batista de Jacundá. Livro de Tombo.

Fig. 08- Vista de Arraias e moradores em passeata pelas ruas.



Fonte: Foto dos arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá. Arraias em 1981.

Aqui podemos visualizar parte da organização espacial da Vila Arraias em 1981, onde as casas são pequenas, construídas de taipa de pilão e madeiras cobertas de “tabinhas”. As ruas estreitas cheias de mato e podemos ainda visualizar a mata ao fundo da fotografia, evidência que esse espaço urbano estava no início de sua formação.

Nas regiões de fronteira amazônica como era o caso da região sudeste paraense nas décadas de 70 e 80 as condições de moradias e as vivências experimentadas na região, não poderia deixar de ser influenciadas por alguns dos elementos que marcaram profundamente a formação das várias sociabilidades e o modo de vida dos seus habitantes. A implantação de grandes projetos na região como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a construção da rodovia PA-150, o grande contingente de migrantes que constantemente chegavam à região, a luta pela posse da terra, as dificuldades de locomoção a outras regiões devido à precária condição da rodovia que ainda não havia recebido pavimentação, as doenças como a malária. Assim como toda a precariedade de recursos e infra-estruturas, são alguns dos componentes que tiveram influência direta no processo histórico da formação desse espaço.

## 2.2 – Rodovia PA-150: “a rua principal”.

A Vila de Arraias, hoje Jacundá assim como outros municípios do Sudeste do Pará que se localizam às margens da rodovia PA-150, fazem parte do processo histórico que alguns pesquisadores chamam de “civilização da estrada”. Constituídas dentro de uma política de ocupação da Amazônia a qual rompia com o antigo modelo colonial de ocupação do território, que seguia o curso dos rios. Essa nova política de ocupação do território na qual se configurou a Vila de Arraias seguia ao traçado das rodovias do sistema rodoviário de integração nacional, sejam as rodovias federais ou estaduais como no caso da PA-150<sup>190</sup>.

Os municípios como: Nova Ipixuna, Nova Jacundá, Goianésia do Pará, Tailândia são algumas das cidades que se localizam às margens da rodovia PA-150, as quais foram construídas dentro do contexto da “Amazônia das estradas”. Esses núcleos

---

<sup>190</sup> SOUZA, Carlos Augusto da Silva. “Ocupação no Sudeste do Pará”. In: *Urbanização na Amazônia*. Belém, UNAMA, 2000.

urbanos se formaram a partir dos efeitos da política de colonização do governo militar para a Amazônia. Desde o início de sua formação, essas cidades recebem um contingente considerável de migrantes de várias regiões do Brasil, sobretudo do nordeste que incentivados pelos programas de colonização do governo federal na época se deslocaram de sua região de origem com o intuito de obterem posse de terra no Pará, objetivando melhorias em suas condições de vida.

Uma pesquisa desenvolvida por Ivanilde de Castro Duarte<sup>191</sup> nos mostra que o município de Goianésia do Pará formou-se na década de 1973, a partir da migração de pessoas que situavam se na rodovia Belém – Brasília das regiões de Paragominas e São Domingos do Capim. A abertura da PA-150 na década de 70 atraiu muito migrante os quais foram se apossando das terras situadas às margens dessa rodovia. A implantação da estrada provocou a valorização das terras na região, sendo que, “Logo a margem dessa estrada passou a ser povoada, a concentração de pessoas passou a ser incessante com a presença cada vez maior, ocasionando um inchaço populacional”<sup>192</sup>.

As pessoas que migravam para a região de Goianésia do Pará “(.) eram na sua maioria de baixa renda (.)”<sup>193</sup>, que chegaram à área com o objetivo de melhorar de condições e conseguir trabalho. Contudo, também chegou à região pessoas que “(.) vinham com o objetivo de conseguir terras para formar fazendas na certeza de que essas terras ficaram valorizadas com a abertura da rodovia PA-150, por fazer fronteira com a usina hidrelétrica de Tucuruí (.)”<sup>194</sup>. Este fato fez com que o processo histórico desse município fosse marcado pelos conflitos pela posse de terras, gerando uma onda de violência que perdurou por décadas, envolvendo posseiros, grileiros, policiais militares e órgãos de Estado como o GETAT e a Eletronorte<sup>195</sup>.

O município de Tailândia também teve o seu processo de ocupação marcado e orientado pela construção da rodovia Pa-150, no final da década de 70<sup>196</sup> este espaço foi sendo ocupado por posseiros interessados em adquirir terras na

---

<sup>191</sup> DUARTE, Ivanilde de Castro. *Memória e história de Goianésia do Pará (1979 – 1981)*. Belém. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA, 2003. p. 36.

<sup>192</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>193</sup> Ibidem. 32.

<sup>194</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>195</sup> Ibidem.

<sup>196</sup> COTA, Raymundo Garcia. (org.). “O setor madeireiro na região de Carajás”. In: *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém, UFPA/NAEA, 1997.

localidade.

A Vila Arraias se configurou enquanto núcleo urbano a partir do momento em que a rodovia PA-150 cortou a região que era habitada por vários posseiros, no ano de 1977<sup>198</sup>. Até o ano de 1975 havia apenas 30 famílias morando na localidade, a partir de 1977, devido à abertura da estrada o número de moradores aumentou significativamente chegando a 1.174 habitantes em 1980<sup>199</sup>. A vila era o ponto de referência de muitas das famílias que durante as décadas de 70 e 80 se deslocaram para a região sudeste do Pará. Como já mencionei os primeiros a chegar à região foi o migrante-posseiro, contudo ao lado desses migrantes de origem rural foi se constituindo um grande fluxo de migrantes de origem urbana<sup>200</sup>, responsáveis pela formação de atividades empresarial e comercial em Arraias. Os sujeitos que fizeram parte da construção dessa região eram os mais variados possíveis sendo todos migrantes, eram: posseiros, peões de fazendas, fazendeiros, comerciantes, religiosos, os gatos, prostitutas, empregados de serrarias, donos de lojas, farmácias, vendas e os donos das chamadas C-10 que eram os carros de transporte no período na região, entre outros<sup>201</sup>.

Em pesquisa de campo que realizou nas localidades das rodovias PA-70 e PA-150 durante o ano de 1982, Jean Hébette caracterizou a Vila de Arraias como sendo o núcleo mais importante da PA-150 na área estudada, por possuir uma infra-estrutura que identificou como “a melhor” da região ao ser comparada com as outras localidades situadas na rodovia. Pois segundo o autor a vila possuía um comércio de maiores proporções do que o das demais localidades. Existindo também vários órgãos do estado como o Serviço de Informação ao Migrante (SIMI), o Serviço de Assistência ao Migrante (SAMI), posto medico da Secretaria de Saúde Pública (SESPA), Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e posto da Superintendência da Campanha contra a Malária (SUCAM), entre outros. Hébette evidência que mesmo possuindo esses órgãos de assistência a população da localidade e região, a infra-

<sup>197</sup> LEAL, Levy Lobato. *Tailândia: “Terra de ninguém, Terra de todo mundo...”* História e cotidiano de imigrantes na Amazônia (1978 a 1984). Monografia. Belém. UFPA, 2006.

<sup>198</sup> Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. Op.cit.

<sup>199</sup> HÉBETTE, Jean, ABELÉM, Auriléa, PARAENSE, Marceli, EMMI, Marília. “Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: O leste do médio Tocantins”. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do compesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.p. 104.

<sup>200</sup> TORRES, Haroldo da Gama. “Migração e o migrante de origem urbana na Amazônia”. LENA, Phillipi e OLIVEIRA, Adélia E. (orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991 p. 291-303.

<sup>201</sup> Correspondência enviada pelo padre Paulo Joanil, São Paulo, 29/05/2003.



estrutura da vila ainda deixava muito a desejar, como por exemplo, a falta de médicos e medicamentos no posto de saúde e a quantidade insuficiente de escolas para atender todo o contingente de alunos da localidade.<sup>202</sup>

Arraias configurou-se a partir da “invasão” de várias fazendas e terras devolutas que se localizavam as margens da rodovia PA-150. Essa estrada cortou o centro criado na região pelos primeiros migrantes a chegar à região, muitos tiveram suas posses ocupadas por outros migrantes, que chegaram à região após a construção da PA-150. Segundo as lembranças do Sr. Guilherme Mulato<sup>203</sup> que no início da década de 70 trabalhou nesse espaço organizando o processo de ocupação das terras situadas às margens da rodovia, considerável era a quantidade de imigrantes que chegavam à vila com o objetivo de obter um lote de terra na área urbana. Desse modo, com a abertura da PA-150 a região de Arraias sofreu uma nova reestruturação, o número populacional cresceu consideravelmente, ou seja, a ocupação do espaço ocorreu de modo mais intenso. Nesse processo de organização urbana, muitos posseiros perderam ou tiveram que lotear e vender suas posses, pois as mesmas foram sendo “invadidas” por outros migrantes que chegavam à região<sup>204</sup>.

Durante o dia as pessoas trabalhavam nas plantações em suas roças, à noite retiravam os tocos de árvores da frente de suas casas, e assim aos poucos foram formando as primeiras ruas<sup>205</sup>. A primeira rua a se formar foi a Boa Esperança, a qual mais tarde veio a ser também o nome do primeiro bairro. Depois formaram a Rua 14 de maio, a DER que de acordo com relatos recebeu esse nome por situar-se em área em que a firma do Departamento de Estrada e Rodagem estava alojada durante a construção da rodovia estadual PA-150. Essas foram as primeiras ruas que se formou em Arraias, com o tempo outras foram se formando às margens da estrada. A avenida principal onde se concentrava a área de comércio da vila Arraias, hoje Jacundá chama-se Cristo Rei e abrange todo o espaço da rodovia PA-150 na área. Ou seja, a rodovia era e é a “principal rua” ou avenida da vila de Arraias. Assim esse espaço enquanto

---

<sup>202</sup> HÉBETTE, Jean, ABELÉM, Auriléa, PARAENSE, Marcell, EMMI, Marília. “Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: O leste do médio Tocantins”. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. p. 51- 128.

<sup>203</sup> Guilherme Mulato Neto. Foi o primeiro prefeito eleito em Nova Jacundá. Maranhense. No início da década de 70 era funcionário da Secretaria da Fazenda do estado no município de Jacundá, foi responsável em orientar a ocupação de lotes urbanos na Vila Arraias, medindo os lotes e entregando aos migrantes que chegavam à área. 14/07/2003. Jacundá.

<sup>204</sup> SANTOS, Edileuza dos. *Vila de Arraias: “história do vazio” (1978-1985)*. Belém. Monografia, UFPA, 2003. Aqui desenvolve uma pesquisa a qual procurei provar a existência da vila de Arraias, no local onde hoje se localiza a cidade de Jacundá.

<sup>205</sup> Ibidem.

núcleo urbano de início seguia as margens do rio Arraias e depois as margens da PA-150, transformando-a em rua principal.

Ao passar em Arraias a rodovia provocou mudanças profundas na organização desse espaço, acelerou o processo de urbanização de modo radical. Essa nova configuração, a urbanização acarretou em mudanças na ocupação do espaço e das relações sociais estabelecidas, significou para os primeiros moradores perda de um espaço já conquistado. A estrada veio negar a esses sujeitos as suas conquistas, o que despertou o sentimento de não consideração e de negação de serem os pioneiros na região por parte dos que chegaram depois.

Os pioneiros que ajudou fazer Jacundá [a Nova Jacundá] que hoje tá aqui, que lutou esse pessoal foi todo esquecido. Muitos saíram daqui e outros que tá aqui hoje é muito de nariz empinado e é complicado<sup>206</sup>. Janeiro de 1977 foi quando nós chegamos aqui, nessa época esse estádio Mulatão era só roça, aqui nós fizemos no ano em que chegamos aqui – plantemos o arroz, quando colhemos plantemos o feijão, quando arranquemos o feijão, arranquemos os tocos pra fazer o campo onde hoje está o estádio Mulatão. Quando o Mulatão tava feito aí o Guilherme batizou com esse nome, fizemos ajeitemos, aí arrumou tudo, agora se a gente quiser assistir um jogo temos que pagar, mais isso aí era nosso da comunidade, aí virou pra ele lá, fecharam e ficamos sem direito a nada<sup>207</sup>

As narrativas da Sra. Joana Rosa de Oliveira e do Sr. Antonio Gomes torna evidente a falta de consideração sentida pelos mesmos que se consideram pioneiros, responsáveis pela construção do espaço, que com a chegada de outros migrantes perderam os espaços conquistados e as relações já estabelecidas. No primeiro momento se sentem sujeitos construtores de tudo que existia em Arraias. O processo de crescimento da localidade e da chegada de outras pessoas levou esses sujeitos a se perceberem ignorados, desconsiderados enquanto sujeitos sociais.

### 2.3-Trabalho, Assistência Médica, Educação e Lazer em Arraias.

#### Trabalhos...

As pessoas cultivavam muita mandioca, muitas banana. Plantio de arroz em Jacundá [a Jacundá da PA-150] nesse período de 79, 80, 81, 82, tinha muita fartura. (...). Farinha se você quisesse comprar 50,60 sacas de farinha num final de semana você

---

<sup>206</sup> Entrevista realizada com a Sra. Joana Rosa de Oliveira, comerciante, 60 anos de idade, moradora de Nova Jacundá a 32 anos. Jacundá.

<sup>207</sup> Entrevista realizada com o Sr. Antonio Gomes. Foi posseiro em Arraias, hoje é pescador, tem 51 anos de idade, maranhense. Jacundá 08/07/2003.

comprava. O pessoal vinha da roça trazia cargas e mais cargas de farinha de bananas<sup>208</sup>

O trabalho nas roças, ou seja, a atividade agrícola como as plantações de banana, feijão, mandioca utilizada na produção de farinha e o arroz entre outros produtos, foram fundamentais para o sustento dos migrantes posseiros em Arraias, além de ser a atividade agrícola importante e fundamental na economia desse espaço e até mesmo de outros estados como, por exemplo, o Maranhão.

Segundo relatos e dados da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) o arroz era o produto de maior expressão na produção agrícola. A concentração de muitos maranhenses na localidade e também a existência de uma significativa procura desse produto no mercado, por parte de compradores de arroz, sobretudo de Imperatriz, podem ser fatores os quais muito contribuíram para que esse produto tivesse ganhado significativa expressão na economia da região e até mesmo na economia do estado do maranhão.

Otávio Guilherme Velho em sua análise a respeito da desmarginalização do campesinato na Amazônia, sobretudo nas regiões do Maranhão e Sul do Pará, observou que a construção de rodovias nestas regiões muito contribuiu para que a produção camponesa ganhasse significado e se integrasse ao mercado nacional. Em meados da década de 60 a produção de arroz do campesinato de fronteira contribuiu com parte desse produto consumido no Centro-Sul do país<sup>209</sup>.

Ainda segundo sua análise, esse acontecimento foi possível devido à produção camponesa seguir uma lógica diferente da produção capitalista. A utilização do trabalho familiar, e o fato desse trabalho não ser remunerado, dá condições a produção camponesa de ser vendida por um preço mais baixo, garantindo também a camponesa resistência caso ocorra uma baixa no valor do produto ou se ainda for escasso o mercado consumidor<sup>210</sup>, devido à produção garantir a subsistência da família camponesa. Velho destaca essas características como sendo vantajoso para a produção camponesa, por possibilitar que a mesma tome “espaço” na economia do mercado nacional. Sua análise nos leva mesmo a acreditar que a produção camponesa não sofre ou quase não sofre com os efeitos da “lógica capitalista”.

---

<sup>208</sup> Josimar Pereira Rodrigues. Maranhense. Comerciante. Chegou ao Arraias em agosto de 1977.10/07/03.Jacundá.

<sup>209</sup> VELHO, op.cit. 1979.

<sup>210</sup> Ibidem.

Contudo, cabe aqui questionar como vive ou sobrevive uma família camponesa que tira o sustento de uma produção cujo valor é o mais insignificante do mercado, quando esse lhe é possível e quando não o é tendo que se alimentar somente do que produz, não sendo assim possível ter acesso a uma série de bens, que só lhes são acessíveis com a comercialização do que produzem? Além do mais nem sempre o trabalho familiar é suficiente para o desenvolvimento da produção agrícola camponesa, pois depende este muitas vezes de outros trabalhadores como, por exemplo, os trabalhadores de rouço, de broque da roça ou derrubada da mata. Esse trabalho na região que pesquiso era um trabalho remunerado muitas das vezes, cujo pagamento deveria ser equivalente aos alqueires de mata derrubada<sup>211</sup>. Sem falar em uma série de outros gastos que implicavam assim como ainda implicam a produção camponesa.

Nas atas da ADETUNI, no Grito da PA-150<sup>212</sup>, nos relatos de entrevistados e em literaturas é extremamente nítido que a produção camponesa na vila Arraias, sobretudo a produção do arroz era atingida pela “lógica capitalista”, passando pela baixa do preço, pelo período de má colheita, pela especulação e desvalorização da produção e os gastos realizados pagando mão-de-obra para a derrubada e momento da colheita da lavoura.

A luta pela posse da terra na região da vila Arraias, questão essa a qual discutiremos no último capítulo, foi apenas uma parte da luta travada pelo lavrador na região, ao analisarmos as atas<sup>213</sup> da associação fica nítido que após ter conseguido se estabelecer nas posses, os trabalhadores tiveram ainda que lutar pela defesa e valorização do que produziam. Em meados da década de 80 uma das maiores preocupações registradas nas atas diz respeito ao transporte das safras de arroz para o núcleo urbano, o armazenamento e o beneficiamento do produto, uma vez que as formas de exploração se concretizavam a partir dessas necessidades.

Assim o lavrador dono da produção, por não ter condições de transportar o arroz até o usineiro tinha que vender o produto por um valor mais baixo do que poderia conseguir se tivesse condições de levar a produção diretamente ao comércio. Sem um armazém a produção deveria ser logo comercializada, no período de safra quando o valor do produto estava em baixa, não podendo de esta forma aguardar a valorização para ser então comercializado. O arroz vendido na casca tinha e tem menos valor do que se fosse vendido beneficiado, pois muitas vezes para se limpar dois volumes de arroz o usineiro teria que

---

<sup>211</sup> Josimar Pereira Rodrigues. Op.cit.

<sup>212</sup> “Lavradores lutam pela valorização do arroz”. Informativo O grito da PA-150 n.23.1982

<sup>213</sup> Ata da reunião da ADETUNI datada de 04/12/1985 e 01/07/1984. Arquivos da ADETUNI. Jacundá.

receber um volume em troca do beneficiamento. Conscientes da desvalorização do valor do seu trabalho, fato esse que lhes acarretavam uma vida de privações e necessidades, conscientes também de que as políticas agrícolas do governo federal na época os colocavam em situações de trabalhadores marginalizados <sup>214</sup>. Diante dessa situação, ou seja, da exploração do valor da produção e da política federal a qual também visava essa exploração, os lavradores a partir de reuniões e discussões realizadas na associação resolveram que a melhor medida era se unir para concretizarem medidas que fossem tomadas de modo a reverter à situação. Aqui cabem observações de Marx e Engels citados por Hébette <sup>215</sup> na medida em que afirmam que ‘Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que tem que manter uma luta comum contra outra classe’, o resultado dessa união foi a “construção do armazém, compra de máquina de pilar arroz e compra de caminhão Mercedes Bens”<sup>216</sup>. A construção do armazém, a aquisição do caminhão e da máquina de beneficiar, só foi possível graças a um projeto que a ADETUNI enviou a Organização Católica para cofinanciamento de programas de desenvolvimento (CEBEMO), uma instituição holandesa.

O contato entre a associação e a CEBEMO ocorreu por intermédio do padre Paulo Joanil da Silva da Congregação Oblatos de Maria Imaculada (OMI) que no período era pároco na vila Arraias. Religiosos como os padres Paulo Joanil, Humberto Hialland e a irmã Dorothy Stang fizeram parte da equipe pastoral da PA-150, desenvolveram trabalhos junto aos moradores da rodovia no momento em que a região passava pelo conflituoso embate da luta pela posse da terra. Segundo as atas da ADETUNI, fotografias e a memória de muitos dos lavradores entrevistados, o apoio que esses religiosos lhes prestaram foi de grande significância. “A associação foi criada pelo padre Paulim [Paulo Joanil] e a irmã Dorothy”<sup>217</sup>. Como podemos observar na fala do Sr. Mangueira a criação da ADETUNI foi pensada pelo padre Paulo Joanil e a irmã Dorothy, assim como a idéia de se criar uma cooperativa dentro da ADETUNI, ou seja, construir o depósito, comprar o caminhão e a máquina de beneficiamento.

---

<sup>214</sup> Ata da ADETUNI. 01/07/1984. p.27. Arquivos da associação.

<sup>215</sup> HÉBETTE, Jean. Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o Leste do Médio Tocantins. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia - Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II. p.148.

<sup>216</sup> Ata da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. Data de 04/12/1985.

<sup>217</sup> João José Alves, seu Mangueira. 80 anos, cearense. Agricultor. Foi posseiro no Arraias e presidente da ADETUNI. Jacundá 03 do 07 de 2006.

Fig.09 - Irmã Dorothy Stang.



Fonte: Arquivos da associação. Nesta foto temos a irmã Dorothy Stang uma das pioneiras da fundação da associação colocando a placa de inauguração da ADETUNI em dezembro de 1987

Fig. 10. Comemoração dos 25 anos de aniversário da ADETUNI.



Esta fotografia foi tirada na festa de comemoração dos 25 anos da ADETUNI, em 2003 em Jacundá. Ao fundo temos o caminhão comprado com os recursos enviados pela CEBEMO. A segunda pessoa da esquerda para a direita é o padre Paulo Joanil. A quinta pessoa da direita para a esquerda é a irmã Dorothy. Tanto o padre como a irmã mesmo depois de terem saído da região da PA-150 continuaram mantendo contato com a associação. Fonte: Arquivo da ADETUNI.

A Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá foi fundada em 17 de fevereiro de 1980 com o objetivo de defender e exigir os direitos legais e legítimos dos trabalhadores<sup>218</sup>. A associação foi fundada devido ao conflito que se estabelecia ao longo da rodovia PA-150, envolvendo a luta pela posse da terra, devido ainda à situação de abandono a qual a região se encontrava. No que se refere à ausência das autoridades competentes na região, como por exemplo, o Incra, a forte existência da violência policial e o serviço de pistolagem empregados pelos grileiros contra os posseiros<sup>219</sup>. No primeiro momento a conquista da terra para os posseiros foi o que levou a criação da associação e também era o que orientava as suas ações, em um segundo momento a luta se direcionou para a necessidade de valorização do trabalho e da produção do lavrador, uma vez que essa valorização implicaria na permanência do mesmo na terra<sup>220</sup>.

A CEBEMO enviou o projeto que recebeu da associação ao Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS) no Rio de Janeiro para que fosse estudado e emitido um parecer<sup>221</sup>, dependendo deste, sua aprovação ou não.

O projeto enviado a CEBEMO visava beneficiar os lavradores da PA-150, região caracterizada como frente pioneira de colonização espontânea: “lavradores muito carentes, vindo principalmente do Nordeste. Poucos são alfabetizados, situação socioeconômica desesperadora. Pobreza geral, falta de escolas e falta de assistência técnica”<sup>222</sup>. É assim que o lavrador é caracterizado no projeto como pobre carente com necessidades de melhoria econômica e social. O projeto aponta como causador dessa situação: “a) sistema econômico de exploração e corrupção que cria as piores injustiças contra os lavradores; b) sistema administrativo injusto incoerente e omissivo, favorecendo os latifúndios e grandes grupos econômicos”<sup>223</sup>. Diante da observação, de que o sistema econômico era o grande responsável pela vida de privações e de exploração que os lavradores levavam o objetivo do projeto visava propiciar a participação desses sujeitos nas decisões e organização do sistema econômico no que se refere ao setor agrícola em todos os seus níveis: produção, beneficiamento, transporte, comercialização e aperfeiçoamento técnico, na região da PA-150.

---

<sup>218</sup> República Federativa do Brasil. Diário Oficial. Ano LXXXIX- 90 da República- n. 24.344. Belém – Sexta – feira, 12 de setembro de 1980, p. 11.

<sup>219</sup> Lavradores da PA- 150 fundam sua associação. Documento dos arquivos da ADETUNI no qual esta registrada a assembléia de fundação da mesma. Datado de 18 de fevereiro de 1980.

<sup>220</sup> Ata da reunião da assembléia da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá aos 12 dias do mês de julho de 1985.

<sup>221</sup> CEBEMO – correspondência enviada a ADETUNI em 18.07.1985. Assinada por Eduardo Van de Walle, seção Brasil.

<sup>222</sup> “Resposta ao questionário para a descrição do projeto”. Neste documento encontrado nos arquivos da ADETUNI consta a descrição do projeto que foi enviado a CEBEMO. Datado do ano de 1985.

<sup>223</sup> Ibidem.

Essa participação na vida econômica na região segundo os idealizadores do projeto poderia ser alcançada com a aquisição de um depósito para o armazenamento dos produtos agrícola, podendo assim ser comercializados fora do período de safra quando o valor estivesse em alta; um caminhão para o transporte dos produtos, uma máquina para o beneficiamento de arroz, o que lhes possibilitaria sair das mãos dos atravessadores o que acarretaria na valorização da produção agrícola na região, ou seja, o objetivo eram ser donos dos meios de produção.

Depois de ter passado por todo um processo de avaliação e investigação o projeto foi aprovado. A CEBEMO enviou em nome da entidade uma quantia de “hum milhão duzentos e quatorze mil seiscentos e trinta e cinco cruzados”<sup>224</sup>. Os quais segundo registros orçamentários da associação e fotografias, foram gastos na construção do depósito e compra da máquina de beneficiamento e do caminhão Mercedes Bens.

A conclusão que podemos tirar da idealização do projeto de cooperativa da associação é que a sua realização era visto como meio do camponês não depender do crédito bancário para produzir sua lavoura. A política agrícola do governo federal causava o endividamento do camponês, resultando muitas das vezes na perda da terra para bancos como meio de saldar dívidas junto aos mesmos. Nesse período a economia camponesa era vista pelo governo (se é que ela era vista) como praticamente inexistente, sem significado para a economia nacional, um obstáculo ao progresso da nação.

Essa aversão que os camponeses da PA-150 sentiam com relação ao crédito bancário também fez parte da luta dos camponeses na região Tocantina em Anilzinho no município de Baião. Uma das orientações da Lei Anilzinho era que o trabalhador deveria se manter longe dos créditos bancários, sendo a forma encontrada de “... evitar o endividamento do camponês, preservando assim a propriedade de sua terra”<sup>225</sup>. O caso de Anilzinho assim como os dos camponeses da PA-150 são mais do que ilustrações, são provas do descaso das políticas governamentais para com o trabalho e a produção agrícola do pequeno produtor na década de 80. Sendo caracterizada como atrasada e impossibilitada de contribuir para com o crescimento econômico e modernização do país. O governo lhes reservou a exploração e o

---

<sup>224</sup> Ata da reunião de assembléia da Associação de Defesa dos trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 12/07/1985. Arquivos da ADETUNI. Jacundá.

<sup>225</sup> SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação á luta pelo poder* – Belém: NAEA, 2002. p. 137.



esquecimento em detrimento de uma política que reservava todo apoio e incentivo a grande empresa agropecuária extensiva<sup>226</sup>

Figura 11 – Irmã Dorothy inaugurando máquina de beneficiar.



Fonte: Arquivos da ADETUNI. Irmã Dorothy Stang e o presidente da ADETUNI na inauguração do depósito de arroz, ligando a máquina de beneficiar. 1985.

O trabalho agrícola na região da PA-150 era desenvolvido a partir de uma série de relações. As quais poderiam envolver desde os membros da família, aos vizinhos ou compadre e até trabalhadores contratados . A família não era nuclear composta por pais e filhos, era uma família mais extensa composta muitas das vezes por outras pessoas. Analisei na CPT de Belém vários históricos de posses<sup>227</sup> onde pude observar essa situação, como exemplo irei citar alguns casos, no histórico de posse do Sr. Lourival Marque da Silva, que era casado, morador do quilometro 49 da rodovia consta que ele tinha oito filhos já o número de pessoas em casa era de onze membros. O Sr. Cícero Pereira Lima era casado e tinha apenas um filho, e o número de pessoas em casa era de cinco. O Sr. Jonas Alves de Almeida também casado possuía seis filhos tendo em casa nove pessoas. No primeiro caso, se

<sup>226</sup> IANNI, Octavio. “A ‘Fronteira do capitalismo na Amazônia’”. In: *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 1979.

<sup>227</sup> Documentação dos arquivos da CPT Belém. Pasta Jacundá PA-150. km 49.

somarmos os oito filhos do Sr. Lourival com ele e a esposa daria um total de dez pessoas, ficaria faltando uma para completar a quantidade correspondente ao total de moradores de sua casa. No caso do Sr. Cícero se seguimos o mesmo raciocínio, ou seja, somando ele a esposa e o único filho faltaria duas pessoas para completar o número de membros da sua família. No caso do Sr. Jonas somando ele a esposa e filhos, daria um total de oito pessoas restado uma para completar a quantidade de nove residentes de sua casa.

Os dados levantados nos históricos de posses nos evidenciam uma composição familiar extensa, famílias formadas por pais, filhos e outras pessoas que poderiam ser agregados, parentes próximos ou do chefe de família ou de sua esposa. Uma família numerosa era importante para o desenvolvimento da produção do pequeno produtor, sendo que quanto maior a família, maior poderia ser a produção que deste modo dependeria muito menos de trabalhadores contratados ou meeiros. O trabalho de meia era muito solicitado principalmente no período de colheita, uma vez que nem sempre o pequeno produtor e a sua família davam conta de colher toda a lavoura.

Outra relação de trabalho muito comum na região foi o mutirão. As atividades agrícolas desenvolvidas pelos lavradores em suas posses, como a derrubada da mata, a coivara e a limpeza do terreno onde seria desenvolvida a lavoura, exigia certo tempo e custo, o qual muitas das vezes o lavrador não tinha condições de custear. Assim a troca de serviço, ou seja, o mutirão era uma saída para a superação dessas necessidades<sup>228</sup>. “O mutirão permite um trabalho agrícola muito mais rápido, com o cultivo de uma extensão maior de terreno”<sup>229</sup>. Ao realizarem o mutirão os lavradores ajudavam uns aos outros mutuamente, construindo casas, plantando ou colhendo as roças. Os mutirões eram momentos de muito trabalho, mas eram também momentos comunitários, de lazer, onde os trabalhadores se encontravam, conversavam, planejavam, faziam amizades, reforçavam as já existentes e se divertiam, uma vez que ao final do trabalho realizado coletivamente sempre tinha as festas regadas com muitas danças, forró de lampião e cantorias<sup>230</sup>.

Maria Isaura de Queiroz<sup>231</sup> em sua análise a respeito do sítio brasileiro nos deixa perceptível que o trabalho em mutirão era praticado por esses sujeitos, os aspectos percebidos pela autora com relação a essa prática muito se aproxima desses discutidos acima como os aspectos festivos, momento de reuniões e coesão social.

---

<sup>228</sup> Antonio Gomes. Op.cit.

<sup>229</sup> Queiroz, op.cit. 1976. p. 56.

<sup>230</sup> Ruy Penalva. Foi posseiro em Arraias e presidente da ADETUNI e vereador por dois mandatos em Nova Jacundá. Mineiro de Maringá. Nascido em 1950. Hoje é lavrador. Jacundá 15 de fevereiro de 2006.

<sup>231</sup> QUEIROZ. Maria Isaura Pereira de. Op. cit. 1976.

Analisando a prática do mutirão no contexto em que era desenvolvido, ou seja, durante a luta pela posse da terra na região do Arraias, este ganha outros significados. Era comum o trabalho coletivo como forma de proteção contra o possível ataque de pistoleiros, segundo o Sr. Raimundo Barroso<sup>232</sup>, os religiosos orientavam aos posseiros que só trabalhassem juntos, o que poderia dificultar a ação de pistolagem, a qual era uma prática muito utilizada para forçar os posseiros a saírem da terra.

Nesse período o que poderia garantir a posse da terra ao posseiro era a benfeitoria que ele tivesse realizado na mesma, como derrubada da mata, plantio da lavoura, cercas entre outros. O trabalho em mutirão também foi utilizado para lhes garantir esse direito, pois os posseiros ficavam sabendo que representantes do GETAT iriam fazer vistorias na região, este logo faziam mutirões para derrubada da mata, plantio de arroz e construção de cercas nas áreas pretendidas pelos mesmos<sup>233</sup>. Assim, o trabalho em mutirão na região de Arraias funcionava como uma arma na luta pela terra e contra a violência.

Além da atividade agrícola desenvolvida pelos lavradores, a atividade madeireira desde início da formação da vila de Arraias já era significativa na vida econômica da região. Essas duas atividades estavam ligadas uma vez que ao se apossarem de uma terra de dez, vinte alqueires os posseiros vendiam as matas para os madeireiros, o dinheiro adquirido com a venda da mata geralmente era utilizados para comprar ranchos, plantar a roça e ainda utilizavam a área desmatada para o plantio da lavoura.

Os empresários das indústrias madeireiras que chegaram à região são originários do Nordeste, do Sul e Sudeste do Brasil, sobretudo do Espírito Santo<sup>234</sup>. Mendes observou que 90% das indústrias madeireiras existentes em Jacundá desde a década de 70 até 90, eram originárias do Espírito Santo, com certeza essas empresas chegaram à região num processo que podemos considerar como sendo uma segunda migração, pois grandes partes das empresas antes de se instalarem no Espírito Santo eram da região Sul do Brasil, de Santa Catarina e principalmente do Paraná região que possuía uma cultura de extração madeireira de desmatamento, devido à exaustão da madeira na região se direcionavam para o Espírito Santo, lá ocorrendo o mesmo processo se direcionaram para a Amazônia, devido a região lhes proporcionar madeiras de melhor qualidade e maior quantidade<sup>235</sup>.

---

<sup>232</sup> Raimundo Barroso. Op.cit.

<sup>233</sup> Conforme entrevista realizada com o Sr. Ruy Penalva. Op.cit.

<sup>234</sup> MENDES. Elizet. *A trajetória da indústria madeireira em Jacundá*. Belém. Monografia de graduação. UFPA. 2003.

<sup>235</sup> Ibidem.

São esses sujeitos culturalmente acostumados com a atividade madeireira e o desmatamento, que iniciam na região de Arraias ao longo de toda a PA-150 uma das atividades mais rentáveis na Amazônia, pois era uma atividade que fazia parte dos projetos do governo federal para a região. Analisando fotografias da vila na década de 70 e até início de 80, podemos ainda identificar que existia na região uma quantidade significativa de matas virgens envolta da vila Arraias. Nesse período os madeireiros não precisavam se deslocar para muito longe para adquirirem a madeira, essa aquisição era realizada nas proximidades da vila, onde hoje se localiza vários dos bairros do município de Jacundá<sup>236</sup>, fato esse que indica a participação da atividade madeireira no crescimento econômico e urbano na vila de Arraias.

As primeiras serrarias instaladas em Arraias funcionavam a motor gerador de energia sendo que neste período não existia energia elétrica na localidade. Essas serrarias eram conhecidas por pica-pau, devido “a utilização da serra pica-pau, na qual a máquina não possuía a serra elétrica que existe hoje e que é considerada sofisticada, ou seja, mais desenvolvida do que a pica-pau onde a serra era impulsionada por uma roda”<sup>237</sup>.

Fig.12. Serraria Floresta no ano de 1978 na Vila de Arraias. Tipo pica-pau.



Fonte:(Cortesia Antonia Valeci).

<sup>236</sup> Antonia Valeci. Paranaense. Chegou a Arraias no ano de 1978, seu marido foi sócio mais cinco famílias paranaenses que montaram uma das primeiras serrarias pica-paus na vila. Jacundá, julho de 2006.

<sup>237</sup> BARBOSA, Vilma Boaventura. “A organização do trabalho feminino nas laminadoras”. In: *O trabalho feminino nas indústrias madeireiras de jacundá - pós 70*. Monografia. UFPA, Belém, 2003.p.18.

No primeiro momento em que foram instaladas as indústrias madeireiras a mão de obra era difícil de encontrar, sendo que neste momento grandes partes dos migrantes já haviam se apropriado de terras, preferindo é claro trabalhar em suas terras ao em vez de se tornarem trabalhadores assalariados, situação a qual muitos já haviam experimentado em suas regiões de origem. Somente com o passar dos anos formou-se na localidade assim como em toda a região da PA-150 um grande contingente de mão de obra par esse setor. A partir da década de 90 a atividade madeireira tornou-se o grande sustentáculo da economia dos municípios situados ao longo da rodovia PA-150, sendo o setor que mais emprega trabalhadores em toda a região<sup>238</sup>, sendo hoje um dos setores mais importantes na economia de vários municípios no sudeste paraense.

O fato de muitos migrantes posseiros preferirem o trabalho agrícola ao em vez do trabalho assalariado nas serrarias não significa que asses sujeitos jamais trabalharam nesse setor. Pois foram várias as situações que levaram o migrante a desenvolver as mais diversificadas atividades, como por exemplo, os períodos que tinham de pararem de desenvolver a atividade agrícola em suas posses no momento em que o GETAT estava fazendo o levantamento na área. Nesse período o migrante-posseiro se via obrigado a se dedicar a outras atividades para sustentar a família, trabalhavam como mão de obra para a empresa de construção da rodovia PA-150 o Departamento de Estrada e Rodagem (DER), trabalhavam na construção da rede de transmissão de energia elétrica da usina hidrelétrica de Tucuruí para o Maranhão.

Foi constatado que diversificadas eram as ocupações das pessoas que moravam em Arraias e região. Existiam os tropeiros, que eram as pessoas que utilizavam tropas de animais para transportar os produtos agrícolas produzidos pelos lavradores até a vila onde seriam comercializados; os “pocadores de tabinhas” que eram as pessoas que derrubavam as árvores da madeira faziam as tabinhas as quais eram comercializadas e utilizadas para cobrir as moradias, esse material foi muito utilizado no período, pois como já falei anteriormente no início desse capítulo a grande maioria das casas eram cobertas com esse material. “Eu quando cheguei em 80 eu era pocador de tabinha, porque aqui tinha muitas pessoas pobres que cobriam as casas com tabinha, eram poucas pessoas que tinham casa de taba e coberta com brasilite. A maioria era tabinha então eu ganhei muito dinheiro eu vivia disso”<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> MENDES, op.cit. 2003.

<sup>239</sup> - Entrevistado Antônio Rodrigues Coelho. Morador desde 1980 – Entrevista coletada em 21/03/06.

Como podemos observar na fala do senhor Antonio Rodrigues com a atividade de pocador de tabinha dava para se viver, o mesmo afirma ter ganhado muito dinheiro exercendo esse trabalho, devido à procura pelo produto ser significante.

Havia ainda aqueles que se dedicavam ao trabalho de peonagem, o trabalho assalariado nas médias e grandes fazendas, aqueles que não conseguiram adquirir terras e que tiveram que continuarem trabalhando em terras alheias assim como trabalhavam em suas regiões de origem antes de migrarem<sup>240</sup>. O trabalho no garimpo de Serra Pelada também foi uma alternativa de trabalho para muitas das pessoas que moravam em Arraias, sejam elas homens ou mulheres, muitas deixaram suas terras, seus negócios de lado e se aventuraram no trabalho de garimpagem de ouro na serra. A notícia da existência desse garimpo próximo à vila de Arraias levou muitos pais de família se deslocar em direção a mesma com a esperança do embamburamento. Este foi o caso o caso do Sr. Valdete Alves de Almeida que era dono de uma farmácia na vila Arraias a qual deixou sobre a responsabilidade da esposa e passou a trabalhar no garimpo.

A vila Arraias era um espaço cuja configuração se deu a mais variada possível, a presença de uma grande diversidade de sujeitos, fez desse espaço uma ambiente de múltiplas relações, estas muitas das vezes conflitantes como foi a relação entre os posseiros e os fazendeiros ou grileiros, de união como foi a relação dos posseiros, lavradores com a equipe Pastoral da PA-150 formada por religiosos de diocese de Marabá.

Ao analisar o Estatuto do trabalhador Rural Caio Prado Júnior já nos chamava a atenção para o quanto o meio rural brasileiro e diversificado, constituído pelos mais diversos tipos de sujeitos e relações sociais<sup>241</sup>. Para Caio Prado a percepção dessa diversidade e seu entendimento era fundamental para orientar as ações que visavam solucionar os problemas no campo brasileiro, no que se refere aos direitos e melhoria de condições de vida dos sujeitos que o habita.

É possível chegar a uma conclusão de que os moradores de Arrais se dedicaram as mais diversas formas de ocupação para sobreviverem, muitos foram gatos, pocadores de tabinhas, garimpeiros, assalariados, lavradores, entre outros. Essas ocupações foram mudando e até mesmo sucumbindo com o passar do tempo como é o caso do pocador de tabinha, que

---

<sup>240</sup> Este foi o caso do Sr. Antonio Gomes migrante maranhense que chegou a Arraias no final da década de 70, segundo seu relato o que motivou sua migração foi o fato de que no Maranhão ele não tinha terra e trabalhava nas terras de outras pessoas, ao segar em Arraias não teve acesso a terra e continuou trabalhando em terras alheias. Jacundá julho de 2006.

<sup>241</sup> PRADO JUNIOR, Caio. "O Estatuto do trabalhador rural" In: *A questão agrária no Brasil*. Apresentado por Jose Eli de Veiga- 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

quando a população passou a cobrir suas residências com telhas brasilite, essa atividade deixou de ser significativa, muitos lavradores se tornaram trabalhadores assalariados nas serrarias, pescadores, garimpeiros, vereadores, sindicalistas, professores e muitos outros hoje são aposentados como lavradores e continuam vivendo na terra conquistada. Essa diversidade de ocupação evidencia que para esses sujeitos o importante era a sobrevivência.

#### Das doenças...

Quando você chegava assim lá nessas farmácias você contava de 08, 10 pessoas com malária, tremendo gritando<sup>242</sup>(...). A doença que mais atacava as pessoas [em Arraias] era a malária e hepatite<sup>243</sup>. O povo adoecia muito de malária, o povo dos outros lugares até brincavam dizendo: “de manhã a cidade é Jacundá, meio dia já com febre e de noite já com Deus”<sup>244</sup>.

A malária está fortemente presente nas falas de todas as pessoas entrevistadas. Essa doença é lembrada pelos primeiros moradores da vila Arraias como uma das maiores dificuldades que enfrentaram no período da formação do mesmo. Ao analisar os assentos de registro de óbitos do cartório de Único Ofício da Comarca de Tucuruí, foi constatado que a malária era a principal causa dos óbitos entre os anos de 1979 a 1988, sendo que entre os anos de 1979 até 1985 os casos eram mais frequentes ocorrendo uma diminuição até o ano de 1988<sup>245</sup>.

Significativo foi à quantidade de pessoas que morreram devido à malária. Os termos de óbitos registram ainda que a causa da morte fosse dada pelos parentes do falecido, pois constam nesses registros que nunca se tinha um atestado médico para a comprovação da causa das mortes, fato esse que nos deixa evidente a falta de assistência médica para o tratamento da doença na localidade. Por falta de assistência médica, muitos migrantes sofreram e morreram de malária, sendo esta na época a doença que mais atingia os moradores na região de Arraias.

---

<sup>242</sup> Entrevista realizada com a Sra. Joana Rosa. Op.cit.

<sup>243</sup> Entrevista realizada com Maria Eni Sousa Pontes. Mineira, 45 anos de idade, trabalho por vários anos na farmácia do Sr. Gonzaga um dos primeiros farmacêuticos de Arraias. 22/11/2007. Jacundá.

<sup>244</sup> Entrevista realizada com a Sra. Francisca Gomes dos Santos, dona de casa, mora a 29 anos em Nova Jacundá. 18/03/2006. Jacundá.

<sup>245</sup> Analisei os Livros 02,03 e 04 de Assentos de registro de óbitos do cartório de Jacundá - Comarca de Tucuruí, contendo no total uma quantidade 380 termos de óbitos entre os anos de 1979 e 1988. Desses 66 registram como causa da morte a malária. O que nos chama a atenção é que nos livros 01 e 02 os óbitos causados pela malária eram mais frequentes em comparação com a causa de outros óbitos.

Depois da malária o que mais causava a morte dos moradores de Arraias segund os registros de óbitos eram os acidentes de derrubadas<sup>246</sup>. A derrubada de mata era atividade mais praticada pelos posseiros, devido à prática da agricultura de queima, do ano de 1979 a 1987 foram registrados quinze casos de óbitos causados por derrubada nos registros do cartório de Jacundá. Devemos levar em conta que nem todos os óbitos eram registrados nos cartórios, em uma região como o Arraias com certeza que muitos foram os casos de pessoas que morreram e foram enterrados sem ter recebido uma certidão de óbitos. O que torna evidente que muito maior foram os números das mortes causadas pela malária e pela derrubada de roça, casos não registrados nos cartórios. Não existem registros nos livros de óbitos referentes aos assassinatos de posseiros, essa ausência de óbitos causados por arma de fogo nos registros cartoriais nos dá margens para o levantamento de uma série de interrogações, uma vez que o assassinato de posseiros foi freqüente na região de Arraias. Como o fato de que os pistoleiros davam sumiço nos corpos e que muitos dos posseiros assassinados foram enterrados por parentes que não fizeram a certidão de óbito.

Conforme relato do Sr. Guilherme Mulato<sup>247</sup>, no ano 1978 ocorreu um surto de malária e hepatite. Nesse ano residiam na vila cerca de quatro mil pessoas, devido a esse acontecimento ficaram na localidade apenas “mil e poucas pessoas”<sup>248</sup>. Também afirmou a Sra. Maria Pereira, que muitas das vezes cansou-se de ver mudanças chegarem a Arraias a “tarde e não amanhecendo”<sup>249</sup>, sendo que o risco de adoecer de malária era grande, pois muitas pessoas haviam morrido por causa da febre e muitas outras estavam doentes.

Não existia atendimento médico na vila e em toda a região da PA-150, só existia posto da SUCAM em Marabá, local onde os medicamentos eram adquiridos, ou no Km66 da PA-70, onde hoje existe o município de Bom Jesus do Tocantins, localidades distantes e de difícil acesso devido às péssimas condições da rodovia.

Ao falarem a respeito da malária os entrevistados sempre relatam de maneira enfática. O que nos leva a constatar o quanto esta doença esteve presente entre os migrantes que chegavam à região, os adoecendo, matando-os e fazendo com que muitos desistissem de continuar na localidade que devido à fortíssima presença da malária ficou

---

<sup>246</sup> Registro de certidão de óbitos do cartório de Jacundá, Comarca de Tucuruí Estado do Pará. Jacundá 01 de janeiro de 1979.

<sup>247</sup> Guilherme Mulato Neto. Primeiro prefeito eleito em Nova Jacundá. Trabalhou junto aos migrantes que chegaram ao Arraias desde 1975, na divisão e organização dos lotes urbanos na vila. Entrevista realizada em 14/07/2003. Migrante do Maranhão da década de 70. Jacundá.

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> Maria Pereira de Oliveira. Migrante maranhense, chegou em Arraias no ano de 1976, veio em busca de terra. Aposentada. Entrevista realizada em 26/03/2003. Jacundá.



conhecida como: “... de manha Jacundá, à tarde já com febre e a noite já com Deus”<sup>250</sup>. O surto de malária ocorrido na Vila Arraias explica-se devido à ocupação da localidade ter sido realizada por migrantes que em sua maioria tinham um baixo poder aquisitivo, que a procura de melhores condições de vida se agruparam de maneira precária, em uma área que na época não dispunha de infra-estrutura alguma, que pudesse atender as necessidades básicas desses sujeitos. Essa situação constituiu uma imagem a cidade de Jacundá que perpassa até os dias de hoje, como sendo um lugar onde se morre muita gente, por ter sido formada como espaço de sobrevivência e morte.

Na Vila Arraias, os seus moradores passavam por muitos problemas no que se referem à assistência médica<sup>251</sup>. Quando adoeciam, muitas pessoas recorriam aos remédios caseiros e benzedoiras, ou seja, a sabedoria popular, uma prática muito comum entre os migrantes, principalmente os de origem nordestina. Ao relatarem a respeito das doenças e as dificuldades que passaram com relação ao atendimento médico na região, as farmácias, o atendimento farmacêutico é rememorado com o algo que foi de significativa importância.

Figura 13 – Farmácia Santa Rosa.



Farmácia Santa Rosa, no final da década de 70 em Arraias. Cortesia Sr. Valdete Alves de Almeida.

<sup>250</sup> Francisca Gomes dos Santos. 18/03/2006. Jacundá.

<sup>251</sup> Nas atas da ADETUNI está registrado também as preocupações dos associados com respeito às precárias condições que a população do Arraias passavam por falta de um posto médico na localidade, e os esforços que faziam junto a autoridades políticas como deputado Ademir Andrade com o objetivo de implantar um posto médico no intuito de acabar ou pelo menos minimizar parte das carências sofridas pelas pessoas residentes na vila. Ata da reunião da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Jacundá 03/01/1982.

Existiam em Arraias na década de 80 várias farmácias, uma delas era essa da foto acima a farmácia Santa Rosa que pertencia ao senhor Valdete Alves<sup>252</sup>, a qual se localizava na Avenida Cristo Rei, ao lado de sua residência, onde atendia uma variedade de pacientes, mas em sua grande maioria eram pessoas da zona rural, atingidas pela hepatite e malária. Ao lado da farmácia existia um alojamento onde os pacientes mais enfermos ficavam internados, na farmácia também eram realizadas pequenas cirurgias e vários partos<sup>253</sup>. Como não existiam hospitais e médicos na região da Pa-150, as farmácias, os farmacêuticos eram os responsáveis pelo atendimento médico, em suprir em parte a carência que existia no que diz respeito à assistência médico-hospitalar na vila Arraias, mesmo sendo estas farmácias como podemos perceber na fotografia, espaços muitas vezes inadequados ou insuficientes para essa tarefa.

Muitas pessoas não podiam pagar pelo atendimento das farmácias, curavam seus enfermos com a fé nos remédios caseiros, nas rezas das benzedadeiras, na sabedoria e prática das parteiras. As parteiras foram fundamentais para a população da região de fronteira. Região marcada por uma grande carência em vários setores sociais como é o caso da assistência à saúde, sendo está prática bastante expressiva na região não só devido à falta de assistência médico-hospitalar, mas por ser fundamentalmente uma atividade fortemente presente na cultura dos sujeitos aqui em questão. As parteiras, também chamadas de comadres, se utilizavam de conhecimentos que aprenderam com sua mãe que, por conseguinte aprendeu com sua avó, como é o caso da Sra. Laudisia<sup>254</sup> que foi parteira em Arraias, a qual nos relatou que aprendeu a fazer partos com sua mãe, sendo esta uma parteira muito conhecida e muito requisitada no Maranhão.

Das mulheres que entrevistei quase todas relataram suas experiências de terem tido seus filhos com parteira. Considerei importante aqui transcrever um desses relatos para que possamos obter uma melhor compreensão do universo que envolvia e envolve essa prática.

Quando a gente era pra ganhar nenê os homens os maridos iam à venda e comprava, azeite doce, cebola branca, quando as parteiras chegavam onde a gente elas passavam à mão na barriga da gente via como é que tava o nenê ai fazer uma mistura e passava a mistura na barriga da gente puxando pra baixo. Em seguida amarava uma faixa em cima da barriga pra ajudar o beber descer e mandava a

---

<sup>252</sup> Valdete Alves de Almeida. 53 anos, funcionário público. Entrevista realizada em 30 de novembro de 2006. Jacundá.

<sup>253</sup> Ibidem.

<sup>254</sup> Laudisia Paiva Macedo. 96 anos de idade, aposentada, maranhense. Entrevista realizada em 17/01/2007. Jacundá.

gente andar e amarrava uma cordinha pra gente segurar. Essa mistura que passava na barriga aumentava as dores, dava também mingau com pimenta ai passava as mãos nas partes da gente. Na hora de ter a criança colocava um sepinho com uma rúdia da roupa do homem a mulher sentava em cima pro nenê nascer. Se tivesse demorando pras placentas sair mandava sopra na mão tapada na boca como se fosse encher balão se não deu certo batia com a sandália esquerda do marido nas costas do marido, se não resolvesse ia sacudindo a barriga devagarzinho empurrando massageando e rezando. “Santa Margarida não to preá nem parida” e a gente falava junto. Quando terminavam elas diziam “louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”. Todo mundo que tava dizia “viva São Raimundo Nonato” ou “viva Nossa Senhora do Bom Parto”. As parteiras levavam oração eu não sei que oração era, mas elas colocavam no pescoço da mulher eu não lembro de ter precisado não e minha sogra não usava essas coisas ela era só católica acho que tinha muita fé. Do jeito que a mulher tava não deixava ela ficar em pé um pegava no pé e na cabeça deitava a pessoa de lado ai o marido sentava nas escadeiras de quina nesses ossos assim, aluía e sentava três vezes. A pessoa ficava queta de bandinha até pra tombar era outra pessoa. Banhava o nenê com ouro dentro da água morna e sabão de pedra, colocava polvilho não usava sabonete nem talco. Depois de um mês podia usar talco. A mulher tomava garrafada de cachaça, cebola branca e alfazema. Botava a cachaça num copo botava fogo pra queimar o álcool e bebia. Três dias depois e que a mulher tomava o banho de aceio da cintura pra baixo com água morna e casca de pau ou pedra ume, casca de árvore. Seis dias depois dentro do quarto tomava um banho de água morna, o banho esfriasse podia sentar na porta do quarto olhando pra sala [risos]. Com doze dias ai levantava e ia pro rio ou se fosse poço banhava cedo lavava os cabelos, penteava, sacudia a poeira, mas não barria casa.<sup>255</sup>

Na fala de dona Eduvirgens podemos apreender todo o processo, os sujeitos, as relações e as mentalidades religiosas e de saúde, e toda sabedoria envolvidas na atividade das parteiras. Azeite doce, cebola branca, eram os remédios utilizados, estes de fácil acesso podendo ser adquiridos e comprados mesmo em localidades pequenas como em Arraias. Os instrumentos, uma corda na qual a mulher se apoiava a saia da parteira para aparar o rescenascido, um banco e uma ródia feita com a roupa do marido, eram encontrados ali mesmo na casa da paciente. O marido aparece como essencial no momento do nascimento do filho, pois este é solicitado por várias vezes, sendo utilizado sua força no momento em que a parteira necessita dela para que sentasse nas escadeiras da mulher de modo que os ossos voltassem para o devido lugar. O marido também participava do parto quando sua roupa era utilizada no local onde a mulher deveria se sentar para ter o bebê, ou ainda quando a placenta demorava a ser retirada momento em que o marido deveria levar “sandaliadas” nas costa, ajudando assim a mulher nesse momento difícil. Assim como o marido, as pessoas que estiverem em casa nesse momento, também participam da cerimônia de nascimento gritando “viva São Raimundo Nonato” ou “viva Nossa Senhora do Bom Parto”. A cerimônia do parto é um momento místico, comunitário, religioso e de fé, o qual não se encerra nesse momento,

---

<sup>255</sup> Eduvirgens Nascimento Martins. 64 anos, aposentada, dona de casa. Natural do município de Caxias no Maranhão. Teve dez filhos com parteiras. Entrevista realizada em janeiro de 2007. Jacundá.

trespassando todo o período de resguardo, onde o rescenascido e a “parida” seguem fielmente todo um ritual de resguardo. Rituais esses necessários à saúde tanto da mãe quanto do seu filho.

Na ausência de uma assistência médica hospitalar a cultura popular como, os conhecimentos das parteiras, o conhecimento de ervas medicinais, das benzedadeiras e benzedores foram muitas das vezes solicitado pelos moradores de Arraias, conhecimentos esses fundamentais na resolução dos problemas de saúde.

### Da educação...

(...) quando eu cheguei na vila já tinha aulazinha que era aqueles pessoal dos colonos que vinha. Eu cheguei ali era uma lata de querosene que botava água e o copo era um copo daquela lata de sardinha, entendeu? Num tem aqueles copo de salsicha, ali era o copo de tomar água. Ai quando eu olhei aquela água criando ferrugem ai eu comprei os copos de alumínio e levei na primeira escola. A escola era só enfiando um pau de lá e outro de cá. Ai era uma escola já com catorze a quinze crianças<sup>256</sup>.

Como podemos analisar na fala da dona Joana a educação escolar em Arraias assim como toda a estrutura desse espaço e região era marcada pela situação de precariedade e pobreza material, sem uma estrutura adequada para que as necessidades educacionais fossem razoavelmente atendidas. A primeira escola tinha a mesma estrutura da maioria das residências da vila era construída de taipa, coberta de palha. No ano de 1980 a situação escolar era a pior possível, só existia o ensino primário, assim os alunos que terminavam a quarta série ficavam impossibilitados de dar continuidade aos estudos.

Analisei um levantamento da situação escolar organizado pelo grupo de Jovens ao Encontro de Cristo (JAEC), no qual registraram que uma das maiores carências dos moradores da vila de Arraias dizia respeito a “falta de estudos para os filhos”<sup>257</sup>. Uma das maiores aspirações era conseguir implantar o ensino ginásial que na época correspondia o ensino de 5 a 8 série, segundo documento na vila já existia recursos humanos (professores), no final do documento existe uma relação com nome de pessoas e o grau de escolaridade, ou seja, existia em Arraias pessoas com escolaridade suficiente para serem contratados pelo

---

<sup>256</sup> Joana Rosa de Oliveira. 60 anos, comerciante. 20/10/2006. Jacundá

<sup>257</sup> “Levantamento da situação escolar e demais carências de Nova Jacundá - Pará”. Este documento foi adquirido nos arquivos da ADETUNI, datado de 20/01/1980.

estado. Assim para que os alunos pudessem dar continuidades nos estudos faltava apenas o reconhecimento oficial da existência dessa necessidade.

Por muitos anos a falta de prédios escolares, falta de vagas nas escolas, e a falta de professores foi o que compunha o quadro da realidade escolar da vila de Arraias (Nova Jacundá). No ano de 1988 a Associação de Moradores de Jacundá, a Associação das mulheres da PA-150 a ADETUNI e o sindicato dos trabalhadores rurais elaboraram um abaixo assinado o qual foi enviado ao governo do estado cujas reivindicações visavam solucionar os problemas da super lotação das escolas o que levava um número significativo de crianças a ficarem sem acesso a instrução escolar, a precariedade dos prédios escolares “pois o prédio onde funciona oferece as mínimas condições de funcionamento, as paredes todas deterioradas, cadeiras quase todas quebradas”. A situação da zona rural era ainda mais agravante por faltar tudo, professores, prédios, o que gerava uma super lotação das poucas salas de aula e os professores tinham que trabalhar com até oitenta alunos em sala.

A análise que podemos tirar até o momento não somente da precária situação escolar em Arraias, mais de toda a sua estrutura no período de sua formação, no que diz respeito à organização e estruturas das moradias e assistência médica é que esse espaço configurou-se a partir de uma completa ausência do estado.

#### Do lazer...

O lazer ou momentos comunitários [em Arraias] foram fortíssimos, mas, sobretudo nas festas juninas, São João Batista, onde não havia uma casa se quer que não tinha a sua fogueira em frente. Tudo era motivo de estar juntos, a solidariedade era a marca registrada nos momentos das doenças (malária) perseguição, etc.<sup>258</sup>.

Como já mencionei anteriormente Arraias e região recebeu desde a década de 70 uma considerável leva de migrantes das mais variadas regiões do Brasil. Esse espaço foi formado a partir do encontro dos mais variados sujeitos. Temos a presença mais forte, sobretudo do maranhense e baiano, mas também temos o paranaense, o mineiro, o cearense, o pernambucano o capixaba entre outros<sup>259</sup>. Considero importante perceber como esses grupos de pessoas se relacionavam. Analisei um projeto do grupo de consciência negra

---

<sup>258</sup> Trecho da carta que o padre Paulo Joanil da Silva me enviou em 29/05/2003.

<sup>259</sup> Livro 01 ano 1980 a 1985, paróquia São João Batista de Jacundá. Casamentos iniciados em 04/07/1980 e terminados em 15/08/1985, contendo 800 casamentos. Diocese de Marabá. Livro 02, ano 1980 a 1988, paróquia São João Batista de Jacundá. Casamentos iniciados em 18/12/1980 e terminados em 30/07/1988 contendo um total de 789 casamentos.

Canoambo, onde pude perceber que a relação entre os baianos e os maranhenses se deu de maneira intensa, no projeto eles se identificaram como:

Somos um grupo de maranhenses, integrantes do grupo de consciência Negra, vindos de vários municípios do Estado do Maranhão, como: Rosário, Axixá, Imperatriz, Pindaré-Mirim, Presa de Porco, São José de Ribamar, Maioba, Anil, Madre Deus, Ilha do Amor. Estamos hoje situados no município de Jacundá no estado do Pará, formando uma vila de maranhenses. Procuramos nos organizar para conservar a nossa cultura. Junto a nós se agrupou um grupo de Baianos, onde juntos buscamos não perder nossas raízes, por isso todos os anos brincamos: o bumba-meu-boi, a capoeira, o tambor de crioula, o lindor. E assim, vamos mostrando e divulgando na cidade paraense, as nossas riquezas culturais<sup>260</sup>.

Os baianos e os maranhenses partilhavam dos mesmos hábitos culturais, e esse fato possibilitava a essas pessoas um sentimento de pertencimento de grupo e juntos preocupavam se em manter as suas raízes culturais em um novo lugar.

Geralmente as pesquisas que tratam do processo de ocupação das regiões de fronteiras, da luta pela posse de terra dão sempre ênfase a violência e todo sofrimento que permeiam a vivência dos sujeitos envolvidos nesse processo, como é o caso também dessa pesquisa. Contudo considero de grande relevância analisar as experiências que esses sujeitos experimentaram a partir de um outro prisma não somente das dificuldades enfrentadas, mas analisando também os momentos de lazer de festa de “estar junto” como diz o padre Paulo Joanil em sua carta citada acima. Momento esses fundamentais para esses sujeitos, por ser um momento de estreitamento das relações eram momentos onde partilhavam suas vidas, era uma forma de ficarem sabendo da vida do outro e isso é muito significativo uma vez que esses sujeitos são migrantes, haviam deixado suas cidades seus lugares onde já tinham construído toda uma relação. Esse estar junto também pode ser visto como uma forma de resistência de enfrentar as dificuldades as quais a região lhes propiciava, a perseguição do grileiro, as dificuldades materiais, a saudade pela terra natal, e na luta pela terra. Esse estar junto faz parte da luta por uma vida mais digna e mais justa.

Como podemos analisar na fala da maioria dos entrevistados quando fazem menção aos seus momentos de lazer de diversão percebe se claramente o quanto saudosos eles ficam quando fazem essa volta no tempo. Nota-se que rememoram os momentos de lazer como a brincadeira do lindor e o forró de lampião e radiola com a mesma paixão com que rememoram a luta pela posse da terra. As festas de lampião e radiola eram realizadas na casa das famílias da comunidade, com a radiolinha e o lampião “uma noite na casa de um e outra

---

<sup>260</sup> Projeto Folclórico do bumba-meu-boi. Documento dos arquivos pessoais da Sra. Eduvirgens, uma das mais antigas participantes do grupo de Consciência Negra Canoambo de Jacundá. Datado do ano de 1986.

noite na casa do outros”<sup>261</sup> de modo que realizavam essa atividade em toda a vizinhança. Segundo o relato do Sr. João Barbosa Fontes<sup>262</sup> as festa de radiola possuíam uma caráter de improvisação de modo que resolviam encima da hora a realizar as mesmas. Nessas festas tinham momentos de interrupções no meio da noite e também momentos de conversação, certamente esses momentos eram importantes para que as pessoas ficassem informadas da vida do outro das dificuldades familiares, da lavoura, das relações amorosas, entre outros.

A brincadeira do lindor era realizada geralmente na casa dos moradores “no meio do terreiro”<sup>263</sup>, especialmente em dia de “Lua bonita”, isto é em período de lua cheia devido a não existência de energia elétrica no período. As pessoas se organizavam da seguinte maneira: eram formadas duas colunas uma de mulheres e outra de homens, havia um puxador do lindor que era a pessoas que iniciava a brincadeira o qual era seguido pelos demais a mesma saía do seu lugar de origem se dirigia ate as mulheres e dava o braço para uma delas que era a primeira da coluna e começava a rodar passando a mesma para o outro homem que vinha a seguir e assim prosseguia a brincadeira sendo formado um circulo onde todos cantavam: “Ô lindor, lindor, lindor,lindor.Ô lindor, lindor, lindor...”<sup>264</sup>. “Lezar, lezou vamos vadiar, nessa lezeira vamos vadiar, eu só canto essa lezeira vamos vadiar, porque tenho convicção vamos vadiar, talento no peito vamos vadiar e alegria no coração vamos vadiar”. Essas músicas geralmente eram repetidas no intervalo de cada repetição era recitado um verso pelos participantes da brincadeira, os versos recitados eram provocativos, desafios de modo a motivar quem foi desafiado a defender-se com verso também provocativo. “Pra que tanta miséria, pra que tanta desgraça, todo mundo canta uma música menos a Rosa do Graça!”<sup>265</sup>.De acordo com o entrevistado o referido verso foi recitado com a pretensão de pressionar a Sra.Rosa a participar da brincadeira, pois a mesma era muito “calada”, ela se sentiu provocada e teve que responder a provocação, se não tivesse respondido outra pessoa poderia sair na sua defesa respondendo a provocação, o importante era que todos deveria participar e se divertir.No entanto havia versos de elogios a esposas, e amigos e versos que faziam referencias a cidade natal “ Mandeí encourar meu pandeiro do couro do mucuim, mandei buscar meu garrote no baixão do Miarim [cidade do Maranhão]”<sup>266</sup>.

---

<sup>261</sup> João Barbosa Fontes. Maranhense, 56 anos, era agricultor, mas atualmente desenvolve a atividade de pedreiro. 01/2007. Jacundá

<sup>262</sup> Ibidem.

<sup>263</sup> Ibidem.

<sup>264</sup> Maria de Nazaré Lustosa. Maranhense, aposentada. 20/01/2006. Jacundá.

<sup>265</sup> João Barbosa Fontes. Op.cit.

<sup>266</sup> Ibidem.

O Sr. João relembra das brincadeiras do lindor com saudosismo, “... era bom nesse tempo não tinha pila nem brigas, iam todos casados com suas mulheres, solteiros, levavam filhos”, o que demonstrar à relação de intimidade e liberdade que existia entre essas pessoas, a liberdade de um homem fazer brincadeiras com a mulher de outro e esse fator não causava confusões e brigas. Essa intimidade e familiaridade compartilhada dentro do lindor só era possível devido as relações constituídas fora dele as quais eram fortalecidos nos momentos das festas, das brincadeiras. Essas relações com o passar do tempo, com o conseqüente crescimento da vila foram se modificando, se acabando, pois segundo a memória do Sr. João Barbosa “o negócio foi piorando quando chegaram estranhos e a energia, os conhecidos se espalhando. Fomos deixando mais de mão, certo que acabou”<sup>267</sup>. Analisando essa fala percebemos que brincadeira do tipo do lindor só é possível existir em ambiente onde as relações de vizinhança são fortes, onde existe entre as pessoas o sentimento de familiaridade de pertencimento, de grupos que se reconhecem ligados por laços culturais e de intimidade.

Essa prática de brincar o lindor o forró de lampião mantinham os migrantes juntos, unidos. Eles não brincavam por brincar, era uma forma de viver o saudosismo de lembrar da terra natal brincando e revivendo em Arraias parte do que viveram outrora na região de onde procederam. O lindor caracterizado pela presença do repente, das provocações exigia das pessoas uma reação diante da ação, funcionando como uma forma de trabalhar o raciocínio exigia criatividade, era utilizado os saberes, esses momentos de lazer fortaleciam as relações de vizinhança, as pessoas sempre presentes umas na vida das outras é como se fosse uma família marcada por um forte pertencimento de grupo.

As relações constituídas em Arraias pelos seu primeiro moradores foram fortemente marcadas pelo conflito, pela luta e dificuldades. Contudo foi marcada também por momentos de confraternização, de festas, de alegrias e diversão. Em regiões de fronteira como na vila de Arraias, sudeste paraense os sujeitos resignificam a realidade através das práticas e ritos que trazem consigo, hábitos culturais constituídos nas regiões de onde procederam. Esses hábitos culturais sofrem também nesse espaço modificações por ser este estruturalmente e culturalmente adverso de suas terras de origem, assim temos a construção de uma nova identidade social constituída em uma nova realidade.

---

<sup>267</sup> Idem.



## 2.4 – “Vila Arraias ou Nova Jacundá”?

À medida que a rodovia foi sendo construída, logo após o ano de 1977 Arraias foi tomando um aspecto urbano. Todo o espaço as margens da PA-150 no km 88 da estrada passou a ser ocupado por novos migrantes, onde passaram a se concentrar os estabelecimentos comerciais e várias residências. A PA-150 proporcionou á Arraias um crescimento espantoso<sup>268</sup>, orientado pela ocupação das terras as suas margens, e conseqüentemente pelo conflito gerado pela posse da mesma. Era, sobretudo esses os fatores implicados no processo de construção da vila de Arraias, a busca pela terra e a construção da rodovia. Contudo a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí em fins da década de 70 e início de 80 veio acrescentar novos fatores, provocando assim profundas mudanças nos rumos da organização física e social de todo sudeste paraense<sup>269</sup> e conseqüentemente de Arraias.

A construção da Usina Hidrelétrica da Tucuruí, no Rio Tocantins forçou a saída de várias pessoas da região em conseqüência do lago que se formou inundando parte significativa do território<sup>270</sup>, “submergiram cerca de 13 (treze) povoados ribeirinhos e a cidade de Jacundá, induzindo ao deslocamento compulsório de 30 mil habitantes das margens do Rio Tocantins”<sup>271</sup>. Em decorrência disso, dessa expulsão compulsória, na década de 80 a vila de Arraias foi escolhida para receber os moradores remanejados de Jacundá, sendo transformado dessa forma na nova sede do município.

Segundo Gilberto de Miranda Rocha a escolha de Arraias deveu-se ao fato da localidade ser dotada de alguma infra-estrutura e serviços básicos, pois o objetivo da Eletronorte empresa responsável pela construção da usina, era “conter os custos e investimentos do reassentamento”<sup>272</sup>. A Eletronorte construiu na vila de Arraias:

---

<sup>268</sup> Segundo memória do Sr. Rui Penalva “O Arraias quando ele começou, você chegava em um local uma semana, na outra semana você já se espantava né porque já tava tudo cheio de barraco e armação ai você chega já tava pra frente assim”. Op. cit.

<sup>269</sup> ROCHA, Gilberto de Miranda, GOMES, Claudemir Brito. “A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí”. In: *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local/Saint-Clair Cordeiro da trindade Jr..* Gilberto Miranda Rocha (Orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002.p.27-57.

<sup>270</sup> MAGALHÃES, Sonia Barbosa. “O desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí”. In: *Energia na Amazônia*; organizado por Sonia Barbosa Magalhães; Rosyan Caldas Brito; Edna Ramos de castro. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi/Universidade federal do Pará/Associação de Universidades da Amazônia. 1996, vol. II.

<sup>271</sup> ROCHA, Gilberto de Miranda, GOMES, Claudemir Brito. Op.cit. p.33.

<sup>272</sup> ROCHA, Gilberto de Miranda. “Gestão local e municipalização do território. A cidade e o reordenamento político-territorial na área se influência da Usina hidrelétrica de tucuruí”. In: *Cidade e empresa na Amazônia:*

sistema de esgoto, captação e distribuição de água, edificações comunitárias, delegacia, escolas, correio, prefeitura, câmara, mercado municipal, fórum, residências geminadas (juiz/promotor) <sup>273</sup>. Deve-se acentuar, contudo que a infra-estrutura construída para alojar os moradores de Jacundá em Arraias não foi suficiente para atender nem as necessidades básicas dos remanejados. As residências não foram suficientes para abrigar á todos, sendo estas também totalmente diferentes estruturalmente das casas que possuíam em Jacundá. Existem grandes polêmicas ainda hoje não resolvidas em torno dessa transferência, por falta de compromisso da Eletronorte muitas famílias ficou a revelia, desamparadas, perderem suas casas suas terras e nunca receberam o pagamento indenizatório por suas perdas<sup>274</sup>. Conforme Becker, elevadíssimo foi o preço das transformações causadas pela construção da U.H.T., devido aos impactos negativos sobre a população e o meio ambiente<sup>275</sup>.

Cabe aqui questionar o que significou para Arraias essa transferência? Até que ponto a transferência dos jacundaenses para a vila desviou ou reforçou, a luta pela terra na região de Arraias? Será que houve algum tipo de resistência por parte dos moradores da vila e agentes da Igreja Católica, no que se refere à transferência dos moradores de Jacundá para Arraias, devido o acirramento da luta pela terra na localidade?

A transferência de Jacundá para a Pa-150 no início da década de 80 não acarretou em grandes mudanças na vida dos moradores de Arraias, pois a população da vila era bem maior do que a de Jacundá e “Arraias já tinha vida própria de uma ‘quase cidade’”. A estrutura física construída pela Eletronorte não foi suficiente para atender nem as necessidades básicas dos remanejados.

Contudo, ocorreram alguns conflitos. Devido à transferência dos jacundaenses para a vila de Arraias, percebe-se que até certo ponto, esse fato acabou causando o silenciamento da memória histórica dos primeiros moradores da vila. As pesquisas que hoje fazem referência ao município de Jacundá atual, atribuem à formação do mesmo como sendo transferido e construído pela Eletronorte para abrigar

---

gestão do território e desenvolvimento local/Saint-Clair Cordeiro da trindade Jr.. Gilberto Miranda Rocha (Orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002.p.88-89.

<sup>273</sup> Ibidem. p. 87.

<sup>274</sup> SILVEIRA, op.cit. p.75-103.

<sup>275</sup> BECKER, B. et tal. “Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território na Amazônia. In: MAGALHÃES, S.; CASTRO E. *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996. v. 2. p. 787-816.

os moradores de Jacundá das margens do Rio Tocantins que foi submersa pelas águas do lago da usina. Exemplo claro dessa situação pode ser observada na análise de Raymundo Garcia Cota, acerca do setor madeireiro na região de Carajás, onde realizou estudo sobre os municípios que desenvolvem atividades madeireiras, como: Paragominas, Marabá, Breu Branco, Jacundá e Tailândia. Em seu trabalho o autor realiza breves comentários a respeito da formação desses municípios. Para esclarecer a questão levantada podemos comparar suas observações a respeito da formação dos municípios de Jacundá e Tailândia. Conforme Cota, “Jacundá foi transferida das margens do Rio Tocantins para a beira da Rodovia PA-150 no começo dos anos 80 por causa da criação do lago de Tucuruí. Foi construída para os moradores que foram deslocados pela inundação do lago”<sup>276</sup>, já “Tailândia entrou para a história do Pará durante a construção da PA-150 nos anos 70”<sup>277</sup>. Como podemos observar o trabalho de Cota assim como de vários outros pesquisadores<sup>278</sup> deixam uma lacuna no que se referem à história da vila de Arraias, de sua formação ligada à construção da rodovia PA-150 na década de 70 como foi o caso de Tailândia citada pelo autor. Esses trabalhos acabam por ocultar o processo histórico e a existência da vila no espaço escolhido para ser a nova sede do município de Jacundá. Portanto esse tipo de análise que oculta a existência de grupos sociais em espaços amazônicos, acabam por ratificar a falsa tese de que existe um “vazio amazônico”, tão divulgado pelos governos militares.

Esse silêncio em torno do processo de formação de Arraias, não existe somente na historiografia, mas faz parte do cotidiano de muitas das pessoas que hoje vivem no município poucas são as que sabem da existência da vila de Arraias no espaço que hoje é Jacundá, esse fato deve-se ao modo como a transferência foi realizada. Como podemos depreender da fala do padre Humberto Ri Allan:

“Não se criou outro município, o Arraias foi invadido por Jacundá (...) As pessoas de Arraias foram envolvidas e ninguém considerou a vida, a luta das pessoas que já estavam no povoado que já tinham suas vidas todas estruturadas (...) se trouxe todos os documentos, trocou o nome, eles queriam mudar tudo. Assim oficialmente o Arraias nunca existiu e nada foi considerado”<sup>279</sup>

---

<sup>276</sup> COTA, Raymundo Garcia. (org.). “O setor madeireiro na região de Carajás”. In: *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém, UFPA/NAEA, 1997.p. 157.

<sup>277</sup> Ibidem. p.158.

<sup>278</sup> ROCHA, op.cit. MAGALHÃES, op.cit. SILVEIRA, SILVEIRA, op.cit.

<sup>279</sup> Padre Humberto Ri Allan. Foi pároco em Arraias. Entrevista realizada em 2003. Nova Ipixuna.

A transferência da sede de Jacundá para Arraias se deu de forma que Arraias acabou sendo “submerso” por Jacundá. A fala do padre Humberto Rialland nos leva a entender que Jacundá foi retirada das margens do Rio Tocantins e jogada encima da vila, ou seja, a transferência foi realizada de forma que os moradores de Arraias, suas relações sociais, suas lutas não foram considerados e isso é constatado na mudança de nome da vila de Arraias para Jacundá. A construção de U. H. T. por forçar a saída dos jacundaenses e a transferência do seu município, impediu que Arraias seguisse o processo histórico de emancipação assim como vários outros municípios hoje existentes em volta da PA-150, que da condição de vila passaram a condição de município, como foi o caso de Goianésia do Pará e Tailândia. E como afirma padre Humberto Riallan, essa transferência oficialmente negou a existência da vila de Arraias, sua formação e a participação de seus sujeitos históricos no processo de construção da Jacundá que hoje existe as margens da PA-150.

Não houve resistência dos moradores de Arraias no que se refere à transferência dos jacundaenses para a vila, “o povo de Arraias recebeu os moradores [de Jacundá] com os braços abertos com vontade de entrosamento”<sup>280</sup>. Contudo houve conflito, um deles ocorreu devido o espaço onde a Eletronorte escolheu para construir as casas pré-fabricadas, destinadas aos remanejados já estava ocupada pelos migrante-posseiros onde havia construído o bairro São Francisco. Ocorreu que a Eletronorte auxiliada pelo GETAT exigiu que o espaço fosse desocupado, os posseiros deveriam sair da área e iriam receber casas em outro local<sup>281</sup>. Os posseiros não aceitaram a proposta da empresa, resistiram, pois sairiam perdendo se aceitassem trocar seus lotes com as benfeitorias por lotes em outra área só que vazios, sendo que estavam “em pleno gozo de seus direitos, uma vez que ocupou a área com boa fé”<sup>282</sup> muito tempo antes da chegada do jacundaenses. Os posseiros do bairro São Francisco resistiram orientados e apoiados pela irmã Dorothy Stang, que organizou reuniões e orientou os posseiros a permanecer nos lotes com base na defesa de seus direitos de posse, fotografou todo o bairro e seus moradores numa tentativa de divulgar em Belém, nos meios de comunicação a injustiça praticada contra os posseiros do bairro<sup>283</sup>. Algumas famílias tiveram que sair da área outras permaneceram morando no bairro e estão residindo no mesmo até hoje, como é o caso da Sra. Josefa Maria que foi posseira nessa área e hoje é presidente

---

<sup>280</sup> Fax que o padre Paulo Joanil enviou em 29/05/2003. São Paulo.

<sup>281</sup> O Grito da PA-150. Ano I, número 8, dezembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>282</sup> Ibidem.

<sup>283</sup> Conforme entrevista realizada com a Sra. Josefa Maria da Silva, conhecida como Tuza, tem 70 anos de idade, hoje é presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Jacundá. Nordestina da Paraíba migrou para o Estado do Maranhão devido à seca e depois para o Pará. 07 de 2006. Jacundá.

do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Jacundá. O nome do bairro foi mudado de São Francisco para Eletronorte, como símbolo da negação e não consideração por parte do Estado da existência desses sujeitos na área, negação e desconsideração do que haviam construídos das suas relações estabelecidas e de suas necessidades e de seus direito de posse.

Figura – 14 – Moradores do bairro São Francisco.



Famílias de moradores do bairro São Francisco que foram ameaçadas de expulsão da localidade pelo GETAT, na década de 80. Fonte: Arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá.

Houve ainda um conflito cultural e religioso, devido os jacundaenses não aceitar como padroeiro da Nova Jacundá, São João Batista que era o padroeiro de Arraias. Desde 1977 padres e freiras ligados a Diocese de Marabá se fizeram presente em Arraias, desenvolvendo um trabalho de apoio aos moradores e formando na PA-150 as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs).

Figura 15 – Primeira missa rezada em Arraias.



Local onde foi rezada a primeira missa em Arraias, pelo padre Geraldo, no dia 12 de maio de 1977. Fonte: Livro de tombo.

A implantação das Comunidades Eclesiais de Base no sudeste paraense se deu com a chegada do bispo dom Estevão a prelazia de Marabá em 1969. A partir de 1976, dom Alano Maria Pena assume a diocese de Marabá dando continuidade ao trabalho de dom Estevão, que através dos agentes pastorais, foram formando as comunidades em toda a região<sup>284</sup>, acompanhando o conflituoso processo de ocupação da região nas décadas de 70 e 80. Religiosos como a irmã Dorothy Stang, e o padre Humberto Riallan foram uns dos primeiros a fazerem parte da Equipe Pastoral da PA-150, após terem desenvolvido um longo trabalho junto aos moradores da PA-70, hoje a Br. 222<sup>285</sup>.

A paróquia São João Batista, fundada em 1979 pelo bispo dom Alano Maria Pena, foi a primeira instituição a chegar a Arraias<sup>286</sup>. Em 25 de março de 1979 foi feita a escolha de São João Batista como padroeiro de Arraias “o grande profeta que não teve medo de Herodes”<sup>287</sup>, e que servia de exemplo aos posseiros, para que não tivessem medo dos “Herodes” de seu tempo. Ou seja, dos grileiros, da pistolagem e de toda violência que enfrentavam na luta travada pela terra as margens da rodovia.

---

<sup>284</sup> PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. “A relação da Igreja Católica com os camponeses”. In: *Igreja e camponeses na fronteira do Araguaia Tocantins*. NAEA/UFPA. Belém. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 1990. p.160-177.

<sup>285</sup> Livro de tombo. Op.cit. p.02.

<sup>286</sup> Conforme dados obtidos com o padre Paulo Joanil. Op.cit.

<sup>287</sup> Livro de tombo. Op.cit. p. 04.

Voltando a questão do conflito religioso entre jacundaenses e arraienses, o mesmo ocorreu porque os jacundaenses já tinha padroeiro, ou melhor, dizendo padroeira que era Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ao serem transferidos para Arraias objetivavam que a padroeira da Velha Jacundá, fosse a padroeira da Nova Jacundá. Mas encontraram resistência, sendo que Arraias, já tinha como padroeiro São João Batista, que como já comentado tinha sido escolhido pela comunidade de acordo com a história de luta do migrante-posseiro.

A cultura deles lá [os jacundaenses] a Igreja é pra rezar pra Nossa Senhora; a festa pra dançar bastante, pra tomar cerveja, essa é a cultura deles (...) não é pra discutir política, e na nossa discutíamos muito sobre política, questões sociais, a questão da terra (...). Não tinha como na missa o padre não fazer uma referência ao problema da terra, era impossível, porque todo final de semana quando ia pra missa, se não tinha morrido alguém, tinha tirado alguém da terra (...)<sup>288</sup>.

Numa missa lá ele [o padre Paulo Joani] falou assim: “é o povo de manhã vai comer tucuia, de tarde come baqueara e de noite colônia!” Se referindo as fazendas. Era bem assim o negócio, terrível! Duas missas que eu fui era voltada para os conflitos de terra<sup>289</sup>.

Como podemos observar nas narrativas acima durante o debate a respeito da decisão de quem seria o padroeiro de Nova Jacundá ocorreu um conflito cultural religioso entre os jacundaenses e arraienses. Analisando a fala do Sr. Ernesto Rodrigues, que era posseiro em Arraias no período e desenvolvia um trabalho junto as Cebs na região, percebemos que via com estranhamento as práticas religiosas dos jacundaenses. Ao comparar as práticas da Igreja em Arraias com as da Igreja dos jacundaenses o Sr. Rodrigues deixa transparecer certo preconceito para com a cultura dos jacundaenses ao acreditar que por ser diferente a religião dos remanejados seria menos importante do que a sua religião. O mesmo pode ser percebido na narrativa do Sr. Guilherme Mulato ao não compreender por nas missas o pároco de Arraias ao em vez de rezar só falava em conflito, na questão da terra e contra os fazendeiros.

Muitos conflitos ocorreram em torno desse debate. Os remanejados foram vistos pelos arraienses como “não praticantes”, já os jacundaenses viam a igreja de Arraias como “agitadora”, que mais discutia questões de terras nas missas do que rezavam, acusaram o

---

<sup>288</sup> Entrevista realizada com o Sr. Ernesto Rodrigues, foi posseiro em Arraias, professor e hoje trabalho no Inca de Marabá. 21/08/2003. Marabá.

<sup>289</sup> Conforme entrevista realizada com o Sr. Guilherme Mulato Neto, jacundaense, primeiro prefeito eleito em Nova Jacundá. 14/07/2003. Jacundá.

pároco de Arraias de ter desviado o dinheiro que a Eletronorte deu para construção da igreja de sua padroeira. O pároco se defende dizendo que o dinheiro foi destinado à construção da igreja do padroeiro de Nova Jacundá e já que São João Batista continuou sendo o padroeiro da localidade a verba da Eletronorte foi investida na construção da Igreja São João Batista que ficou sendo a Igreja matriz de Nova Jacundá<sup>290</sup>. Enfim, uma série de eventos ocorreu durante esse conflito, são questões que ainda suscitam até hoje. Os jacundaenses e arraienses durante muito tempo ficaram de lados opostos no que diz respeito às questões religiosas. Os remanejados não permitiram que sua imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ficasse sobre o mesmo teto que São João Batista, construíram uma igreja para a imagem da santa, durante muito tempo ficaram sem padre para rezar a missa na Igreja de Nossa senhora do Perpétuo Socorro uma vez que o pároco de Arraias não ia rezar missas na mesma<sup>291</sup>.

A transferência dos jacundaenses para a vila Arraias contribuiu para aumentar o clima conflitivo dessa região. Os migrante-posseiros que já disputavam o espaço com os grileiros e fazendeiros de terras devolutas, tiveram que passar a dividir o espaço que haviam conquistado e construído com os remanejados. E tudo isso segundo o pároco de Arraias porque “o governo não queria gastar muito em construir uma nova cidade, por isso fez esse ‘casamento’ expurio á revelia do povo das duas localidades”<sup>292</sup>.

Os arraienses não resistiram à transferência, devido ter percebido esse acontecimento como algo que iria trazer progresso para a vila, melhorias na sua infraestrutura o que conseqüentemente ira acarretar melhorias em suas condições de vida. Contudo, ouve conflito porque a transferência veio negar a sua existência, de suas necessidades de todo o que haviam construído na vila, dentro de sua realidade de luta por sobrevivência, da luta pela terra.

A escolha de Arraias para ser a nova sede do município de Jacundá causou a apropriação do espaço e memórias dos moradores de Arraias pelos jacundaenses, uma vez que foi negada a existência de uma organização social na vila, o que causou a expropriação de seus moradores de suas conquistas, de memórias e histórias. Como resultado, temos o fato da história de Nova Jacundá ser identificada, “como sendo somente a história da Velha Jacundá que um dia localizou-se as margens do Rio Tocantins, a qual não existe mais por ter

---

<sup>290</sup> SANTOS, op.cit. 2003.

<sup>291</sup> Ibidem.

<sup>292</sup> Padre Paulo Joanil. Op.cit.



side submergida pelas águas do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”<sup>293</sup>, em meados da década de 80.

### **III-CAPITULO.**

“A TERRA É PARA QUEM TRABALHA NELA”: CONFLITO, RESISTÊNCIA E CONQUISTA NA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE ARRAIAS.

#### 3.1 – “O Grito da PA – 150”.

Quando se fala em luta pela terra na Amazônia de modo geral é quase impossível não se falar na participação da Igreja Católica, ou melhor, dizendo da Igreja Católica Progressista nesse processo. Essa participação tem se apresentado de modo polêmico em meio às discussões acadêmicas, sendo que múltiplos são os pontos de vistas que se divergem a respeito das conclusões elaboradas sobre a participação da Igreja Católica nos conflitos pela posse da terra na Amazônia. Há quem avalie sua participação como sendo está a grande tuteladora política dos camponeses da Amazônia, caracterizando suas ações com um

---

<sup>293</sup> SANTOS, op.cit. 2003.

“coronelismo progressista”<sup>294</sup>. Responsável pelo fracasso da possibilidade de emancipação política dos camponeses por não ter levado a frente à proposta camponesa de luta pela terra, devido ter aceitado a proposta do novo regime político (Nova República) de uma “reforma agrária feita fora do contexto de uma revolução camponesa”<sup>295</sup>. Existe também quem considera que a Igreja exerceu um papel de mediadora e interlocutora junto ao estado<sup>296</sup> nos conflitos envolvendo os camponeses na luta pela terra na Amazônia. Já Rodrigo Diniz na discussão a respeito da igreja e campesinato na fronteira do Araguaia Tocantins considerou que a igreja assumiu o papel de suplente dos sindicatos e partidos junto aos camponeses na luta pela terra na região, enfrentando o Estado opressor. Para o autor essa era a única instituição em condições de enfrentar o governo ditatorial, ainda segundo seu ponto de vista a ação da igreja, ou seja, o seu trabalho junto aos camponeses foi o ponto de partida para a participação política organizada do campesinato na região amazônica<sup>297</sup>.

Mesmo diante de toda controvérsia que envolve a participação da Igreja nos conflitos agrários na Amazônia, não podemos sobre maneira de dúvida negar que as ações desenvolvidas pela mesma nesse processo foram de inegável importância.

No conflito pela posse de terras em Arraias a participação da igreja na organização e conscientização do posseiro foi de fundamental importância. A Equipe Pastoral da PA-150, composta por religiosos ligados a Diocese de Marabá, responsáveis pela organização das comunidades de base na rodovia PA – 150 desenvolveram ações junto aos posseiros da região que foram essenciais para a resistência sobre a terra apossada, ações fortíssimas as quais ainda hoje os camponeses da região colhem frutos. Como exemplo pode citar a existência da ADETUNI, a associação dos trabalhadores fundada a partir da ação dos religiosos juntos aos posseiros na década de 80, a qual ainda hoje é importantíssima para os camponeses, desenvolvendo ações que orientam a importância de se utilizar a terra de modo sustentável, desenvolve também ações de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. Muitos dos dirigentes sindicais dos dias de hoje são pessoas que conviveram com esses religiosos e que tiveram uma formação religiosa política voltada para a luta contra a injustiça a favor de melhores condições de vida e trabalho para os camponeses.

---

<sup>294</sup> MARTINS, José de Souza. “ Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia”. In: *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1989.

<sup>295</sup> Ibidem. P. 94.

<sup>296</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. “As instituições religiosas como mediadores dos conflitos agrários na Amazônia”. In: *Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)*. Mimio, UFPA.

<sup>297</sup> PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. *Igreja e camponeses na fronteira do Araguaia Tocantins*. NAEA/PLADES. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 1990.

Variadíssimas foram às ações desenvolvidas pela Equipe Pastoral da PA-150 na luta contra o processo de grilagem na região, desde as denúncias das práticas violentas cometidas contra os posseiros, seja por pistoleiros a mando de fazendeiros seja por representantes do governo como policiais militares, GETAT, Eletronorte; também participou diretamente da organização sindical com a idéia e apoio de criação de uma associação que pudesse funcionar como instituição na defesa dos direitos dos posseiros, a ADETUNI; foram responsáveis ainda pela informação e divulgação dos acontecimentos locais, regionais e nacionais aos moradores da rodovia com a criação e utilização do jornal “O Grito da PA-150”; estava ainda à frente da organização da festa do Dia do Lavrador, momento de união dos posseiros para festejar as conquistas e denunciar todas as atrocidades praticadas contra os mesmos. Objetivo destacar neste último capítulo o que considereei como pontos centrais utilizados na luta pela terra na PA-150: O Grito da PA-150, a fundação da ADETUNI e a festa do Dia do Lavrador, objetivando uma compreensão de como se deu a organização dos posseiros nessa região durante a luta pela posse da terra.

A primeira edição do Grito da Pa-150 saiu em maio de 1980, com o nome de “Informativo da PA-150”, somente na segunda edição datado de junho do mesmo ano que recebeu o nome “O Grito da PA-150”. Esse informativo era redigido e editado pela Equipe Pastoral da PA-150 composta no período pelo padre Paulo Joanil da Silva, o seminarista Eduardo Pedrosa a irmã Dorothy Stang e o padre Humberto Rilland, entre outros, todos ligados a Diocese de Marabá. O objetivo do jornal ia além de informar a população local dos acontecimentos na região da rodovia, funcionava como um instrumento “a serviço da luta do povo dessa região, denunciando as violências e injustiças cometidas contra o povo, impedindo-o de crescer e desenvolver nos seus direitos e dignidade”<sup>298</sup>. Esse jornal tem uma forma particular de se referir aos conflitos de terras, é um jornal de protesto e de conscientização, utiliza uma linguagem política religiosa cristã. Faz uma relação de passagens bíblicas com os acontecimentos cotidianos levando as pessoas a refletirem diante dos acontecimentos e sempre incentivando os leitores a ação diante de uma realidade colocada pelo jornal como violenta, desigual e injusta. Isso explica se é claro devido o fato de ser um jornal criado por religiosos da Igreja Católica que na época era uma Igreja Progressista totalmente estruturada na Teologia da Libertação, cujas raízes foram construídas num período histórico de exploração da camada pobre, sobretudo a camponesa. Num

---

<sup>298</sup> Informativo da PA-150 n. 1, maio de 1980. Diocese de Marabá. Apresentação. p. 01.

contexto em que toda a América Latina via-se envolvida em injustiças, violências e exploração<sup>299</sup>.

A presença da Igreja Progressista na Amazônia foi muito forte, surgiu nos momentos de grande repressão e miséria que aos poucos era dominada por ditaduras militares e oligarquias. Nesse momento bispos, padres e freiras progressistas tomaram para si a luta dos camponeses expulsos da terra em detrimento da expansão de projetos agroindustriais e agropecuários que devido aos incentivos fiscais cedidos pelo governo que tinha a Amazônia como já foi mencionado anteriormente como um espaço vazio, onde os grandes projetos representavam à colonização e modernização da região de fronteira. Contudo esses projetos foram implantados em terra já ocupada por numerosos posseiros, o que gerou uma serie de conflitos em toda a Amazônia. Mediante esses conflitos a Igreja tomou uma postura, desenvolvendo ações junto aos camponeses na luta pela posse da terra, agindo contra violências e injustiças, tanto estatal como privada sofrida pelos camponeses<sup>300</sup>.

O ideal socialista da Igreja Progressista para a sociedade<sup>301</sup> é presente e muito forte em todas as edições do Grito.

Figura – 16. Capitalismo X socialismo.

---

<sup>299</sup> BOFF, Leonardo e BOFF, Clovis. “Brevíssima história da Teologia da Libertação”. In: *Como fazer Teologia da Libertação*. Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

<sup>300</sup> MAINWARING. Scott. “O surgimento da Igreja popular (1964-1973)”. In: *Igreja Católica a Política, 1916-1985*. SP. Brasiliense, 1989.

<sup>301</sup> Ibidem. p.53.

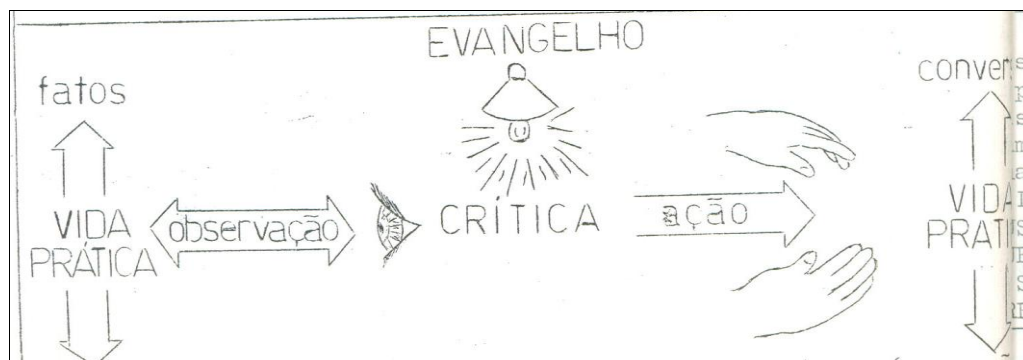


Fonte – O Grito da PA-150. Ano I, número 06, outubro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Essa charge passava ao leitor que a vida social, ou seja, a sua vida estava organizada em forma de uma pirâmide, caracterizada por uma divisão social, onde poucos dominavam e explorava a grande maioria da população. Temos aqui formulações críticas ao capitalismo e favoráveis a idéia de construção de uma sociedade caracterizada pelo socialismo, uma sociedade onde o povo fosse governo tomando as decisões juntos, uma sociedade igualitária, justa. Toda essa reflexão critica da sociedade deveria ser feita a luz da Teologia da Libertação<sup>302</sup>.

Figura – 17. “Ver – Julgar – Agir”.

<sup>302</sup> Povo de Deus comunidade de fé e de luta. O Grito da PA-150, ano I, número 06, outubro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.



A Teologia da Libertação presente no Grito da PA-150. Fonte: O Grito da PA-150. Ano I, número 06, outubro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Onde a realidade (o ver) é iluminada pela palavra de Deus (julgar) o que levaria a tomada de uma postura de luta perante a essa realidade (o agir). Assim a mudança na sociedade caracterizada como injusta, seria alcançada a partir da observação dos acontecimentos, de uma crítica construída a luz do evangelho e de uma ação transformadora não apenas religiosa, mas principalmente política.

Diante dessa análise da realidade a partir de uma visão que podemos considerar religiosa, as ações utilizadas como medidas para a transformação dessa realidade eram ações bem políticas como: formação de sindicatos e associações, caixas comunitárias, encontros de conscientização, entre outros <sup>303</sup>. Assim o “agir” não estava restrito somente ao plano religioso, mas também ao plano político e social. Desse modo os sujeitos que lutaram pela terra na PA-150 agiram participando de círculos bíblicos, das questões partidárias, fundando e participando dos sindicatos e associações, participando das pastorais, denunciando as injustiças e violências sofridas em jornais, fazendo abaixo assinados, enviando cartas às autoridades políticas e atos públicos de repúdio a situação em que viviam <sup>304</sup>.

Diante desse “ver” e “julgar” nos temos bem definida uma sociedade dividida em dois lados a dos “oprimidos e opressores”, ou seja, uma sociedade de classes, onde quem possui os meios de produção domina os que possuem apenas a força de trabalho. A união, era colocada como condição essencial no processo de luta na tentativa de reversão dessa situação. Ao analisarmos as várias edições do Grito constatamos que os posseiros da PA-150 eram chamados constantemente a se unirem na luta contra a expansão do latifúndio na região.

<sup>303</sup> Ibidem.

<sup>304</sup> Ibidem.

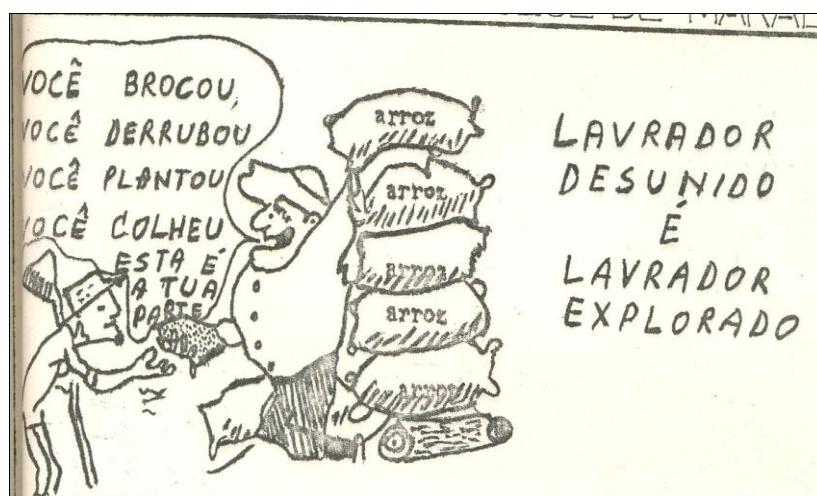
O posseiro é apresentado sob dois planos, no primeiro ele é um sujeito fraco, magro, indefeso e explorado quando não se organiza não se une. Sendo dessa forma explorado e vencido, perde sua posse e o que produz, ou seja, é sugado ao máximo pelos opressores. No segundo plano, quando o posseiro se une, luta organizado ele se torna forte conseguindo desse modo derrotaria o inimigo, o opressor.

Figura 18 – “Gordos e magros”.



Essa charge nos apresenta o trabalhador magro sendo espremidos pelos gordos opressores. Fonte: O Grito da PA-150. Ano I, número 07, novembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Figura – 19. “Lavrador desunido é lavrador explorado”.



Fonte – O Grito da PA-150. Ano II, número 23, abril de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Figura – 20. “Chega de exploração”.



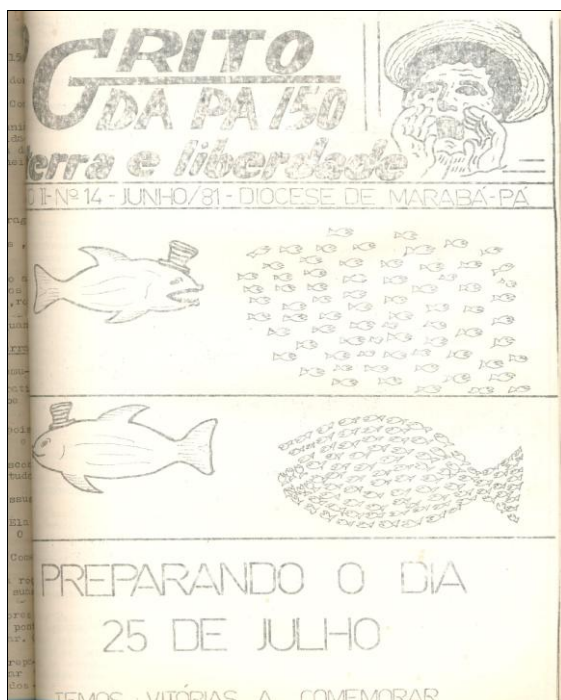
Nesta charge temos o lavrador sendo explorado, pois o que ele produz não tem valor. Fonte: O grito da PA-150. Ano IV, número 30, junho de 1984. Equipe Pastoral Diocese de Marabá.

Esse ideal de união não ficou somente no plano ideológico, foram também utilizadas nas ações práticas diárias dos posseiros da rodovia. No ano de 1981 um grupo de posseiros se uniu na defesa do direito de posse dos posseiros de Goianésia (rodovia PA-150), estes estavam sofrendo constantes ameaças por parte de pistoleiros que queimavam suas moradias, pisoteavam a cavalo a lavoura dos posseiros e os ameaçavam de marte. Diante da



situação os posseiros da região em conflito contaram com apoio de outros posseiros e conseguiram expulsar os pistoleiros<sup>305</sup>. Outro exemplo já foi citado no capítulo II, que é o trabalho em mutirão. Diante da ameaça de morte por pistoleiros os posseiros trabalhavam conjuntamente, dia na terra de um, dia na terra de outro, como mecanismo de defesa de suas vidas uma vez que trabalhavam em grupos, dificultando assim a ação de pistoleiros.

Figura 21 – A união dos lavradores.



Charge das piabas: “as várias piabas unidas possuem força o suficiente para comer o tubarão e virar o jogo”. Fonte: O Grito da PA-150. Ano II, número 14, junho de 1981.

Na luta pela terra na PA-150 a união, a luta conjunta foi utilizado como um grande mecanismo de resistência na terra apossada. Como podemos analisar na charge acima, lutar unidos era a orientação que os posseiros da PA 150 recebiam, posseiro unido teria força e condições para lutar e vencer o processo de grilagem na região. Em meio aos conflitos tiveram como aliados os religiosos da Equipe Pastoral da PA-150, ou seja, foram apoiados pela “Igreja do Povo”. Tanto as fontes orais como as escritas apontam para o fato a Equipe Pastoral da PA-150 desenvolveu importantíssimas ações junto aos posseiros da região, é inegável que a participação da Igreja representada por esta equipe foi fundamental na luta travada pela posse da terra na PA-150.

<sup>305</sup> O Grito da PA-150. Terra e Liberdade. Ano I, número 12, abril de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

3.2 - “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia Tocantins”: os posseiros da PA-150 e o Grupo Executivo de Terras Araguaia - Tocantins (GETAT).

Figura – 22. “Sabe o que é GETAT?”



Charge: “Sabe o que é o GETAT?”. Fonte: O Grito da PA-150. Ano I, número 02, junho de 1980.

O Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins foi criado pelo decreto n. 1.767/80 e reestruturado pelo decreto n. 1.799/80, era um órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional, com vistas à regularização fundiária nas áreas de fronteiras em expansão e conflito de regiões como o Sudeste paraense<sup>306</sup>. A ação fundiária desse órgão concentrava-se nas regiões amazônica caracterizada pela ocupação espontânea marcada pelo sistema de apossamento por ir de encontro ao projeto do governo para a região baseada em uma ocupação dita racional onde as terras seriam destinadas a grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e minerais. Desse modo, o GETAT, órgão representativo do estado na Amazônia no que diz respeito às questões agrárias, era um afincado defensor da visão e relação jurídica e mercantil da terra, ou seja, defendia os interesses dos grupos econômicos

<sup>306</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado/ homem/natureza*. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana n.01), p. 132-133.

e os projetos implantados na região por incentivo do estado<sup>307</sup>. A ocupação espontânea, ação dos posseiros de apossamento das terras era percebida com depreciação, caracterizados pelo órgão como “invasores de terras públicas e particulares”<sup>308</sup>. O sistema de posse a muito utilizado pelos posseiros na Amazônia era tido como enclave para o pleno desenvolvimento econômico da região, as ações do GETAT funcionava como “instrumentos voltados para assegurar um certo tipo de desenvolvimento capitalista que alias, só pode manter seu processo de reprodução na Amazônia se conseguir neutralizar as ocupações de posseiros”<sup>309</sup>. É evidente que o posseiro, o sistema de posse era o grande problema a ser resolvido dentro do novo projeto de ocupação e desenvolvimento da Amazônia baseado em uma dimensão claramente econômica, assim o GETAT foi um mecanismo político-militar utilizado pelo Estado para “assegurara a grande propriedade frente ao processo de complexificações das relações sociais, em desenvolvimento na região a partir de forças econômicas externas, como é o caso do Programa Grande Carajás, situado na Região do Araguaia-Tocantins”<sup>310</sup>.

É evidente que as ações do GETAT em suas áreas de jurisdição beneficiaram sempre o grande latifúndio, o grande empresário em detrimento do direito e condições sociais dos posseiros<sup>311</sup>. Interessa-nos aqui perceber como o GETAT agiu diante dos conflitos travados na região de Arraias? Como os posseiros e os demais sujeitos que lutavam pela terra na região perceberam as ações desse órgão? Que ações desenvolveram diante das atitudes do GETAT de defesa dos interesses do latifúndio em detrimento dos seus direitos de posse?

Se o GETAT via os posseiros e o sistema de posse de modo depreciativo, estes não deixaram por menos. “GETAT: de mãos dadas com os grileiros”<sup>312</sup> “GETAT: entrega terras aos tubarões” “GETAT: jagunço de grileiros”<sup>313</sup>, “GETAT: aliado da PM e de pistoleiros”, “GETAT: advogado de grileiro”<sup>314</sup>, “GETAT: guarnição de latifundiários”,

---

<sup>307</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989)” In: LENA, Phillipi e OLIVEIRA, Adélia E. (orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

<sup>308</sup> *Ibidem*. P. 269.

<sup>309</sup> *Ibidem*. P. 270.

<sup>310</sup> FERNANDES, Marcionila. “O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT: uma alternativa para atenuar os conflitos”. In: *Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.p.74.

<sup>311</sup> Toda literatura que trata das ações do GETAT é unânime em afirmar o quanto desastroso foi à atuação desse órgão nas questões agrárias na Amazônia, ao defender os interesses do grande capital. Ver. LOUREIRO, Violeta R. *Getat. A exacerbação do poder do estado*. Op.cit. 2004. ALMEIDA, op.cit.

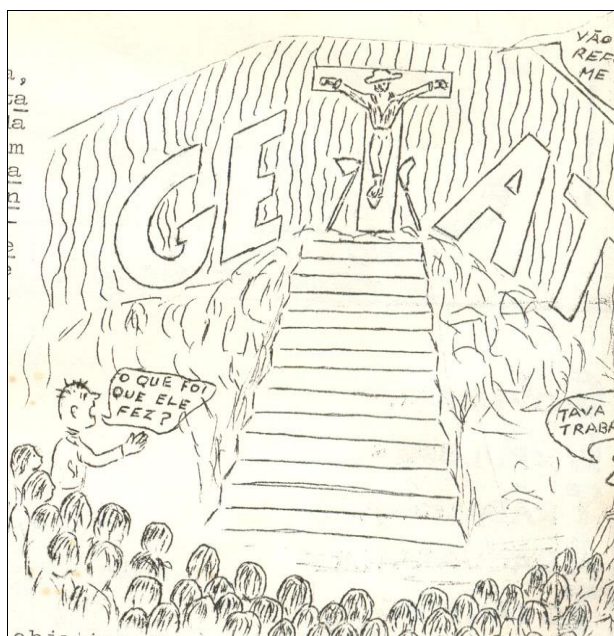
<sup>312</sup> O Grito d PA-150. Ano I, número 04, agosto de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>313</sup> O Grito da PA-150. Terra e liberdade, ano II, número 14, junho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>314</sup> O Grito da PA-150. Ano II, número 24, junho de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

estas são apenas algumas percepções dos posseiros da PA-150 a respeito desse órgão. Na luta pela terra na PA-150 o GETAT foi o maior e o pior inimigo que os posseiros enfrentaram ao resistirem na terra apossada, sendo este órgão “uma redefinição de alguns mecanismos que revestem de forma mais sofisticada a expropriação dos trabalhadores rurais”<sup>315</sup>. O ato de grilagem, o uso da pistolagem, ameaça de morte, a morte de posseiros, a destruição de plantações, a expulsão da terra apossada pela ação dos grileiros eram ações já bem conhecidas dos posseiros no que diz respeito aos conflitos agrários na região, ações essas compreensíveis uma vez que os grileiros defendiam seus interesses. As ações do GETAT foram percebidas pelos posseiros de modo vergonhoso, estarrecedor, sendo que, esperavam desse como representante do estado, soluções para o problema dos conflitos em que viviam, das ameaças, das mortes, da violação de seus direitos jurídicos – sociais. Ao contrário do que esperavam o GETAT agiu em defesa do latifúndio em detrimento dos seus anseios e objetivos do reconhecimento jurídico dos seus direito de posse, ou seja, direito a terra apossada. Logo que os funcionários do GETAT chegaram a PA-150 os posseiros entenderam que o órgão não foi criado para defender seus interesses e garantir seus direitos<sup>316</sup>.

Figura – 23. GETAT.



<sup>315</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner de. GETAT: a segurança nacional e o revigoramento do poder regional. CPT – Maranhão. Mimio. Sem data.

<sup>316</sup> O Grito da PA-150. Ano I, número 02, junho de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

GETAT crucifica o camponês ao não fazer a reforma agrária, este se sente enganado, injustiçado. Essa charge faz alusão a crucificação de Jesus Cristo. Fonte: O Grito da PA-150. Ano I, número 05, setembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Esse órgão chegou à região com sua função muito clara, como o crucificador do posseiro, defensor dos interesses do regime militar, do crescimento do latifúndio e da empresa capitalista na Amazônia. Quando o GETAT chegou a Arraias já existiam na região ao longo da rodovia várias famílias de posseiros e vários grileiros que reivindicavam como sendo propriedade suas as áreas apossadas. As ações desse órgão diante do conflito existente foi o de remanejar os posseiros para outras áreas para dentro da mata fora da estrada, o que garantia aos grileiros o direito de propriedade das áreas em conflito<sup>317</sup>. Como podemos verificar na charge abaixo o GETAT chegou a PA-150 com o objetivo de limpar a região, retirando dela os indesejáveis posseiros.

Figura – 24. “GETAT aliado aos grileiros”.



<sup>317</sup> O Grito da PA-150. Ano I, número 06, outubro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

“GETAT aliado com os grileiros usa a PM para expulsar os posseiros”. Fonte: O Grito da PA-150. Ano II, número 17, setembro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Durante o trabalho de vistoria, topográfico de medição das terras realizada pelo GETAT os posseiros ficavam proibidos de trabalhar na terra<sup>318</sup>, o que agravava muito a situação uma vez que o trabalho de lavoura era fundamental para o sustento da família. O resultado das medições da terra agravava ainda mais os conflitos, os piques cortados pelos lavradores nunca eram respeitados e geralmente o grileiro ficava com a maior parte das terras ficando assim uma pequena área para ser dividida entre muitos posseiros<sup>319</sup>. Ou seja, as posses eram remarcadas e divididas em áreas bem menores do que as áreas cortadas pelos posseiros<sup>320</sup>, diante da pressão do GETAT muitos posseiros receberam indenização das benfeitorias das áreas apossadas e desistiram dos seus direitos<sup>321</sup>, muitos posseiros foram presos pela polícia Militar e Federal por intermédio desse órgão ao defender os interesses dos grileiros<sup>322</sup>.

Surpresos e indignados diante da ação do GETAT os posseiros da PA-150 resistiram não reconhecendo a “autoridade” do órgão. Desse modo não saíam das áreas pretendidas pelos grileiros por exigência dos funcionários do GETAT, não aceitavam as novas demarcações feitas, exigindo que fossem respeitadas as suas demarcações, os remanejamentos propostos pelo órgão e resistiram na terra apossada<sup>323</sup>.

Em toda região do Araguaia-Tocantins área de jurisdição do GETAT os conflitos só tenderam a aumentar após a sua atuação, a rejeição as ações desse órgão também foi geral. A exemplo dessa rejeição e resistência dos posseiros da região as ações do GETAT temos o caso da emboscada realizado por posseiros de uma fazenda localizada em São Geraldo do Araguaia no dia 14 de agosto de 1981 a técnicos do GETAT que deveria desocupar e demarcar a fazenda e quatro policiais militares que dava proteção aos mesmos. Nesse confronto entre posseiro e GETAT o gerente da fazenda morreu ficando os policiais e o técnico do GETAT gravemente feridos<sup>324</sup>. Esse caso teve uma grande repercussão nacional e

---

<sup>318</sup> O Grito da PA-150, ano I, número 10, fevereiro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>319</sup> Ibidem.

<sup>320</sup> O Grito da PA-150. Ano I, número 11, março de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>321</sup> “11 de junho de 1981, audiência no GETAT de Arraias. Lá 13 lavradores foram humilhados e ameaçados pelo executor em exercício Ademar Camilo, por Luiz Capixaba e seu advogado e pelo sargento da PM local. No fim, 7 lavradores aceitaram sair de suas posses a troca de uma ridícula indenização”. O Grito da PA-150. Ano II, número 15, julho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>322</sup> O Grito da PA-150. Ano I, número 11, março de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>323</sup> “Posseiros resistem”. O Grito da PA-150, ano II, número 16, agosto de 1981. Equipe pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>324</sup> CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

internacional, terminando com o julgamento e condenação de dois padres e vários posseiros. O conflito envolvendo os posseiros do Araguaia e o GETAT é um forte indicativo que resistiram a todo custo à desapropriação executada por esse órgão. No ano de 1981 colonos de Imperatriz, MA, organizaram um movimento de protesto contra o GETAT, os camponeses ocuparam a cidade gritando palavras de ordem e erguendo faixas, distribuíram panfletos com críticas contundentes a ação do órgão na região<sup>325</sup>.

Nesse período a Comissão Pastoral da Terra organizou um levantamento em inúmeras áreas do Pará, Maranhão e Goiás, subordinadas ao GETAT, onde concluíram que a ação desse órgão marginalizava os lavradores em benefício do grande latifúndio. Diante da situação a CPT fez denúncias das irregularidades constatadas nos municípios de Nazaré-Goiás onde os posseiros foram expropriados dos seus lotes; em Nova Jacundá o órgão foi acusado pela CPT de ter defendido pistoleiros; no município de Tocantinópolis várias famílias de posseiros tiveram que sair de suas terras por determinação do GETAT<sup>326</sup>.

Pelos “olhos” do Grito podemos ver que a luta travada pela posse da terra na PA-150 foi sem sombra de dúvidas uma luta contra o Estado, um conflito político onde este aparece como inimigo principal. O Grito foi um instrumento de denúncia acima de tudo, de extrema importância na luta travada contra o GETAT, ou seja, Estado na região.

De modo sarcástico este informativo que hoje é fonte riquíssima das experiências vivenciadas pelos sujeitos da região no período, fez críticas a política do Estado, de defesa do latifúndio, grande incentivador da atividade agropecuária e por negar as necessidades do lavrador.

Tem uma edição do Grito que considere especial, nela o boi aparece como uma figura especial, como uma ameaça para o lavrador, por ocupar um espaço que deveria ser do lavrador por direito, contudo este é expulso da terra que e devidamente ocupada pelo boi que tem tratamento vipe patrocinado é claro pelo Estado.

---

<sup>325</sup> CHINEM, op.cit.p.88.

<sup>326</sup> “CPT denuncia GETAT”. Regional Norte II. CPT – Araguaia – Tocantins. Belém, 23 de dezembro de 1980.



Figura – 25. O boi.



“O boi é mais importante”. Na charge temos o trabalhador doente esperando por atendimento médico, contudo o boi é que recebe o tratamento que deveria ser prestado a ele. Fonte: O Grito da Pa-150. Ano I, número 11, março de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

Figura – 26. “Boi símbolo de condenação do lavrador”.





“O boi é o símbolo da condenação do lavrador”.Fonte: O Grito da PA-150. Ano I, número 12, abril de 1981.

“O desenho da capa do Grito da PA-150 representa a condenação do lavrador, sua casa queimada e ele atado nos chifres do boi. Isso porque hoje tem mais valor o boi do que o homem”<sup>327</sup>.

Com a entrada do GETAT no cenário conflitante vivido pelos posseiros da região, surgiu entre os mesmos a necessidade de se organizarem em torno de uma instituição que pudesse lhes representar política e juridicamente. Assim começa na região sudeste do Pará um movimento de fundação de associações e tomada dos sindicatos ditos pelegos, ou seja, defensores dos interesses do Estado<sup>328</sup>.

Foi dentro desse processo que os posseiros da PA-150 fundaram a Associação dos Trabalhadores Unidos de Jacundá (ADETUNI) para defender seus interesses, isto é, sua permanência na terra apossada.

### 3.3 – O papel da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) na luta pela terra na PA-150.

É neste clima de euforia e tensão, devido à intensificação dos conflitos na região que os posseiros com o apoio de religiosos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) fundaram a Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá cujo objetivo era “defender e exigir os direitos legais e legítimos dos trabalhadores”<sup>329</sup>.

Já existia na localidade o Sindicato dos trabalhadores Rurais, fundado em 13 de janeiro de 1980 e reconhecido a 21 de agosto do mesmo ano<sup>330</sup>, que segundo estatuto foi constituído para fim de defender e representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais<sup>331</sup>. Deve-se assinalar, contudo, que, apesar do que nos diz o estatuto o sindicato foi fundado para funcionar como órgão de colaboração do governo<sup>332</sup>, era conhecido popularmente como sindicato pelego, acusado de defensor das ações do GETAT, lê se estado, e não dos interesses e necessidades da categoria<sup>333</sup>.Diante do desamparo institucional jurídico foi que surgiu a necessidade da fundação de uma associação que pudesse

---

<sup>327</sup> O grito da PA-150. Ano I, número 12, abril de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>328</sup> GUERRA, op.cit. 1991.

<sup>329</sup> Estatuto da ADETUNI. Capítulo I – Da constituição e fins. Arquivos da associação.

<sup>330</sup> Carta Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá.

<sup>331</sup> Estatuto. Capítulo I – Artigo 1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá.

<sup>332</sup> GUERRA, op. cit. P. 55.

<sup>333</sup> Colocar o jornal o grito que denúncia o Antonio de ajudar o GETAT.

desenvolver trabalhos de apoio jurídico e tentar suprir as deficiências do movimento sindical na região.

Figura – 27. Fundação da ADETUNI.



Posse da primeira diretoria provisória da ADETUNI. Presidente: Ruy Penalva Neto. Vice: Fortunato Dias Neto. Secretário: José Gomes Cabral. Departamento de finanças: Raimundo Coelho Mulato e Josias Cardoso Macedo. Departamento de atividades sociais culturais e relações públicas: Iluminato Daniel Cardoso e Raimundo Pereira Silva. Conselho fiscal: Juarez Pereira do Carmo e Justino Orano Rodrigues da Silva e Manoel Alves dos Santos. Fonte: Arquivos da ata de fundação da associação. 17/02/1980.

Assim aos 17 dias de fevereiro de 1980 foi realizada a primeira Assembléia Geral de fundação da associação, com a presença de lavradores, do padre Paulo Joanil da Silva e da assessoria jurídica da CPT representada pelo advogado Paulo de Tarso. Cujas presenças tinham por finalidade explicar aos lavradores a legalidade da associação segundo artigos da Constituição Federal e sobre o papel da diretoria da associação<sup>334</sup>. Foi formada uma diretoria provisória, empossada com período previsto de três meses de atuação.

<sup>334</sup> Ata da assembléia de fundação da associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. Livro de Atas. p.01. Arquivos da associação.

Figura – 28. Posseiros na fundação da ADETUNI.



Fonte - Arquivos da associação.

A associação nasceu sob a orientação de defender os direitos de posse dos posseiros, com uma orientação política, no sentido de organizá-los de modo que, resistissem na terra apossada diante dos conflitos que travavam contra as ações dos grileiros, mas principalmente contra o GETAT. O principal assunto das atas das assembléias da ADETUNI era o GETAT, suas ações contraditórias que sempre prejudicava os posseiros<sup>335</sup>, esse órgão era um problema a ser resolvido<sup>336</sup> pela associação.

Os posseiros organizados em torno da associação resistiram de todas as formas contra as atitudes do GETAT. A associação organizou as áreas conflituosas em núcleos, em cada um dos vários núcleos existia um representante<sup>337</sup>, responsável em acompanhar os acontecimentos nas áreas, de conscientizar e organizar os posseiros dos núcleos. Eram ainda imbuídos de participar das assembléias da associação geralmente realizadas no primeiro domingo de cada mês, quando deveria participar a associação os acontecimentos e situação em que se encontravam os posseiros das áreas em conflito. Como já foi mencionado no segundo capítulo, o trabalho em mutirão também foi usado como estratégia de resistência

<sup>335</sup> Ata da assembléia da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 07/12/1980

<sup>336</sup> Ata da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 07/08/1980. Livro de atas da associação.

<sup>337</sup> Ata da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 02/11/1980. Livro de Atas.

contra a ação do GETAT. Esse órgão, nas vistorias realizadas em áreas pretendidas pelos grileiros fazia um levantamento das benfeitorias feitas ou pelos pretensos donos das terras ou pelos posseiros, geralmente ficava com direito a área em disputa quem tivesse desmatado a maior quantidade de mata e feito plantações de lavoura. Sabendo dessa situação os posseiros trabalhavam em mutirão com o objetivo de desmatar e plantar a maior quantidade de terras possível antes da vistoria dos técnicos do GETAT, assim tinha como garantir seus direitos de posse sobre a área ocupada, pretendida pelos grileiros<sup>338</sup>.

A associação ainda organizou abaixo-assinados e enviou ao coordenador do GETAT de Marabá denunciando as vistorias feitas pelos funcionários do órgão em Arraias, as ameaças de expulsão das posses e exigindo que novas vistorias fossem feitas<sup>339</sup>. Enviava ofícios ao executor do GETAT em Arraias com o objetivo de relatar e denunciar junto ao órgão as graves irregularidades como as mortes de posseiros, as prisões ilegais, as torturas e as constantes humilhações que passavam, exigindo atitudes do GETAT de modo que seus direitos fossem respeitados uma vez que estavam garantidos no Estatuto da Terra<sup>340</sup>.

A ADETUNI funcionou como o ponto de união dos posseiros associados, que juntos como companheiros defendiam suas posses. A diretoria não era a única responsável em desenvolver ações junto aos conflitos travados, unidos os posseiros dirigiam-se ao escritório do GETAT em Marabá e Arraias para denunciar as arbitrariedades praticadas contra o seu direito de posse, reivindicando assim os seus direitos<sup>341</sup>. Juntos foram expor seus problemas ao governador do estado Alacid Nunes exigindo desse como autoridade política do Estado soluções aos problemas agravados ainda mais a partir da chegada de funcionários do GETAT em Arraias<sup>342</sup>.

Como já afirmei a ADETUNI foi fruto do trabalho da Igreja junto aos posseiros na luta pela terra na PA-150. A paróquia São João Batista de Jacundá cujo páraço na época era o padre Paulo Joanil, CPT de Marabá e Belém, e a Diocese de Marabá cujo bispo era Dom Alano Maria Pena, estiveram sempre juntos aos posseiros apoiando-os, nessa luta pela posse da terra. O padre Paulo Joanil chegou a Arraias em 1979 e acompanhou de

---

<sup>338</sup> Entrevista realizada com Rui Penalva Neto, foi posseiro, primeiro presidente da ADETUNI, e vereador por dois mandatos em Jacundá, hoje e lavrador.

<sup>339</sup> Abaixo-assinado enviado ao Coronel Fernando Carneiro Leão, coordenador do GETAT de Marabá, datado de 18, de junho de 1980. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>340</sup> Ofício número 01 / ADETUNI – Pará. Endereçado ao executor do GETAT de Nova Jacundá. 28/10/1980. Arquivos da CPT de Belém.

<sup>341</sup> Ata da Assembléia Ordinária da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 01/09/1980.

<sup>342</sup> Ata da Assembléia da associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá 02/11/1980. Rui Penalva também relatou essa experiência em entrevista.

perto todo o conflito vivido pelos posseiros da PA-150 e desenvolveu um importante e intenso trabalho junto aos mesmos. Vários dos relatórios que existe sobre os conflitos ocorridos nesta região foram feitos pela paróquia São João Batista, ou seja, pela Equipe Pastoral da PA-150 representada pelo padre Joanil e a irmã Dorothy Stang. Vários dos quais foram enviados a CONTAG<sup>343</sup>, aos deputados do PMDB Jader Barbalho<sup>344</sup> e Ademir Andrade<sup>345</sup>, como medida de divulgar os conflitos e pedir ajuda aos mesmos diante da situação conflitiva a qual passava toda a região. A pedido do padre em nome dos moradores da PA-150 os deputados estiveram na região acompanhando os acontecimentos e apoiando os posseiros<sup>346</sup>. As articulações políticas também foram utilizadas como instrumento de luta pelos posseiros da região.

Os lavradores de Arraias na luta pela permanência na terra não enfrentaram somente os grileiros e o GETAT, travaram também uma luta contra a exploração econômica pela qual passava, pela defesa e valorização das suas lavouras. Desse modo, como já observei no segundo capítulo foi montada uma cooperativa dentro da associação<sup>347</sup> cuja finalidade era ajudar os lavradores no transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização das suas produções, uma vez que eram a partir dessas necessidades que se concretizavam a exploração dos compradores da produção de lavoura da região. Com a criação da cooperativa os associados tiveram como transportar a produção até o depósito da associação em Arraias, armazenando-a passaram a ter condições de esperar o melhor período para a comercialização do produto que no caso era o arroz, o que conseqüentemente gerou a valorização da produção. Neide Esterci estudou o caso da Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia criada em 1964 e segundo sua análise os objetivos da cooperativa visava a melhoria das condições de vida e trabalho como também a emancipação política e organização dos pequenos produtores da região diante das ameaças de perda de suas posses em detrimento da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)<sup>348</sup>, apesar de todos os contra tempos foi através da cooperativa que os posseiros de Santa Terezinha encontraram respaldo e utilizaram a cooperativa como referência na luta que travaram pelo direito de posse na região.

---

<sup>343</sup> Ofício número AE/1227/80. Brasília (DF), 13 de junho de 1980. CONTAG.

<sup>344</sup> Correspondência enviada pelo padre Paulo Joanil ao deputado Jader Barbalho. Brasília – D. F. Câmara dos deputados. Marabá, 10 de junho de 1980. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>345</sup> Correspondência enviada ao deputado Ademir Andrade. Assembléia Legislativa. Belém-Pará. Nova Jacundá (Arraias), 06 de maio de 1980. Arquivos da CPT de Marabá.

<sup>346</sup> Carta enviada ao deputado Ademir Andrade pela equipe pastoral à Assembléia Legislativa. Belém, 06 de maio de 1980.

<sup>347</sup> Ata da reunião dos representantes dos núcleos da ADETUNI. 13/02/1982.

<sup>348</sup> ESTERCI, op.cit. 1987.

O trabalho de Esterci assim como a minha pesquisa são fortes indicativos de que as associações e cooperativas organizadas por religiosos e posseiros na região amazônica funcionaram como espaço de organização e respaldo institucional. Em um momento histórico em que o Estado se apresenta para esses sujeitos, não como defensor de seus direitos, mas sim como o pior de seus inimigos, por negar o que lhes são de direito e apoiar aqueles que lhes usurpam o direito a vida, a dignidade, ou seja, a terra.

Tiveram que lutar ainda contra o atrelamento do sindicato ao Estado. Os posseiros sócios da ADETUNI eram orientados a se filiarem também ao sindicato, pois assim tinha como acompanhar a atividades do mesmo, podendo participar das eleições sindicais, fato esse que lhes possibilitaram a tomada do sindicato nas eleições de 1985, quando o mesmo passou a ser orientado por um “novo sindicalismo”, defensor dos interesses da categoria<sup>349</sup>.

Falemos agora sobre a Festa do Dia do Lavrador procurando compreender o que ela representou em termos de organização durante o conflito travado na PA-150 na luta pela terra.

3.4 – “25 de Julho – Vamos Festejar – O Dia do Trabalhador Rural – A Terra é Para Quem Trabalha Nela”.

Figura – 29. Festa do dia do Lavrador em Arraias.



---

<sup>349</sup> GUERRA, op.cit. 1991.

Os lavradores de Arraias na festa do Dia do Lavrador em julho de 1979, carregam uma faixa com a frase “A terra é para quem trabalha nela”, a mesma utilizada em todas as outras festas em comemoração ao dia do trabalhador rural. Fonte: Arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá.

Os conflitos que ocorreram na região da PA-150 tiveram como causa a posse da terra, sua conquista e permanência nela<sup>350</sup>, esses conflitos foram marcados por concepções antagônicas. Sendo que com relação ao direito a posse da terra há uma grande divergência de concepções, de um lado temos os que têm como legal e legítimo o direito a terra a partir da compra da comprovação da posse com documentos, a título de propriedade. De outro, temos a concepção dos posseiros, de que a terra é de quem trabalha nela, a concepção do sinal de ferro, da derrubada da mata e a plantação da lavoura, pois para esses sujeitos a terra é um bem comum, onde todos têm o direito de trabalhar, sendo que “é o trabalho que cria riquezas, e não a terra em si mero instrumento de labor”<sup>351</sup>.

“A terra é para quem trabalha nela” foi a bandeira de luta utilizada pelos posseiros da região de Arraias na defesa de seus direitos sobre a terra apossada. Também foi o tema do primeiro encontro dos camponeses da região tocantina que ocorreu em Anilzinho-Baião nos dias 10 e 11 de julho de 1980, o objetivo do encontro era discutir o problema da luta pela terra na região. Desse encontro resultou a Lei Anilzinho que entre várias outras resoluções criadas encontramos: “A terra é para trabalhar nela”<sup>352</sup>, resolução essa que garantia aos camponeses o direito a terra mediante o trabalho que realizavam na mesma e negava a legitimidade da propriedade capitalista baseada na compra e apresentação da documentação de propriedade.

A Lei Anilzinho a meu ver nada mais é do que a resposta do campesinato amazônico a negação do Estado aos seus direitos costumeiros e de sua omissão a toda violência sofrida pela categoria devido a forte expansão do grande latifúndio na região. Ao instituir essa lei esses sujeitos negaram os argumentos legitimadores da propriedade capitalista, pois para eles assim como está estabelecido na Lei Anilzinho é o trabalho que legitima a posse da terra, é nele que consiste o direito de propriedade, isto é, a posse legítima era aquela fundamentada no trabalho<sup>353</sup>.

---

<sup>350</sup> HÉBETTE, Jean (org), “A luta sindical em resposta as agressões dos grandes projetos”: In: *O cerco está se fechando*. Belém: Vozes. UFPA/NAEA, 1991.

<sup>351</sup> MARTINS, Jose de Sousa. Op. Cit. 1998.

<sup>352</sup> SOUSA, op. cit. P. 139.

<sup>353</sup> MARTINS, José de Souza. “Terra de negocio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil”. In: *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2 edição, editora HUCITEC, São Paulo.

É essa concepção de direito de propriedade do posseiro “que o faz levantar-se subversivamente contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes”<sup>354</sup>. Foi esse direito que orientou o processo de ocupação das terras devolutas em toda a região amazônica. Essa concepção de propriedade baseada fundamentalmente no trabalho realizado sobre a terra e não na propriedade da terra em si<sup>355</sup> foi sem sombra de dúvida a bandeira utilizada na luta pela terra na região da PA-150, ou seja, em toda região tocantina. Chegando a se transformar no grande princípio orientador de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>356</sup>. Sendo hoje a bandeira de luta, a palavra de ordem utilizada na luta pela reforma agrária no Brasil.

A Igreja construiu esse discurso místico sobre a propriedade da terra para legitimar o direito do posseiro. “A terra é para quem trabalha nela”, “a terra é um dom de Deus a todos”<sup>357</sup>, esse foi parte do discurso religioso utilizado pela Igreja para fixar na cabeça do posseiro que mesmo sem condições de comprar a terra ela lhe pertencia, Deus é o trabalho lhes garantia esse direito, e por isso deveria resistir na terra apossada. Podemos afirmar que a luta do posseiro na Amazônia foi orientado por esse discurso místico da propriedade da terra, a luta do posseiro pela terra segundo muitos estudiosos e a própria Igreja seguiu princípios diferentes dos interesses de fazendeiros e latifundiários que tinha e tem a terra como uma propriedade um bem com um valor comercial, o posseiro como nos diz Gutemberg Guerra “tem amor a terra”<sup>358</sup>. Todo esse discurso a meu ver contribuiu para a construção de um posseiro ideal e não real.

O posseiro lutou seguindo o ideal da Igreja que também passou a ser o seu pelo menos por algum momento. Contudo chegou um momento em que ele deixa a terra conquistada na luta travada, a questão é por que isso acontece? Por que não continua na terra conquistada? Se ele deixa a terra, onde fica o “amor” que dizem sentir por ela? Esse campesinato luta por suas necessidades de sobrevivência a terra em si não garante sua sobrevivência, a mata densa e virgem é a sua necessidade e é em busca dela que ele migra constantemente e luta. Esse sujeito ama a terra que lhe proporcione condições de desenvolver sua cultura, de viver e praticar a agricultura de queima por ser isto o que ele sabe fazer, que lhe dar condições de sobreviver. O posseiro da Amazônia é em parte um mito, foi criado com

---

<sup>354</sup> Ibidem. P. 17.

<sup>355</sup> MARTINS, José de Souza. Op.cit. 1981. Segundo concepções de Martins “o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser o dono do trabalho.p.131.

<sup>356</sup> HALL, op.cit. 1991.

<sup>357</sup> O grito da PA-150. Ano I, número 06, outubro de 1980.

<sup>358</sup> GUERRA, op.cit. 1991.



uma imagem quase idílica, é homogêneo, puro. Contudo, o que significa a terra para esses camponeses, só eles podem explicar e compreender podemos tentar captar, porém não será a mesma coisa.

Anthony Hall<sup>359</sup>, em análise a respeito do conflito social e resistência camponesa a grilagem na Amazônia fez observações de que a resistência dos pequenos agricultores aos grileiros na Amazônia Oriental se deu de modo fragmentada e desorganizada. Contudo, acredito que a luta travada pela posse da terra nesta região ocorreu de modo organizado e coeso, ou seja, caracterizada pela união e solidariedade, é claro que dentro das condições sociais dos sujeitos aqui em questão. Analisando a festa do Dia do Lavrador essa questão fica bem nítida.

Em Arraias a Festa do Dia do Trabalhador Rural teve início em 1979, ocorrendo por toda a década de 80<sup>360</sup>. A primeira foi organizada em 1979 pela Equipe Pastoral da PA-150 juntamente com os posseiros, nos anos posteriores a ADETUNI ficou a frente dos preparativos, e a equipe pastoral continuou dando apoio<sup>361</sup>. O objetivo dessa festa era comemorar as conquistas e denunciar as injustiças praticadas pelos grileiros e órgãos (GETAT e PM) do Estado contra os lavradores.

A culminância da festa se dava com a realização de uma missa, uma passeata e um ato público. A passeata era realizada na PA-150 por ser a rua principal de Arraias, onde os posseiros mostravam em dezenas de faixas seus gritos por justiça e esperança. Exigiam Reforma Agrária Radical e Imediata, faixas com dizeres de que “a terra é de quem trabalha nela”<sup>362</sup>. Também tinha os gritos que eram falados em coro pelos lavradores durante a passeata: “Abaixo o grileiro que a terra é do posseiro. A luta é necessária pela reforma agrária. Queremos plantar a roça porque a terra é nossa. Eu também sou brasileiro preciso 20 alqueires. Cuidado lavrador Figueiredo é ditador. Não importe que me mate, vamos acabar com o GETAT. Abre a sepultura vamos enterrar a Ditadura”<sup>363</sup>. Esses gritos expressão a aversão ao regime militar, o desejo pelo fim da Ditadura e pela realização da reforma agrária. Para as passeatas levavam ainda seus instrumentos de trabalho como foice, facão, machados e alguns produtos de suas lavouras como bananas, milho, arroz, feijão, cana

---

<sup>359</sup> HALL, op.cit.1991.

<sup>360</sup> Livro de Tombo da Paróquia São João Batista de Jacundá.

<sup>361</sup> Ata da reunião da assembléia da ADETUNI. 01/08/1981.

<sup>362</sup> O Grito da PA-150. Terra e Liberdade. Ano II, número 15, julho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>363</sup> “Convite à população”. Convite que a ADETUNI distribuía na região convidando os moradores a festa do Dia do Lavrador. Julho de 1981. Arquivos da CPT de Belém. CNBB Regional Norte II.

entre outros. Suas ferramentas e produtos representavam os documentos de suas posses por significar a prova de seus trabalhos, por ser este que lhes garantia o direito à posse da terra.

Após o término da passeata era realizado o ato público, onde eram feitos pronunciamentos de protestos e exigência de que se fizesse justiça. Representantes da CPT de Marabá e Belém, o deputado Ademir Andrade, lavradores representantes de regiões conflitivas como: Murumuru, Rio Maria, Xinguara, Goianésia, Marabá, estiveram presente no Dia do Lavrador em Arraias fazendo pronunciamentos onde denunciavam todas as injustiças praticadas em outras regiões contra posseiros. O deputado Ademir Andrade proferiu em seu pronunciamento o caso da luta dos posseiros de Viseu do embate que travavam com a grande empresa<sup>364</sup>, o lavrador de Xinguara denunciou a violência ocorrida em sua região, o mesmo ocorreu com os representantes das outras localidades. A meu ver a festa do dia 25 de julho em Arraias funcionava como um momento significativo e singular de solidariedade, de informação de comunicação, troca de experiências e idéias entre os posseiros do Sul e Sudeste paraense. Sendo que nesse momento ficavam sabendo da realidade de outras áreas conflitivas de outros lavradores que assim como eles travavam um dura batalha para se garantir na terra, que também enfrentavam o grileiro, a policia militar o GETAT e a grande empresa.

Palavras de ordem, denúncias em praça pública, passeatas foram formas que os posseiros encontraram para afirmar a sua presença e reivindicações que o estado tentou ignorar e não reconhecer. A festa de comemoração do dia 25 de julho representou um momento de denúncia, de debates uma forma de expressão de cidadania ocorrida em Arraias e em outras localidades da região amazônica<sup>365</sup>. A festa do lavrador serve como uma mostra de que o movimento de luta pela terra na região ocorreu de modo organizado, com uma forte característica de solidariedade e união, caso contrário como poderemos entender que os seus objetivos foram alcançados, que resistiram e conquistou o direito à posse da terra como nos mostra o próprio Antony Hall<sup>366</sup>.

Acredito que não podemos negar a existência de organização e união na luta travada pelos posseiros do sudeste do Pará (Amazônia Oriental). O trabalho de Gutemberg Diniz Guerra nos mostra claramente essa situação. Em pesquisa que realizou nos municípios

---

<sup>364</sup> Pronunciamento do deputado Ademir Andrade, em Arraias PA-150, na ocasião da festa do Trabalhador Rural ocorrido em 25 de julho de 1980. Arquivos da CPT de Belém. CNBB Regional Norte II.

<sup>365</sup> Guerra faz menção a comemoração do dia 25 de julho em São João do Araguaia. GUERRA, Gutemberg Diniz. Op.cit.1991. A festa também era realizada no povoado de Goianésia do Pará na PA-150 conforme registro do livro de Tombo da paróquia São João Batista de Jacundá.

<sup>366</sup> HALL, op.cit. 1991 p.217-225.

de Jacundá, Itupiranga, São João do Araguaia e Marabá sobre o movimento sindical na região, o autor observou que durante a luta pela posse da terra os posseiros dos quatro municípios lutaram de forma organizada e unida. Fato esse que lhes possibilitou tomar e mudar os sindicatos criados pelo Estado, os quais passaram a “atuar no sentido de defesa dos seus interesses”<sup>367</sup>. Como podemos nos queixar ou negar a existência de organização e união na luta pela terra na Amazônia Oriental se até “os donos de terras” se organizaram e se uniram em torno da União Democrática Ruralista (UDR) na defesa de seus interesses latifundiários<sup>368</sup>.

Casas foram queimadas, plantações destruídas, posseiros e religiosos foram ameaçados de mortes, posseiros foram assassinados em emboscadas, outros foram desapropriados de suas posses, muitos desistiram da luta diante das ameaças e perseguições. Contudo, a resistência, a organização sindical, o enfrentamento, a luta logrou vitórias. Os posseiros conseguiram que o GETAT titulasse as suas posses, ou seja, seus direitos foram pelo menos na “marra” reconhecidos<sup>369</sup>. Em todas as áreas conflitivas situadas ao longo da rodovia PA-150 mencionadas no primeiro capítulo os posseiros resistiram em uma luta que durou mais de quatro anos para que finalmente o GETAT medisse e finalmente titulasse as áreas<sup>370</sup>.

O título definitivo era alienado ao posseiro que ficava obrigado a cumprir várias cláusulas. A cláusula primeira se referia ao valor que deveria ser pago pela terra, no qual estava incluído o valor da terra nua e os trabalhos de demarcações da propriedade, o preço da alienação deveria ser pago em prestações e ficava sujeito a juros de mora o que correspondia a uma taxa de 12% acima das prestações<sup>371</sup>. No caso de não cumprimento das cláusulas estipuladas no título o imóvel voltaria para o GETAT mediante pagamento das benfeitorias realizadas pelo lavrador<sup>372</sup>. Lutar pela terra foi uma possibilidade para os posseiros, resistir até que fosse titulada, desse modo, foram muitos os que conseguiram um título definitivo em seu nome, contudo foram muitos também os que não conseguiram pagar o valor da terra nua e dos trabalhos de demarcações estipulado pelo Estado.

---

<sup>367</sup> GUERRA, op.cit. 1991, p. 87.

<sup>368</sup> FERNANDES, op.cit. 1999.

<sup>369</sup> “Acordo no Incra garante terra aos posseiros”. *Jornal Resistência de Marabá*, abril de 1980.

<sup>370</sup> *O Grito da PA-150*. Ano II, número 14, junho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

<sup>371</sup> Presidência da República, Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins. Título definitivo 4(GETAT) 82 (1)987. Cláusula primeira, parágrafos primeiro e segundo.

<sup>372</sup> *Ibidem*, Cláusula Quinta.

Depois da terra garantida juridicamente, muitos foram as dificuldades enfrentadas pelos lavradores para sobreviverem na mesma. Ninguém reclamou da fertilidade da terra porque produzir eles produzia muito pelo menos nos primeiros anos de derrubada, ou seja, da praticada da agricultura de coivara, o problema dizia respeito ao escoamento da produção, da falta de vicinais e de transporte para escoarem a produção da roça e levar até a vila de Arraias (Nova Jacundá) <sup>373</sup>. Com a prática constante da agricultura de coivara e possuindo uma propriedade que variava entre vinte, quarenta e cinquenta hectares em poucos anos o lavrador derrubou toda a mata e pastou a terra, não tendo assim mais possibilidades de praticar a agricultura de queima.

Diante dessa situação muitos lavradores passaram a viver da criação de gado, não do gado de corte é claro impossível para suas condições econômicas, mas sim do gado de leite, sendo este hoje o principal produto de sobrevivências das poucas famílias que ainda resistem nas terras conquistadas. Enfrenta o desafio do manejo da terra, da necessidade e não possibilidade de produzir em uma pequena área desmatada e cercada por grandes fazendas, que exige a utilização de um trabalho mecanizado e caro <sup>374</sup>.

A grande maioria dos antigos posseiros diante da situação exposta acima se desfez da terra conquistada, vendeu a terra para o grande fazendeiro, empresário e migraram mais uma vez em busca de “terra livre”, onde a mata ainda é densa, onde encontram possibilidades naturais de praticarem agricultura de queima, foram para regiões como Belo monte, Pacajá, Tuere I e II, Maracajá, Anapu <sup>375</sup>. Nestas regiões encontram a mata que tanto buscam, contudo encontram ou são encontrados pelos interesses latifundiários, os fazendeiros as madeireiras, as empresas agropecuárias e todo conflito e violência gerada em torna da disputa da terra e dos recursos naturais da região <sup>376</sup>.

Hoje, as terras situadas às margens da PA-150 são em sua grande maioria formadas por grandes fazendas <sup>377</sup> que possuem significativo valor financeiro, destinadas à

---

<sup>373</sup> Segundo entrevista com o Sr. Ruy Penalva Neto, que foi posseiro em Arraias hoje lavrador, que foi o primeiro presidente da ADETUNI, a maior dificuldade enfrentada pelo lavrador foi à falta de infra-estrutura necessária a sua manutenção na terra como a falta de vicinais, de transportes, pontes, escolas, hospitais, entre outros.

<sup>374</sup> Conforme dados cedidos pelo secretário geral do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Jacundá, Vicente Fernandes de Aguiar. 07/2007.

<sup>375</sup> Conforme entrevistas realizadas com Vicente Fernandes de Aguiar e Ruy Penalva Neto. Op.cit.

<sup>376</sup> SAUER, Sergio. “Terra do Meio: A última fronteira do medo”: In: *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*; [tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer] – Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

<sup>377</sup> O Sr. Francisco Alexandre Neto é proprietário de uma fazenda situada em uma das áreas que foi de intenso conflito na PA-150 na década de 70 e 80, segundo entrevista sua fazenda possui 33 títulos por ter sido formada pelas terras tituladas pelo GETAT e alienada aos posseiros da área. 10/07/2003. Jacundá.

criação de gado de corte, as quais outrora foi posse de posseiros e que se tornaram juridicamente a partir é claro da luta que travaram suas propriedades legalmente reconhecidas. É evidente que a titulação de algumas áreas de terras na PA-150 não garantiu a permanência, nem a sobrevivências da grande maioria dos camponeses na região e muito menos impediu a formação e expansão do grande latifúndio. O projeto do governo militar de implantar a atividade agropecuária na região deu certo e, o boi realmente ocupou o espaço antes ocupado pelo camponês.

## HISTÓRIA VISUAL DA LUTA PELA TERRA NA PA-150.

Figura – 30. Passeata do Dia do Lavrador pelas ruas de Arraias.



Fonte; Livro de tomo da paróquia São João batista de Jacundá. 1970.

Figura – 31. Ato público do Dia do Lavrador em Arraias.



Fonte: Livro de tomo. 1919.

Figura – 32. Lavradores com instrumentos de trabalho e produtos de suas lavouras.



Fonte: Livro de tomo da paróquia São João Batista. 1979.

Figura – 33. Lavradores na Festa do dia do trabalhador rural.



Fonte: Livro de tomo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1979.



Figura – 34. Isa da CPT de Belém na festa do lavrador em Arraias.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 35. Lavradores na festa do trabalhador rural em Arraias.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João batista de Jacundá. 1980.



Figura – 36. Chamon de Marabá falando aos lavradores em Arraias.



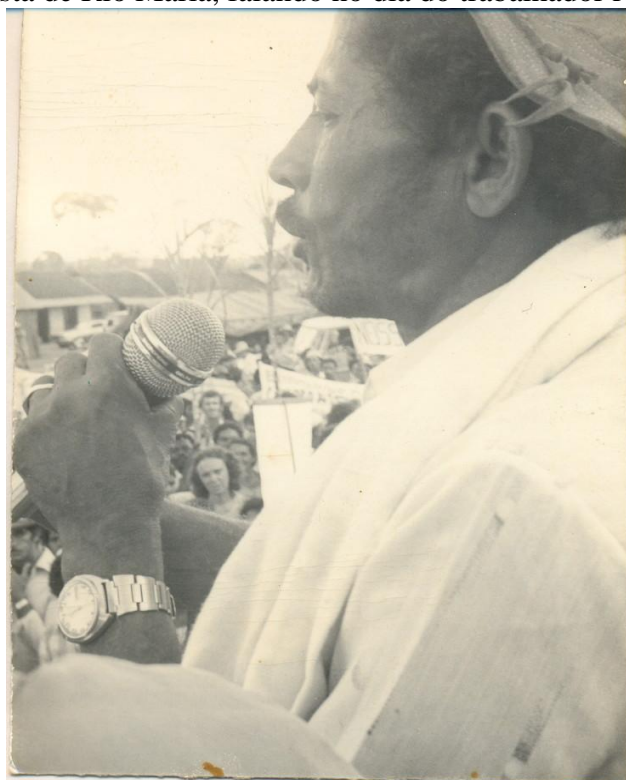
Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 37. Deputado estadual Ademir Andrade, falando aos lavradores em Arraias.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 38. Sindicalista de Rio Maria, falando no dia do trabalhador rural em Arraias.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 39. Lavradores de Arraias em passeata no dia do trabalhador rural.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 40. Lavrador de Xinguara em Arraias no dia dos lavradores.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 41. Manu da CPT de Marabá falando aos lavradores em Arraias.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.



Figura -42. Lavradores da PA-150 na missa em memória ao lavrador Lourival Marques. Assassinado em 80 por pistoleiros.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. 1980.

Figura – 43. Encontro de lavradores em Arraias com o deputado Valdir Ganzer.



Fonte: Livro de tombo da paróquia São João Batista de Jacundá. Provavelmente na década de 80.

## CONCLUSÃO.

O percurso realizado até aqui permitiu uma compreensão de um processo contemporâneo de ocupação de uma região no sudeste paraense. A rodovia funcionou como o eixo desse processo, os projetos do governo militar, implantado na região contribuíram sem sombra de dúvidas com o movimento de fronteira que se direcionou para a região. Contudo esse movimento como vimos já se movia em direção ao Sul e Sudeste do Estado do Pará mesmo antes da implantação desses projetos, a busca por melhores condições de vida, por terras devolutas, formada por matas densas propícias para a prática da agricultura de queima foi o que deu corpo e força a esse movimento de ocupação no sudeste paraense.

O migrante-posseiro foi “ator” principal nesse processo. No primeiro momento dessa dissertação foram constatados os sonhos e as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos durante o processo migratório e permanência na região da PA-150 e os conflitos que tiveram que enfrentar devido à estrada ter valorizado as terras na região. Nesse contexto a estrada era necessária do ponto de vista do desenvolvimento que o Estado pensou para a Amazônia, mas tornou-se um problema na medida em que os conflitos pela posse de terras só tenderam a aumentar com a construção da mesma. Para muitos a rodovia significou o fim de “bons tempos”, por negar o ritmo das relações já estabelecidas, significou a destruição de moradias, a destruição de roçados, o assassinato de parente e companheiros. Esse sujeito o posseiro foi visto pelo Estado como um obstáculo, um problema que impedia a plena realização dos projetos que deveriam desenvolver economicamente a Amazônia, pois sua cultura, a agricultura de subsistência representava o atraso no qual a região esteve por muito tempo. O Posseiro deveria desocupar a terra e dar lugar aos Grandes Projetos, aos projetos agropecuários e agrominerais.

A vila Arraias foi fruto desse movimento de fronteira, construída pelo migrante-posseiro, se apresentou como ambiente de sobrevivência, onde construíram um centro cuja atividade principal era a agricultura de queima, o trabalho de roça, a caça, a pesca. Contudo foi também espaço de morte, dos vários assassinatos causados pela pistolagem devido à luta pela terra, a morte causada pela doença como a malária e a derrubada de mata. A falta de atendimento médico, escolas, estradas e toda precariedade material configurava a realidade vivida pelos migrantes em Arraias.

A transferência dos jacundaenses para Arraias em meados da década de 80 significou a negação de suas relações sociais já constituídas na localidade, da construção

social e histórica da vila pelo migrante-posseiro o que acabou causando o silenciamento da memória histórica dos primeiros moradores de Arraias. Além de se apresentar como ambiente de sobrevivência e morte a vila Arraias funcionou como espaço de organização dos posseiros na luta travada pela permanência na terra apossada. Na PA-150, na área de jurisdição do Incra e depois do GETAT era o núcleo que apresentava as condições necessárias para a organização dos posseiros da região, pois era em Arraias que existia a única paróquia da região, cuja equipe pastoral se dedicou a apoiar o posseiro na luta pelos seus direitos de posse; foi em Arraias que fundaram a ADETUNI, essa associação dava apoio aos posseiros tanto da vila como de toda área da rodovia, fundando núcleos e estendendo suas ações por toda a região; ainda era organizada nesse espaço a festa do dia do lavrador, um momento de denúncia e troca de informações utilizadas como forma de resistência na luta pela terra o qual se espalhou por outras áreas na rodovia como no povoado de Goianésia, hoje município.

A luta travada pela posse da terra na PA-150 constituiu-se um movimento social camponês, por definir-se através da luta do posseiro (ator social) contra seus adversários os grileiros e o Estado pela garantia do seu direito de posse da terra<sup>378</sup>. A PA-150, a região de Arraias, ou seja, as terras devolutas da área foi o campo de disputa de interesses. A vila Arraias funcionou como um núcleo na luta travada pela posse da terra na região. O Estado foi identificado como o pior e principal inimigo que os posseiros da PA-150 enfrentaram na luta em defesa de seu direito de posse, devido sua intervenção nos conflitos ter sido de “caráter irregular e desigual”<sup>379</sup>, por estabelecer medidas de caráter austero a esses sujeitos, sendo que em detrimento das necessidades e direitos do posseiro o Estado pois em prática, uma política que visava à modernização econômica da agricultura e da região amazônica brasileira como um todo com base na política de incentivos fiscais que significou a monopolização das terras na região<sup>380</sup>.

---

<sup>378</sup> TOURAINE, Alain. “As lutas camponesas”. In: *Palavra de sangue; política e sociedade na América Latina*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989. p. 133-251.

<sup>379</sup> ALMEIDA, op.cit. 1991, p. 260.

<sup>380</sup> *Ibidem*.

## FONTES ORAIS

Humberto Ri Allan- pai- trabalhou durante dez anos nas comunidades da PA-70 e PA-150. 70 anos – atualmente trabalha na Guiana Francesa. Entrevista realizada em dezembro de 2005. Nova Ipixuna.

Eduvirgens Nascimento Martins, 64 anos, aposentada, dona de casa. Natural do município de Caxias no Maranhão. Entrevista realizada em janeiro de 2007.

Joana Rosa de Oliveira, comerciante, 60 anos de idade, moradora de Jacundá antiga Arraias há 32 anos.

João Barbosa Fontes, 56 anos, era agricultor, mas atualmente desenvolve a atividade de pedreiro. 01/2007.

Vilma Boaventura da Silva. Baiana, moradora antiga de Nova Jacundá, professora. 07/2006. Jacundá.

Maria de Nazaré Lustosa. Maranhense, aposentada. 20/01/2006. Jacundá.

Rui Penalva Neto. Foi presidente da ADETUNI. Mineiro de Maringá. Nascido em 1950. Lavrador. Jacundá. 15 de fevereiro de 2006.

Zeneide Trivelini Stermer, 45 anos de idade, dona de casa, paranaense sua família chegou a Arraias ainda na década de 70, donos de serrarias.. São João Paraná. Jacundá 20/11/2006.

Maria Eni Sousa Pontes Minas Gerais, 45 anos de idade, sua família chegou a Jacundá na década de 80 depois de ter morado por vários anos no estado do Maranhão.

Antonio Gomes - foi um dos primeiros moradores da Vila Arraias. Jacundá 09/07/2003.

Francisco Alexandre Neto – migrante chegou a Arraias em junho de 1987 é fazendeiro e já foi vereador em Jacundá. 10/08/2003. Jacundá. Mineiro.

Naide Pereira Reis – chegou a Arraias em 1979, é maranhense – professora. 26/03/2003. Jacundá.

Ernesto Rodrigues – veio do Paraná para Arraias no ano de 1979, foi posseiro e hoje é professor em Marabá – 21/08/2003. Marabá.

João José dos Santos – migrante da Bahia, chegou a Arraias em 1979, na Bahia, era comerciante, casado, aposentado, 71 anos. Jacundá 28/07/2006

Rita Teixeira da Silva - migrante da Bahia, aposentada, 60 anos. Jacundá, 28/07/2006.

Maria dos Santos - 50 anos, casada, chegou à Vila Arraias em 1979, dona de casa, Jacundá – 28/07/2006. Baiana.

Rosalina Gonçalves dos Santos. Chegou a Arraias na década de 80, veio trabalhar na construção da linha de transmissão de energia que deveria ligar o Pará ao Maranhão, pela empresa CETENCO. Jacundá – 27/07/2006.

Raimundo Barroso da Mota – migrante do Maranhão, foi posseiro em Arraias onde reside desde 79, trabalhador rural que ainda vivi com família nos dez alqueires de terra que adquiriu como posseiro.

Walmir da Costa Silva – maranhense, chegou à PA –150 no ano de 1984, lavrador, 01/05/2003. Jacundá.

Raimundo de Souza Lima, conhecido como seu Gordo, 72 anos, aposentado como lavrador ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Unidos de Jacundá. (ADETUNI). 24/07/2006.

Francisco Borges Pimenta, conhecido como Chiquito, 53 anos, fazendeiro, Jacundá 15/02/2006.

Paulo Joanil da Silva. Padre que trabalhou na PA-150 durante dez anos. Dezembro de 2005.

Raimundo Canela. 64 anos. Foi posseiro em Arraias, hoje é pescador. Jacundá. 15/02/2006.

Edinervam Lopes de Souza. “Rorró”. Presidente da ADETUNI. Jacundá 15/02/2006.

Rosa Lima Ferreira. 77 anos. Maranhense. São Luis. Aposentada. Jacundá. 22/10/2006.

Everaldo Chaves Santos. 44 anos, casado, trabalha em serrarias Jacundá. 29/05/2006. Jacundá.

João José Alves. Seu mangueira. 80 anos. Cearense, agricultor foi posseiro em Arraias e presidente da ADETUNI. Jacundá 03/07/2006.

Antonia Valeci Mantovani Piovezan, 69 anos, funcionária publica (PMJ), foi uma das primeiras professoras em Arraias. Jacundá 12/11/2006.

Alciene Rodrigues Porto. Empresária e vice prefeita de Jacundá, 49 anos. Baiana. Jacundá 21/10/2006.



Valdete Alves de Almeida, 53 anos de idade, chegou a Arraias no final da década de 70, foi um dos primeiros vereadores de Nova Jacundá e presidente da Câmara. Hoje é Funcionário público. Jacundá 30 de outubro de 2006.

Eva Nunes dos Santos, 67 anos de idade, baiana, aposentada.

Eva Eraulano de Lima, 63 anos de idade, dona de casa. Mineira.

Claudionor Martins da Silva, 52 anos de idade. Sua família chegou a Arraias em no final da década de 70. Motorista.

Manoel Carlos dos Santos, 68 anos de idade, foi posseiro em Arraias, hoje e aposentado como trabalhador rural. Baiano.

Luiza Maria Brito dos Santos, aposentada, maranhense seu esposo foi posseiro em Arraias. Jacundá 31/10/2006.

Edinervam Lopes de Souza, 43 anos de idade, foi agente pastoral em Arraias e presidente da ADETUNI. Janeiro de 2007. Jacundá.

Josefa Maria da Silva, 70 anos, maranhense, foi posseira em Arraias, hoje é presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Jacundá. Janeiro de 2007.

Antonio Rodrigues, maranhense de Itinga, chegou a Arraias no ano de 1980. Madeireiro. 21/03/2006. Jacundá.

Maria Pereira de Oliveira, maranhense, foi posseira em Arraias, dona de casa, aposentada. 23/03/2006. Jacundá.

Maria Madalena Onofre, chegou a Arraias na década de 80. Dona de casa. 18/03/2003. Jacundá.

Francisca dos Santos Gomes, chegou a Arraias na década de 70. Dona de casa. 18/03/2006. Jacundá.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **JORNAIS.**

-Correio do Tocantins, 06 a 04 de abril de 2006, p-02.

- “Novo anteato da destruição”. O Liberal, Belém, quarta – feira, 23 de agosto de 1978.

-O Liberal, Belém, quinta feira, 18/05/2000.

- “Dossiê sobre violência policial no Pará será enviado a Figueiredo”. O Liberal. Belém, 02/10/1980.

- “Auditoria absolve milicianos acusados de vários delitos”. A Província do Pará, Belém, 12/02/1980.
- “Incra e Iterpa iniciam hoje cadastramentos no Sul do Pará”. A Província do Pará, Belém, 21/07/1985.
- “A violência no interior”. A Província do Pará. Belém, 04/05/1979.
- “Nova Jacundá: tensão cresce no acampamento”. A Província do Pará. Belém, 26/02/1985.
- “Acordo no Incra garante terra aos posseiros”. Resistência, Marabá, abril de 1980.
- “Padre e freira comandam invasão de terras”. O Estado do Pará. Belém, 18/08/1979.
- “Grileiro é acusado de mandar matar”. Vanguarda. Marabá 08/08/1979.
- “Nova Jacundá – PA. Lavrador assassinado”. A voz dos Trabalhadores. Edição especial 01/10/1980. Órgão de divulgação do movimento dos trabalhadores – Goiás.
- O Grito da PA-150 n. 01 – maio de 1980. Diocese de Marabá.
- O Grito da PA-150 n. 2 – ano I – junho de 1980. Diocese de Marabá. Companheiros 25 de julho é dia da classe camponês, em marcha pela reforma agrária.
- O Grito da PA-150, ano I, n. 04 – agosto de 1980. Diocese de Marabá. “Lavrando o chão lavrando a luta”.
- O Grito da PA-150, ano I n. 05 – setembro de 1980. Diocese de Marabá. “Governo expulsa trabalhadores do Araguaia Tocantins”.
- O Grito da PA-150. Ano I n. 06, outubro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Povo de Deus, comunidade de fé e de luta”.
- O Grito da PA-150. Ano I n. 07, novembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Conquistando o direito à posse da terra”.
- O Grito da PA-159. Ano I n. 08 dezembro de 1980. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Os trabalhadores estão de luto: o grileiro Osanir Silva manda matar o lavrador ‘Zé Piau’, e este sangue está clamando por vingança”.
- O Grito da PA-150. Ano I n. 09 janeiro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Não são os trabalhadores que devem morrer!”.

-O Grito da PA-150. Ano I n. 10 fevereiro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Companheiros, quem sabe faz à hora não espera acontecer!”

-O Grito da PA-150. Ano I n.11, março de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Na luta, quem enfrenta organizado ganha a terra, quem corre perde e atrapalha a luta”.

-O Grito da PA-150. Ano I n. 12 abril de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Terra e liberdade”.

-O Grito da PA-150. Ano II n.13 maio de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “1 ano contra a grilagem e o latifúndio denunciando as injustiças, fortalecendo a organização dos trabalhadores na luta contra a opressão”.

-O Grito da PA-150. Ano II n. 14, junho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Terra e liberdade”. “Preparando o dia 25 de julho, temos vitórias a comemorar”.

-O Grito da PA-150. Ano II n. 15 julho de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Terra e liberdade”, “Reforma agrária radical e imediata!”.

-O Grito da PA-150. Edição especial, 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Terra e liberdade” “25 de julho, o Dia do Lavrador!”.

-O Grito da PA-150. Ano II n. 16 agosto de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. Terra e liberdade. “Querem calar o ‘Grito’ ameaçando e prendendo lavradores. Quem morre calado é sapo de baixo do pé do boi”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 17, setembro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “As áreas em conflito”.

-O Grito da PA-150. Terra e Liberdade. Ano II n. 18 outubro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Quem são os nossos opressores”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 19, novembro de 1981. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Nosso Brasil é um país de despejos. A grilagem e o latifúndio guarnecidos pelo poder dos opressores”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II,n. 20 janeiro de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Participação política: um direito do povo”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 21 fevereiro de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá 2 anos”.

- O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 22 março de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Tubarão, Curio, GETAT, ARENA,

PDS, INCRA, grileiro. Sarney, Passarinho: na conversa deste buchudo meus companheiros não irão cair mais, chega de mentiras!”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 23, abril de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Lavrador desunido é lavrador explorado!”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 24, junho de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Esta condenação dos padres e posseiros mostra que o governo só defende grileiro!”.

- O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 25, dezembro de 1982. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano III n. 26, janeiro de 1983. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano III n. 27, abril de 1983. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Posseiros desde 1979 expulsos de suas terras”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano III n. 28, julho de 1983. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “A terra é para quem trabalha nela”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano II n. 29 dezembro de 1983. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Padres e posseiros são libertos”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano IV, n. 30. Junho de 1984. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Eu quero votar por presidente. Diretas já! Chega de exploração!”.

-O Grito da PA-150. Terra e liberdade. Ano IV n. 31 agosto de 1984. Equipe Pastoral da PA-150. Diocese de Marabá. “Companheiros é hora de levantar-se! Na luta pelos nossos direitos!”.

## OUTROS DOCUMENTOS

-Livros de Tombo da paróquia São João Batista de Jacundá, 28/06/85.

-Livro 01 ano 1980 a 1985. Casamentos, iniciados em 04/07/1980 e terminados em 15/08/1985. Contendo 800 casamentos. Paróquia São João Batista de Jacundá.

-Livro 02 - 1985 a 1988. Casamentos iniciados em 18/12/1985 e terminados em 30/07/1988, contendo 789 casamentos.

-Livro de certidão de óbitos do cartório de Jacundá – Comarca de Tucuruí. 01 de janeiro de 1979.

- Livro B - 003, de certidão de óbitos do cartório de Jacundá, comarca de Tucuruí. 01 de fevereiro de 1982.
- Livro C – 004 – Assentos de registro de óbitos do cartório de Jacundá comarca de Tucuruí. 14 de agosto de 1984.
  
- Livro D – 005 – Assentos de registro de óbitos do cartório de Jacundá comarca de Tucuruí. 1987.
  
- Livro de ata da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 17 de fevereiro de 1980.
  
- Livro de atas dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Jacundá. 13 de janeiro de 1980.
  
- Lista de bens e imóveis da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. 09 de janeiro de 1994.
  
- Declaração de posseiros, arquivos da CPT de Belém.
  
- Histórico de conflitos ocorrido na PA-150, décadas de 70 e 80, arquivo da CPT de Belém, Pasta conflitos na PA-150.
  
- Histórico: “Posseiros de Arraias ameaçados por grileiros criminosos”. Nova Jacundá (Arraias), 05 de fevereiro de 1979. CPT de Marabá.
  
- “A verdadeira história do bairro Boa Esperança” – documento dos arquivos da paróquia São João Batista de Jacundá.
  
- Correspondência endereçada ao governador Alacid Nunes. Nova Jacundá, 24 de agosto de 1979. Paróquia São João Batista.
  
- Histórico de violência na PA-150, Marabá, 25 de julho de 1980. CPT.
  
- Correspondência endereçada ao comandante da Polícia Militar de Marabá, Sr. Roberto Campos. Nova Jacundá, 31 de outubro de 1979. Arquivos da CPT Marabá.
  
- Correspondência endereçada a CPT de Belém. Nova Jacundá, 04 de novembro de 1981. Paróquia São João Batista de Jacundá.
  
- Pronunciamento do deputado Ademir Andrade, proferido em Arraias, na ocasião da Festa do trabalhador Rural ocorrida em 25 de julho de 1980.
  
- Carta aberta dos lavradores as autoridades. Mara PA-150, julho de 1979.
  
- Relatório de conflitos de terras na PA-150. Marabá, 06 de junho de 1980.
- Termo de acordo – Nova Jacundá, 25/07/1980.
  
- Relatório de violência policial em Arraias. 26 de maio de 1980.

- Diário Oficial – Belém, sexta feira, 12 de setembro de 1980.
- Correspondência enviado pelo CERIS a ADETUNI. Rio de Janeiro, março de 1993.
  
- Correspondência enviada pela CEBEMO a ADETUNI. 08 de março de 1980.
  
- Correspondência enviada a CEBEMO pelo pároco de Jacundá. 06 de junho de 1986.
  
- Correspondência endereçada ao deputado federal Jader Barbalho. Marabá, 10 de junho de 1980. Padre Paulo Joanil da Silva.
  
- Nota de esclarecimento – ADETUNI – Nova Jacundá, 17 de dezembro de 1980.
- Nota de apoio do povo da PA-70 ao povo da PA-150. 25/08/1979.
  
- Correspondência endereçada ao bispo de Marabá dom Alano Maria Pena. Arraias, 24/05/1980. Paróquia São João Batista de Jacundá.
  
- Carta Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá. 21 de agosto de 1980.
  
- Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – Grupo Executivo de Terras Araguaia – Tocantins GETAT. Título definitivo 4 (GETAT) 82 (1) 897 – Marabá 17 de outubro de 1981.
  
- Carta enviada ao deputado Ademir Andrade pela paróquia de Nova Jacundá, 14 de agosto de 1980.
- Carta endereçada ao deputado Ademir Andrade. Nova Jacundá (Arraias), 06 de maio de 1980.
  
- Estatuto Social da Associação dos Trabalhadores Unidos de Jacundá. Fundada em 17 de fevereiro de 1980. CNPJ – 05.853. 171/0001 – 87.
  
- Ofício n. AE /1227/80, 13 de junho de 1980, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
  
- Ofício n. 1 / ADETUNI – enviado ao executor do GETAT em Nova Jacundá. 28 de outubro de 1980.
  
- Ofício da Contag. Número AE/1227/80. 13 de junho de 1980.arquivo da CPT de Belém.
  
- Abaixo-assinado enviado ao governador do Estado do Para. Jacundá, 01 de março de 1988.
  
- Abaixo-assinado enviado ao coordenador do GETAT em Marabá. Nova Jacundá, 18 de junho de 1980.
  
- Convite a população – ADETUNI – Nova Jacundá, julho de 1980.

-Documento - “Assassinato no campo – Comissão Pastoral da Terra, Regional Norte II. (1978-1988).

-“Levantamento da situação escolar e demais carências de Nova Jacundá”. Equipe responsável o grupo de jovens Ao Encontro de Cristo (JAEC), datado de 28 de janeiro de 1980.

-Projeto Fundiário Tocantins. Proposta para discriminatória de terras devolutas da União de interesse da Eletronorte, conforme convenio firmado com o Inca abrangendo uma área aproximada de 172.000 há. Denominada Gleba Jacundá, localizada nos municípios de Jacundá e Moju Estado do Pará. Tomos 1,2 e 3.. Data 15/06/1978. Número de identificação 54600.061489/00-71.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta*. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1985. (Estudos Paraenses, 55).

\_\_\_\_\_. *Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)*. Mimio, UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_. “O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989)”. In: LENA, Phillipi e OLIVEIRA, Adélia E. (orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

\_\_\_\_\_. *GETAT: a segurança nacional e o revigoramento do poder regional*. CPT – Maranhão. Mimio.

ACEVEDO MARIN, Rosa. *Conflitos agrários no Pará*, 2002, no prelo.

BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência: Crime e Impunidade no campo paraense (1980-1989)*-Belém, Cejup, 1995.

BECKER, B. et all. “Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território na Amazônia”. In: MAGALHÃES, S.; CASTRO E. *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996.

BRITO Daniel Chaves de. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

BARBOSA, Vilma Boaventura. *O trabalho feminino na indústria madeireira de Jacundá pós 70*. Monografia, UFPA, 2003.

COLEÇÃO NAEA/ FIPANI - *Amazônia no processo de Integração Nacional*.

COSTA, Francisco de Assis. *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. RANGEL, Letícia et alii (org.). Brasília Jurídica: FASE, 2000.

COSTA, José Marcelino Monteiro da Costa, et al. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1979.

COSTA, Luciana Miranda. *Fazenda Riachão, Montes Claros e Pintada: o estudo de dez anos de conflitos agrários em Eldorado dos Carajás. O discurso dos agentes sociais*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do desenvolvimento Belém: NAEA/UFPA, 1996.



COTA, Raymundo Garcia. (org.). “O setor madeireiro na região de Carajás”. In: *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença; padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Ivanilde de Castro. *Memória e história de Goianésia do Pará (1979-1981)*. Trabalho de conclusão de curso – UFPA, 2003.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Editora Vozes, Petrópolis, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.

EMMI, Marília Ferreira. *Estrutura fundiária e poder local: o caso de Marabá*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 1985.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, Ricardo Resende. *A justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: editora Vozes, 1996.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: Trabalhadores e indústria da panificação a legislação trabalhista (1940-1954.)*. Belém: Paka-tatu, 2002.

\_\_\_\_\_. “Baratismo e Nacionalismo: a Batalha da Borracha (1949-1945)”. In: *Coleção Contando a História do Pará*. Belém: E. motion, 2002.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *A identidade do posseiro: elemento de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do sudeste do Pará*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA. 1991.

HALL, Antony *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Projeto Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HALL, Michael M. “História oral: os riscos da inocência L.” In: *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*”. São Paulo: DPH, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira Mamoré e a modernização na selva*. 2ª Ed. Rer. Ampl – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I e II.

\_\_\_\_\_. *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Belém: Editora Vozes. NAEA/UFPA. 1991.

\_\_\_\_\_. Et al. *Área de fronteira em conflito: o leste do médio Tocantins*. Relatório de pesquisa. Belém: NAEA/UFPA, 1983.

\_\_\_\_\_. “A luta sindical em respostas as agressões dos grandes projetos”. In: *O cerco está se fechando*. Belém: Vozes. NAEA/UFPA, 1991.

HEBETTE, Jean e ACEVEDO MARIN, Rosa E. “Colonização espontânea, políticas agrárias e grupos sociais.” In: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: (IPEA) Instituto de Planejamento econômico e social. Monografia nº 29. IPEA/INPES. 1979.p.160-61.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964, 1978*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEAL, Levy lobato. *Tailândia: “Terra de ninguém, Terra de todo mundo...”* História e cotidiano de imigrante na Amazônia (1978-1984). Monografia. Belém. UFPA, 2006.

LEMOS, Carlos. *Transformações do espaço habitacional na arquitetura brasileira do século XIX*. Anais do Museu paulista, Nova Série. 1993.

LE BRETON, Binka. *Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, 2ª edição – São Paulo: Papirus, 1986.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estados, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 2001-Coleção amazoniana: 5.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: CEJUP. Coleção Amazoniana n. 01, 1992.

MAINWARING, Scott. “O surgimento da Igreja popular (1964-1973)”. In: *Igreja Católica e a Política, 1916-1985*. SP: Brasiliense, 1989.

MARCIEL, Laura Antunes. “A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização”. In: *projetos históricos nº 18*, São Paulo: EDUC, Maio, 1999.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. “O desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí”. In: *Energia na Amazônia*; organizado por Sonia Barbosa Magalhães; Rosyan Caldas Brito; Edna Ramos de castro. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Universidade federal do Pará/Associação de Universidades da Amazônia. 1996, vol. II.

MENDES, Elizet. *A trajetória da indústria madeireira em Jacundá*. Monografia, Belém: UFPA, 2003

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Fronteira a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira.” In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. “A chegada do estranho (notas e reflexões sobre o impacto dos Grandes Projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas na Amazônia.” In: *O cerco está se fechando*. HEBETTE, Jean (org.). Belém: Editora Vozes. NAEA/UFPA, 1991.

\_\_\_\_\_. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Rio Maria: a terra da morte anunciada*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

PETIT, Peri. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*-Belém: Paka-tatu, 2000.

\_\_\_\_\_. *A esperança equilibrista*. São Paulo, Boitempo/NAEA, 1996.

PEIXOTO, Rodrigo Correia Diniz. *Igreja e camponeses na fronteira do Araguaia-Tocantins*. Dissertação de Mestrado. NAEA/UFPA. Belém, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio - In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol.2. nº 3, 1989.

PORTELLI, Alexandre. “‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: Déa Ribeiro Fenelon et alii (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*, apresentado por José Eli da Veiga. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO, Francisca Ramos. *O Mito da cidade provisória: natureza, migração e conflito social em Tailândia*. Dissertação de Mestrado. Belém. UFPA. 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

ROCHA, Gilberto de Miranda, GOMES, Claudemir Brito. “A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí”. In: *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*/Saint-Clair Cordeiro da trindade Jr., Gilberto Miranda Rocha (Orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002.

SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: história do “vazio” (1974-1982)* - Monografia, UFPA-2003.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. *Urbanização na Amazônia*. Belém: UNAMA, 2000.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. Buke (org.) In: *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1998.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. *Uma cidade submersa: Memória e história de Jacundá*. Belém-Paka-tatu, 2000.

SUDAM Amazônia. *SUDAM. 3º Aniversário*. Ministério do Interior. Belém, 1970.

\_\_\_\_\_. *Avaliação do I plano de Desenvolvimento da Amazônia (IPDA)*. 1979-1974.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: política e estratégia de ocupação e desenvolvimento*. Ministério do Interior. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações, em Brasília-3 de maio de 1973.

\_\_\_\_\_. *II-Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-7*

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA, 2002.

SAUER, Sergio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*; [tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer]. – Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

THOMPSON. E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol.1. A árvore da Liberdade.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. SP. Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Haroldo da Gama. “Migração e migrante de origem urbana na Amazônia”. In: LENA, Phillipi e OLIVEIRA, Adélia E. (orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991

TOURAINÉ, Alain. *Palavra de sangue: política e sociedade na América Latina*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

VILANOVA, Mercedes. “A história presente e a história oral: relações, balanços e perspectivas”. In: *Páginas de histórias*. Belém: Universidade Federal do Pará. Vol.II. N.2, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979

\_\_\_\_\_. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981.

